



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

VERENA ALVES BARATA

TRABALHADORES INTOXICADOS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE DO
ESTADO DO PARÁ (FUNASA): estudo da ação do Sindicato dos Trabalhadores no
Serviço Público Federal no Estado do Pará (SINTSEP-Pa).

Belém

2015

VERENA ALVES BARATA

TRABALHADORES INTOXICADOS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE DO ESTADO DO PARÁ (FUNASA): estudo da ação do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado do Pará (SINTSEP-Pa).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Maria Antônia Cardoso Nascimento.

Belém

2015

VERENA ALVES BARATA

TRABALHADORES INTOXICADOS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE DO ESTADO DO PARÁ (FUNASA): estudo da ação do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado do Pará (SINTSEP-Pa).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Banca Examinadora

Prof.^a. Dr.^a. Maria Antônia Cardoso Nascimento
Orientadora/UFPA

Prof.^a. Dr.^a. Andréa Bitencourt
Examinadora Externa/ UFPA

Prof. Dr. Reinaldo Nobre Pontes.
Examinador Interno/UFPA

Aos meus avós, Maria Madalena e João Alves. Obrigada por sempre estarem ao meu lado!

AGRADECIMENTOS

Construir este tópico nesta dissertação, também foi bastante complexo, afinal contei com a ajuda e o pensamento positivo de muitas pessoas, que me acompanharam ao longo destes dois anos.

Agradeço, primeiramente, a Deus, por Ele ter me dado força em momentos que meu corpo ou meu psicológico fraquejaram.

Em segundo lugar, agradeço a minha família, que sem dúvida, é a minha base. Aos meus pais (Vera Alves e Benedito Barata) e minha tia Regina Alves, por sempre estarem ao meu lado e por me darem meios para realizar meus sonhos; aos meus irmãos, Bruno Alves, José Alberto e Heitor Barata; e aos meus sobrinhos, João Carlos e Lucas, por serem os anjos da minha vida. Eu amo vocês. Muito Obrigada!

Agradeço as minhas amigas Sâme Parafita e Beatriz Mafaldo por toda amizade, força, paciência e apoio que me deram durante esse período. Vocês também foram essenciais para mais esta conquista em minha vida profissional!

Às minhas grandes amigas e companheiras do GEPSS/UFGA Carla Furtado, Olga Tabaraña, Ediane Jorge, Karina Marques e Professora Cilene Braga. Meus amores, eu só tenho a agradecer por ter vocês em minha vida e principalmente, por todo apoio, amizade, paciência, incentivo, acúmulo teórico e muitas, mas muitas risadas. Ah, não podia deixar de agradecer pelas inúmeras lágrimas que vocês enxugaram durante esses dois anos. Vocês, com certeza, tornaram esse mestrado mais leve!

A minha amiga Simone Nonato pelos diversos momentos divididos no decorrer destes dois anos de mestrado.

A minha turma do curso de Mestrado em Serviço Social da UFGA, ano 2013. Turma maravilhosa! Muito obrigada por todos os momentos!

Aos trabalhadores intoxicados, por dividirem comigo a sua luta em busca da garantia dos seus direitos. Um agradecimento especial ao trabalhador intoxicado Luís Sérgio, que disponibilizou seu tempo para me acompanhar no processo de pesquisa de campo e me possibilitou conhecer um pouco mais.

Aos dirigentes Gerson e Mariza Santos, dirigentes do Sintsep-Pa, por possibilitarem a minha pesquisa. Meu muito obrigada. Vocês foram de suma relevância para a realização da pesquisa de campo desta dissertação.

Por fim, porém não menos importante, agradeço à minha orientadora Maria Antônia Cardoso Nascimento e à banca examinadora por dividirem comigo seus acúmulos e conhecimentos. Obrigada!

RESUMO

Esta dissertação aborda o resultado de pesquisa sobre os trabalhadores intoxicados da Fundação Nacional de Saúde do Estado do Pará (FUNASA/PA) e a atuação do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado do Pará (SINTSEP-PA). Tem como objetivo geral conhecer a situação atual dos intoxicados e analisar a atuação do SINTSEP-PA na luta pelo reconhecimento do Estado em relação as mazelas causadas aos trabalhadores em decorrência das condições de trabalho. A problematização do objeto de estudo e o trabalho de campo foram orientados pela perspectiva histórico-dialética. A pesquisa foi operacionalizada por meio da abordagem qualitativa que incluiu levantamento bibliográfico, documental e a realização de entrevistas semi-estruturadas. Foram entrevistados 12 (doze) trabalhadores da FUNASA, sendo 04 (quatro) do município de Conceição do Araguaia, 04 (quatro) do município de Marabá e 04 (quatro) do município de Ananindeua. Além de 02 (dois) representantes sindicais e 02 (dois) advogados do SINTSEP-PA. A dissertação conclui que a principal reivindicação do sindicato em relação ao Estado é o reconhecimento pelo mesmo de que a intoxicação sofrida pelos funcionários públicos caracteriza acidente de trabalho. Ao assumir esta situação, o Estado será acionado legalmente na garantia de tratamento adequado pela FUNASA. Por parte dos trabalhadores sujeitos da atuação sindical, avalia-se que apesar de alguns limites, os ganhos alcançados devem-se ao sindicato.

Palavras-chave: Estado. Adoecimento pelo trabalho. Atuação Sindical.

ABSTRACT

This paper discusses the results of research on intoxicated workers of the National Para State Health Foundation (FUNASA / PA) and the performance of the Union of Workers in the Federal Public Service in the State of Pará (SINTSEP -PA) .It has the general objective to know the current status of the intoxicated and analyze the performance of the Union of Workers in the Federal Public Service in the State of Pará (SINTSEP-PA) in the fight for recognition of the State for the ills caused to workers as a result of working conditions. The questioning of the object of study and field work were guided by historical and dialectical perspective. The research was operationalized through a qualitative approach which included bibliographical, documentary survey and carrying out semi-structured interviews. We interviewed 12 (twelve) workers FUNASA, with 04 (four) in the municipality of Conceição do Araguaia, 04 (four) the city of Maraba and 04 (four) in the municipality of Ananindeua. In addition to two (02) union representatives and two (02) SINTSEP-PA lawyers. The dissertation concludes that the main demand of the union from the state's recognition of same that the poisoning suffered by civil servants characterized industrial accident. By assuming this, the state will be legally driven on treatment guarantee adequate by FUNASA. Of the subjects workers union activity, it is evaluated that despite some limitations, the gains achieved are due to the union.

Keywords: State. Illness at work. Union action.

LISTA DE QUADROS

QUADRO I - Perfil dos Trabalhadores Intoxicados do Município de Conceição do Araguaia.

QUADRO II - Perfil dos Trabalhadores Intoxicados do Município de Marabá.

QUADRO III – Perfil dos Trabalhadores Intoxicados do Município de Ananindeua.

LISTA DE SIGLAS

AI 5 – Ato Institucional nº 5

ANL – Aliança Nacional Libertadora

CAPs – Caixas de Aposentadoria e Pensões

CEM – Campanha de Erradicação da Malária

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CEV – Campanha de Erradicação da Varíola

CGG – Comando Geral de Greve

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CGTB – Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

COB – Congresso Operário Brasileiro

COB – Confederação Operária Brasileira

CSUB – Confederação Sindical Unitária Brasileira

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DDT – Diclorodifeniltricloreto

DATAPREV – Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social

DENERu – Departamento Nacional de Endemias Rurais

EPI – Equipamento de Proteção Individual

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOSP – Federação Operária de São Paulo

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

FUS – Frente Única Sindical

GTEM – Grupo de Trabalho de Erradicação da Malária

IEC – Instituto Evandro Chagas

INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

IPEN – Instituto de Patologia Experimental do Norte

JK – Juscelino Kubitschek

MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social

MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

MUT – Movimento Unitário dos Trabalhadores

NOST – SUS – Norma Operacional de Saúde do Trabalhador no Sistema único de Saúde

OEA – Organização dos Estados Americanos

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial de Saúde

PCB – Partido Comunista do Brasil

PQPs – Poluentes Orgânicos Persistentes

PSD – Partido Social Democrático

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

SESP – Serviço Especial de Saúde

SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

SINTSEP-Pa – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado do Pará

SUCAM – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública

SUDS – Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde

SUS – Sistema Único de Saúde

TRF – Tribunal Regional Federal

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O ESTADO, A POLÍTICA SOCIAL E A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR	17
1.1 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL PARA MARX	17
1.2 O ESTADO PARA VLADIMIR ILITCH ULIANOV LÊNIN	24
1.3 O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL PARA ANTONIO GRAMSCI	28
1.4 ESTADO E POLÍTICA SOCIAL	41
1.5 A POLÍTICA SOCIAL DE SAÚDE E A POLÍTICA DE SAÚDE DO TRABALHADOR	57
2 O SURGIMENTO DOS SINDICATOS, O SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ E OS TRABALHADORES INTOXICADOS	65
2.1 O SURGIMENTO DO SINDICALISMO NO BRASIL	67
2.2 A RELAÇÃO SINDICATO E TRABALHADORES NO PERÍODO DO 1900 A 1930	69
2.3 GETÚLIO VARGAS E OS SINDICATOS (1930 - 1945)	72
2.4 O “PERÍODO DEMOCRÁTICO” E OS SINDICATOS (1945 - 1964)	79
2.5 OS SINDICATOS NO REGIME MILITAR DE 1964	84
2.6 A RESISTÊNCIA E O MOVIMENTO DO “NOVO SINDICALISMO” (1978 E A DÉCADA DE 80)	87
2.7 A “OFENSIVA NEOLIBERAL” DO ESTADO NA DÉCADA DE 90 E OS SINDICATOS	90
2.8 SINDICATOS E O GOVERNO DE LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA	96
2.9 O SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ (SINTSEP-Pa)	98
3 OS TRABALHADORES INTOXICADOS E A ATUAÇÃO DO SINTSEP-Pa: O QUE DIZEM OS ENTREVISTADOS	102
NOTAS CONCLUSIVAS	138
REFERÊNCIAS	141

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de estudo os trabalhadores identificados como guardas de endemias da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e a atuação do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado do Pará (Sintsep-Pa) na garantia dos direitos dos guardas de endemias, intoxicados pelo uso dos inseticidas Diclorodifeniltricloreto (DDT), Malathion, Semition, Cipermetrina, Abate.

Estes inseticidas foram utilizados para a implementação da política de saúde de combate à malária e outras doenças endêmicas pela extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) no Estado do Pará. O interesse nessa pesquisa, se deu a partir do contato com o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado do Pará (SINTSEP – PA), mais precisamente com o Setor Jurídico e o de Política Social, onde está vinculado o Serviço Social na instituição, ocasião em que pude obter informações sobre as condições de vida de uma categoria de trabalhadores que prestou serviços relevantes na proteção de saúde dos brasileiros, principalmente os residentes na região norte do país até os anos de 1980 na área urbana.

Ressalta-se que no que se refere ao estado da arte, poucas pesquisas foram encontradas acerca da intoxicação de trabalhadores pelo inseticida diclorodifeniltricloreto (DDT); a maioria das pesquisas encontradas foram de intoxicação oriunda pelo mercúrio. A maioria dos textos utilizados foram da Dr^a. Heloisa Pacheco.

O uso dos mencionados inseticidas se mantém até os dias de hoje com exceção do DDT que não pode mais ser utilizado desde a Lei 11.936 de 14 de maio de 2009. O inseticida, por apresentar, uma nocividade, foi banido por quase todos os Países do Mundo, através da Convenção de Estocolmo de 2001 e aprovada sua proibição no Brasil pelo Senado Federal em 7 de maio de 2004. Estes produtos não são mais utilizados a pelo menos 20 anos em diversos países, inclusive os Estados Unidos.

Estes inseticidas fazem parte de um grupo de agentes químicos denunciados no livro Primavera Silenciosa (Carson,2010), que de forma indiscriminada e criminosa, destruíram, destroem e destruirão ainda insetos, o meio ambiente e o próprio ser

humano. Porém, vários agentes químicos continuaram a ser utilizados no combate às endemias, em prol da saúde pública.

Destaca-se que, o DDT é considerado um produto químico, e é classificado como Poluentes Orgânicos Persistentes (PQPs). Apresenta uma capacidade de se bioacumular em organismos vivos, inclusive no homem. Na cadeia alimentar, por exemplo, os animais predadores acumulam muito DDT ao absorverem o tóxico de presas contaminadas. O DDT, foi o mais barato pesticida utilizado nas campanhas de saúde, e também o mais nocivo. Seu efeito é prolongado. Ele move-se facilmente pelo ar, rios e solo e é cumulativo nos seres vivos. Já no homem, seu metabolismo se dá no fígado, mas também gera consequências aos rins, coração, medula óssea, cérebro e DNA. Está associado a distúrbios no sistema nervoso, hormonal e reprodutivo.

Sendo assim, este trabalho, parte do pressuposto de que, os trabalhadores brasileiros que foram expostos aos efeitos tóxicos destes inseticidas, especialmente o DDT e o Malathion, contraíram graves problemas psíquicos e físicos, e que por este aspecto deveriam receber tratamento de saúde. Desta maneira, é de responsabilidade da FUNASA e da União Federal assegurar o tratamento adequado a todos estes trabalhadores, que foram intoxicados no desempenho de suas funções.

Esta dissertação, apresentou como objetivo geral conhecer a situação atual dos intoxicados e analisar a atuação do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado do Pará (Sintsep-Pa) e como objetivos específicos: compreender como os trabalhadores intoxicados respondem a atuação da FUNASA e do Sintsep-Pa, conhecer como o Sintsep-Pa avalia sua atuação junto aos guardas de endemia e por último, analisar a Política Nacional de Saúde dirigida para os trabalhadores vinculados ao combate de doenças endêmicas.

Este estudo foi embasado na vertente marxista, tendo como orientação a perspectiva gramsciana, que entende o Estado a partir de um âmbito ampliado e contraditório. Desta maneira, no que se refere ao método, a análise das relações sociais perpassam pelo entendimento do modo de produção capitalista, isto é, pelas relações entre as classes fundamentais - burguesia e o proletariado e suas mediações com o Estado e o sindicato.

Metodologicamente a pesquisa foi operacionalizada por meio da realização de entrevistas semi-estruturadas, que segundo Minayo “combina perguntas fechadas e

abertas, em que o entrevistado tem possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”. (Minayo, 2012, p. 64).

Assim, a amostra do universo de informantes consistiu em 16 entrevistas, sendo 12 trabalhadores intoxicados, sendo 04 (quatro) dos municípios de Conceição do Araguaia, 04 (quatro) do município de Marabá e 04 (quatro) do município de Ananindeua; 02 (duas) com a coordenação do sindicato e 02 (duas) com advogados do Setor Jurídico do sindicato.

As entrevistas com os trabalhadores oriundos de Conceição do Araguaia, 02 (duas) foram realizadas no aeroporto de Belém e 02 (duas) no Hotel Luna, bem com as entrevistas com os trabalhadores de Marabá. A escolha do hotel se justifica por ser espaço onde os trabalhadores ficam hospedados quando vem realizar seus exames periódicos em Belém. As entrevistas com os trabalhadores do município de Ananindeua 03 (três) tiveram como espaço o 1º Centro Regional de Saúde e 01 (uma) no Sintsep-Pa.

Cabe destacar que além dos trabalhadores que residem nas áreas rurais, o planejamento da pesquisa previa entrevistas com 04 (quatro) trabalhadores do município de Belém e com a assistente social responsável pelo setor de Políticas Públicas e Saúde do Trabalhador do Sintsep-Pa. Este setor e a FUNASA foram pensados previamente como espaços que poderiam intermediar a relação entre a autora desta dissertação e os trabalhadores intoxicados. A hipótese não se confirmou.

No caso do Sintsep-Pa, a assistente social, não disponibilizou os endereços alegando não ter autorização dos sindicalizados, bem como não se disponibilizou para conceder a entrevista. No caso da FUNASA, o responsável pelo setor de recursos humanos, principalmente o servidor que acompanha os trabalhadores intoxicados, não foi localizado.

Esta dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro intitulado “O Estado, a Política Social e a Política Nacional de Saúde do Trabalhador”, que apresenta um resgate dos autores que discutiram o Estado Moderno como uma mediação necessária no contexto da propriedade privada, com destaque para a tradição marxista. A retomada da discussão sobre o Estado se justifica pelo fato de que o objeto da dissertação são servidores públicos estaduais. Ainda nesse capítulo, destaca-se a política social como resultado do antagonismo entre trabalho e capital e

a particularidade da política de saúde no Brasil. O segundo capítulo intitulado “O Surgimento dos Sindicatos: o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Pará e os Trabalhadores Intoxicados”, procura resgatar os determinantes históricos da outra mediação fundamental no interior da luta de classes: o sindicato, como representante do trabalho. A exposição particulariza a criação do Sintsep-Pa destacando sua contribuição no processo de denúncia e busca pela garantia dos direitos dos trabalhadores intoxicados pelo DDT no Pará. Já o terceiro capítulo, intitula-se “Os trabalhadores intoxicados e a atuação do Sintsep-Pa: o que dizem os entrevistados”, procura evidenciar o olhar dos entrevistados a respeito da intoxicação por inseticidas em decorrência do trabalho desenvolvido bem como da atuação do Estado e do sindicato nesse processo.

1 O ESTADO, A POLÍTICA SOCIAL E A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR

Destaca-se, para fins de entendimento, que o estudo sobre o Estado não tem sua origem na era moderna. Desde a época da *polis grega* e da *res pública romana*, os filósofos estudam sobre o referido tema; sendo que suas diversas definições foram formuladas por inúmeros pensadores em vários momentos históricos. Contudo, este capítulo irá deter-se especificamente à conceitualização das categorias Estado e Sociedade Civil para três pensadores clássicos: Karl Heinrich Marx, Vladimir Ilitch Ulianov Lênin e Antonio Gramsci.

1.1 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL PARA MARX

O filósofo Karl Heinrich Marx, desconstrói a ideia do “pacto” defendida pelos contratualistas (Hobbes e Locke) e aborda a discussão acerca da categoria Estado, no século XIX, partindo da concepção histórica do surgimento do Estado burguês, como produto da luta de classes.

Segundo Montaño & Duriguetto (2011, p. 34)

Pode-se dizer que Karl Heinrich Marx (Alemanha, 1818 - 1883) é um pensador da sua época, se apropriando criticamente dos fundamentos de pelo menos três fontes do pensamento [...]: a) o “materialismo histórico-dialético” (da filosofia alemã, especialmente de Hegel e Feuerbach); b) as “teorias do valor-trabalho e da mais-valia” (da economia política inglesa, particularmente de Smith e Ricardo); c) a “teoria das lutas de classes” (dos socialistas utópicos franceses, especialmente Proudhon, Saint-Simon, Fourier, Blanc e Owen).

No que se refere a sociedade civil enquanto base econômica e o Estado enquanto superestrutura, Hegel parte da concepção de que a sociedade civil é uma esfera das relações econômicas e dos interesses particulares e o Estado, por sua vez, é entendido como uma esfera de universalização. Estes, são os aspectos primeiros para o desenvolvimento dos estudos de Marx no que se refere ao Estado moderno e sua relação com a sociedade civil.

Conforme Montaño & Duriguetto (2011, p. 35), Marx entende sociedade civil

[...] enquanto sociedade burguesa, como a esfera da produção e da reprodução da vida material – ou como afirmará com Friedrich Engels (Alemanha, 1820-1895), em *A ideologia alemã* (...): “a sociedade civil abrange

todo o intercâmbio material dos indivíduos [...]. Abrange toda a vida comercial e industrial de uma dada fase (grifo dos autores).

Diante desta citação pode-se destacar que para Marx sociedade civil e estrutura econômica são entendidas da mesma forma. Sendo assim, é na sociedade civil que se fundamenta a natureza estatal, isto é, o Estado passa a ser entendido como resultado da sociedade civil, onde deve-se levar em consideração todas as contradições existentes nesta sociedade.

Marx afirma que para Hegel o sujeito é o Estado e o predicado é a sociedade civil. Só que na realidade, demonstra o autor em sua Crítica à filosofia do direito de Hegel (...), isso ocorre de forma inversa (...). Quer dizer: o Estado é produto, é consequência, é uma construção de que se vale uma dada sociedade para se organizar como tal; como diz Engels, “o Estado, o regime político, é o elemento subordinado, e [...] as relações econômicas, é o elemento dominante”. (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011, p. 35)

Assim, leva-se em consideração as condições materiais existentes em uma sociedade, ou seja, a forma como as coisas são produzidas, distribuídas e consumidas, assim como também, as relações sociais que se estabelecem, tendo estas, como a base das estruturas sociais e da consciência humana. Desta maneira, o Estado surge a partir das relações de produção, destacando que “não é o Estado que molda a sociedade mas a sociedade que molda o Estado” (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011, p. 35). Já a sociedade civil, se dá a partir do modo de produção e das relações de produção que fazem parte do referido modo. Sendo assim, essas relações existentes, constituem o poder que dá resultado ao Estado.

Marx, não entende o Estado a partir da concepção de universalização. Para ele, o Estado surge das relações de produção existentes, onde este expressa os interesses de classe que constituem as relações sociais de produção. Ou seja, a classe burguesa, que detém o controle dos meios de produção, controla o trabalho no que se refere ao processo de produção, constituindo-se em classe dominante. O poder da burguesia estende-se ao Estado, passando este, a expressar os interesses burgueses.

A partir da concepção de Estado enfatizada por Marx, Montaño & Duriguetto (2011, p. 36) destacam

[...] Marx denuncia a falsa autonomia que Hegel confere ao Estado como esfera que realiza a mediação universal dos interesses privados e gerais, pois expressa uma transposição especulativa da vida concreta e real do bourgeois (indivíduo privado e seus interesses particulares) em citoyen (a figura do cidadão e de seus abstratos interesse públicos universais).

Pode-se, diante destes aspectos frisados, concluir que a sociedade civil se mostra, na sua aparência, como uma sociedade da livre concorrência e das trocas, sendo que, a partir destes, se dá a construção de uma sociedade burguesa.

Já o Estado, aparece como um instrumento que representa os interesses universais. Contudo, representa os interesses dos detentores dos meios de produção, ou seja, a classe burguesa. O Estado, cumpre o seu papel de universalizador, a partir da reprodução dos interesses da classe que está no poder. Ou seja, na sua aparência, o Estado frisa a universalização de direitos perante todo e qualquer indivíduo, independente de classe social; porém, o seu real papel são os interesses particulares e não os interesses universais. Partindo do âmbito do real papel do Estado, onde este é pautado no interesse particular, podemos perceber esta perspectiva, na medida em que este, garante as condições necessárias para a reprodução da classe burguesa.

Carlos Nelson Coutinho, em seu livro “A dualidade de poderes: introdução à teoria marxista de Estado e revolução” (1985 p. 10-11), utiliza as expressões “restrita” e “ampla” para problematizar a historicidade da categoria Estado evidenciando

[...] tanto mais “ampla” quanto maior for o número de determinações do fenômeno estatal por ela mediatizados/sintetizados na construção do conceito de Estado; e que, vice-versa, será “restrita” uma formulação que (consciente ou inconscientemente) se concentra no exame de apenas uma ou de relativamente poucas determinações do fenômeno político-estatal (grifo do autor).

Contudo, para o referido autor, a ampliação do conceito de Estado apresenta dupla dimensão. A primeira é a dimensão gnosiológica, que pode ser entendida como ao maior ou menor nível de abstração conceitual para com o estudioso em relação ao seu objeto de análise. Já a segunda dimensão é a histórico-ontológica, que é referente ao maior ou menor grau da complexificação da realidade encontrada pelo estudioso.

Segundo Coutinho (1985, p. 12)

No plano gnosiológico, a “ampliação” do conceito de Estado consiste assim em articular dialeticamente os momentos abstratos obtidos na análise do modo de produção com as determinações mais concretas que resultam do exame da formação econômico-social enquanto nível mais complexo da totalidade social (grifo do autor).

Conforme esta citação, entende-se que esta abordagem introduz novas determinações no âmbito econômico, no âmbito social e no âmbito político. Refere-se ao âmbito econômico, as articulações existentes nos diferentes modos de produção; já no âmbito social, os diversos conflitos de classe; por fim, no âmbito político,

encontram-se características do fenômeno estatal e o seu papel na reprodução da sociedade.

No que se refere a utilização da expressão “restrita” do Estado, Coutinho (1985, p. 15-16) destaca

[...] se o Estado pode aparecer como o reino do universal, em contraste com a esfera econômica do particular, isso resulta do fato de que o homem da sociedade moderna está dividido em sua própria vida real. Por um lado, ele é o burguês, o indivíduo concreto que luta pelos seus interesses puramente particulares; por outro, aparece como o cidadão, o homem abstrato da esfera pública, que só deveria ter interesses gerais ou universais (grifo do autor).

Marx destacava que a alienação da esfera político-estatal em relação ao homem real e concreto é o impedimento para que o Estado seja realmente o representante da vontade geral. Acerca deste fato, Coutinho (1985, p. 16) afirma

Mesmo antes do seu período “marxista”, Marx já indicava o fato de que essa divisão – impondo uma alienação da esfera político-estatal em relação ao homem real e concreto – impede que o Estado possa representar efetivamente uma vontade geral. Se o homem que vive no mundo real (o burguês) conhece apenas interesses privados e particularistas, então a aparência do Estado como representante do interesse geral não passa de uma máscara a ocultar a dominação de uma casta burocrática que defende apenas (como todas as outras “corporações”) os seus próprios interesses particulares (grifo do autor).

Desta maneira, Marx faz outra crítica a teoria de Hegel em relação ao entendimento do Estado como “encarnação da Razão universal: o cidadão não passará de uma abstração enquanto não for eliminado o particularismo objetivo do burguês” (COUTINHO, 1985, p. 16). Sendo assim, reafirmo que, para Marx, o Estado tem seu surgimento nas relações sociais, não podendo ser entendido como uma entidade em si.

Conforme Coutinho (1985, p. 16-17), Marx apresentou como interesse de estudo, analisar os fundamentos da sociedade civil a partir dos seus interesses particulares e contrários ao mesmo tempo. Destaca-se que seu texto “Manuscritos econômico-filosóficos” de 1844, o filósofo frisa a formação da esfera particular como resultado da divisão da sociedade civil em classes distintas, ou seja, burgueses (proprietários dos meios de produção) e proletários (trabalhadores que vendem sua força de trabalho). Em razão disto, Coutinho (idem) enfatiza que para Marx

[...] O Estado deixa então de lhe aparecer apenas como a encarnação formal e alienada do suposto interesse universal, passando a ser visto como um organismo que exerce uma função precisa: garantindo a propriedade, o Estado assegura e reproduz a divisão da sociedade em classes e, desse modo, conserva a dominação dos proprietários dos meios de produção sobre

os não proprietários (trabalhadores). O Estado, assim, é um Estado de classe: não à a encarnação da razão universal, mas uma entidade particular que, em nome de um suposto interesse universal, defende os interesses comuns de uma classe particular (grifo do autor).

Neste aspecto, pode-se destacar que o Estado apresenta o monopólio de tudo aquilo que é universal em uma sociedade dividida por interesses de classes sociais antagônicas. Assim, Coutinho (1985, p. 18) observa que Marx e Engels em seu livro “A Ideologia Alemã” fazem a seguinte afirmação

[...] o modo pelo qual o Estado se realiza como Estado de classe consiste precisamente no fato de que ele despolitiza a sociedade, apropriando-se de modo monopolista de todas as decisões atinentes ao que é comum (universal). Condição de funcionamento do Estado, para o jovem Marx, é assim que a política seja uma esfera “restrita” e que a “sociedade civil” enquanto tal seja uma esfera “despolitizada” (grifo do autor).

A partir desta concepção de Estado colocada por Marx e Engels no livro em destaque, tem-se este a possibilidade de ser relacionado com a teoria da revolução socialista presente em “O Manifesto do Partido Comunista” (2012). Destaca-se que este último é o texto fundador da teoria marxista, assim como também, o programa inicial do proletariado face ao capitalismo.

Parafraseando rapidamente acerca da teoria da revolução presente em “O Manifesto do Partido Comunista” (2012), tem-se que, o objetivo geral deste texto é a organização da classe proletária, possibilitando a derrubada da supremacia burguesa e a conquista do poder político pela classe proletária, apresentando como objetivo final a extinção da propriedade privada burguesa. Ao final do referido capítulo (Proletários e Comunistas), como aspecto da teoria da revolução, destacam-se alguns exemplos de uma revolução proletária, sendo elas: a reforma agrária, como primeiro exemplo e por último, o ensino público e gratuito.

A partir desta rápida explanação acerca da teoria da revolução em “O Manifesto do Partido Comunista”, Coutinho (1985, p. 19) segue enfatizando

Marx e Engels não são suficientemente explícitos, no Manifesto, sobre o modo (ou os modos) pelo qual o Estado faz valer essa sua natureza de classe. Mas, ao falarem em “poder organizado para a opressão” e ao insistirem na natureza burocrática do pessoal do Estado, parecem indicar que a materialidade institucional do Estado se limita – ou se expressa preponderantemente – nos aparelhos repressivos e burocrático-executivos. Está assim formulada a essência da concepção “restrita” do Estado: esse seria a expressão direta e imediata do domínio de classe (“comitê da burguesia”) exercido através da coerção (‘poder de opressão’) (grifo do autor).

Ao longo de seu texto, Coutinho ainda afirma que “(...) a luta de classes entre proletariado e burguesia é uma permanente “guerra civil mais ou menos oculta”, e de que o Estado capitalista não é mais do que um “comitê executivo” da burguesia para “oprimir” o proletariado” (1985, p. 23).

Estes destaques do referido autor, deixam claro o papel desempenhado pelo Estado na época vivenciada pelos autores em questão, onde cada um apresentou e defendeu tese que achava mais pertinente a conjuntura política em vigor. Neste período o Estado era explicitamente um órgão da classe burguesa; encontrava-se favorável aos ideais burgueses, despolitizando a sociedade e servindo de instrumento de controle da classe trabalhadora (proletários) através da coerção.

Segundo Coutinho (1985, p. 26-27) Engels, antes da sua morte, escreve em 1895 a “Introdução” para a reedição do livro “As lutas de classe na França”, onde pode-se observar uma nova formulação do que concerne ao conceito de Estado, isto é, as relações de poder se apresentavam de outra forma. Neste sentido, Engels se refere ao Estado como o resultado de um pacto entre os príncipes e destes com o povo.

Decerto, Engels – como podemos ver em sua obra tardia (de 1884) sobre A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado – não abandona a antiga posição sua e de Marx sobre a natureza de classe de todo poder estatal. Essa determinação do Estado, cuja descoberta esta certamente entre as maiores contribuições do marxismo para a teoria política, continua a ter um papel decisivo nas formulações engelsianas. Mas Engels vê agora que a dominação de classe não se manifesta apenas através da coerção (como “poder opressivo”), mas resulta também de mecanismos de legitimação que asseguram um consenso (resulta também de um “pacto”, de um “contrato”).

Por outro lado, esses mecanismos de legitimação e de obtenção do consenso se encarnam nas novas instituições que, graças à grande parte das lutas da própria classe operária, que inscreveram-se no seio dos aparelhos de Estado (parlamento eleito por sufrágio universal, partidos políticos de massa, etc.) (1985, p. 28) (grifo do autor).

Nesse momento, a luta travada pela classe trabalhadora pelo poder, realiza-se no âmbito de uma república democrática, transformando a ideia de que a transição

para uma sociedade pautada no socialismo deveria conter a criação de um contrapoder armado pelos trabalhadores operários e conseqüentemente a destruição do instrumento do Estado. A partir desta concepção, é válido ressaltar que Engels foi o primeiro marxista a enfatizar o processo de “ampliação” da teoria do Estado, no último terço do século XIX.

Montaño & Duriguetto (2011, ps. 37,38) ao comentarem sobre a questão, destacam outra obra de Marx, chamando a atenção para a ampliação da concepção de Estado

Em A questão judaica (s.d., publicado originalmente em 1844), Marx retoma a divisão do homem em cidadão público e indivíduo privado, entre universalidade e particularidade. Nessa obra, a polêmica não é mais com Hegel, mas com a proposta de “emancipação política” de Rousseau. O centro da discussão é a denúncia de um dualismo contraditório entre a universalidade dos valores éticos do homem público e a conservação do seu particularismo no âmbito privado, o que marca a formalidade e a abstração da formação de uma vontade geral como “emancipação política” [...] (grifo do autor).

A crítica em relação a emancipação política, ou seja, a igualdade perante a formulação das leis, foi evidenciada na prática política dos primeiros regimes liberais, que se diziam “democráticos”. Contudo, os aspectos principais desses regimes liberais eram mantidos, isto é, a propriedade privada e a reprodução humana giravam em torno dos interesses individuais e não dos interesses coletivos.

Para Marx, a erradicação das bases materiais da sociedade civil (burguesa) é a condição ineliminável para uma concreta “emancipação política”, ou seja, é isso que possibilita objetivamente a realização de uma efetiva “emancipação humana” (que só se efetiva na ruptura com a propriedade privada, e a exploração do homem pelo homem). (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011, p. 38).

Os autores mencionados na citação acima, frisam que Marx, em seu texto “Manuscritos econômico-filosóficos”, já destacava a sociedade civil partindo do entendimento de um terreno dos interesses particulares. Contudo, destacava o particularismo como sendo resultado da divisão da sociedade em classes antagônicas, isto é, os detentores dos meios de produção e os detentores da força de trabalho. Sendo assim, ao garantir a propriedade dos detentores dos meios de produção (burguesia), o Estado passa a legitimar a dominação e a exploração desta classe para com os detentores da força de trabalho (proletários). A partir deste fator, o Estado demonstra ser um representante dos interesses de uma classe particular e

não dos interesses comuns, perdendo seu caráter universal para com todos os indivíduos sociais.

Pode-se reafirmar, que o Estado dependia diretamente do poder econômico, social e político existente na sua relação com a burguesia. O Estado, por sua vez, pode ser entendido como “expressão das relações sociais de produção existentes na sociedade capitalista” (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011, p. 39). Segundo Montaña & Duriguetto (2011, p. 39)

As determinações da divisão da sociedade civil em classes sociais e da representação dos interesses de uma classe particular pelo Estado são articuladas organicamente com uma concepção da revolução por Marx e Engels, na redação do Manifesto do Partido Comunista (...). Nas palavras de Marx e Engels (...), o executivo do Estado configura-se como “um comitê para administrar os negócios coletivos da classe burguesa” e suas formas institucionais se valeriam essencialmente da coerção ou da opressão para exercer suas funções e o domínio da classe burguesa. (...). Essa compreensão instrumental do Estado, e seu caráter (de dominação) de classe, não é especulativa; basta lembrar as condições políticas do Estado em meados do século XIX na Europa, onde a participação no poder político se dava somente para os proprietários (direito de votar e ser votados). Eram esses “cidadãos ativos” e seu parlamento que controlavam o poder executivo (grifo do autor).

Corroborando com todos os aspectos citados anteriormente e a partir da organização da sociedade pautada na divisão social de classes antagônicas, no domínio de uma classe social pela outra e pelo surgimento do Estado como representante da classe detentora dos meios de produção (burgueses), pode-se constatar que a categoria em análise de estudo nasceu a partir dessa contradição existente entre as classes sociais e como instrumento da burguesia. Ou seja, nasceu para conter os conflitos existentes entre essas duas classes e para manter a ordem. Sendo assim, pode-se entender o Estado como o resultado das contradições inerentes a essas duas classes sociais, burgueses e proletários.

Saindo da concepção de Marx acerca das categorias Estado e Sociedade Civil dar-se-á enfoque ao filósofo Vladimir Lenin e suas definições para com as categorias em estudo nesta dissertação.

1.2 O ESTADO PARA VLADIMIR ILITCH ULIANOV LÊNIN

A partir de todas as colocações frisadas anteriormente, tem-se um filósofo de grande relevância para a discussão posta neste capítulo: Vladimir Lênin. Este, apresenta posições bastante similares as colocadas, inicialmente, por Marx e Engels

no que se refere ao Estado. As colocações de Marx e Engels podem ser analisadas como o aspecto principal da teoria do Estado explicitada por Lênin.

No que se refere ao aspecto de Lênin conceber o Estado a partir da caracterização de Marx e Engels, Coutinho (1985, os. 31,32) coloca

[...] Parece-me plausível admitir que essa “fidelidade” a uma etapa específica da produção marx-engelsiana tem uma razão que transcende uma eventual preocupação de Lenin com questões de “ortodoxia”: o líder político russo defrontava-se com um tipo de Estado e com uma situação revolucionária que se assemelhavam grandemente ao Estado prussiano de 1848 e ao tipo de revolução (“permanente”) que Marx e Engels supunham que iria ocorrer na Alemanha de então.

A partir desta citação, Coutinho (1985, p. 32) destaca que, só assim, pode-se entender o fato de Lênin insistir na caracterização do Estado de modo “restrito” e “talvez ainda mais restrito do que Marx e Engels o faziam em 1848-1850”.

O contexto histórico vivenciado por Lênin, era bem diferente do vivenciado por Marx. Lênin, encontrava-se inserido no processo da Revolução Soviética, em um regime czarista e em uma sociedade que não apresentava grande desenvolvimento capitalista-industrial. O poder dos czares era extremamente opressor.

Lênin, após a eclosão da revolução de fevereiro de 1917, inicia um estudo da teoria marxista do Estado, sendo seu principal objetivo o desenvolvimento de um programa de revolução proletária frente ao Estado burguês e a tomada de poder por este proletariado.

Em relação ao estudo acerca do Estado, Lênin (2007, p. 19) frisa

A questão do Estado assume, em nossos dias, particular importância, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista político-prático. A guerra imperialista acelerou e avivou ao mais alto grau o processo de transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado. A monstruosa escravização dos trabalhadores pelo Estado, que se une cada vez mais estreitamente aos onipotentes sindicatos capitalistas, atinge proporções cada vez maiores. Os países mais adiantados se transformam (referimo-nos à “retaguarda” desses países) em presídios militares para os trabalhadores (grifo do autor).

Sendo assim, a essência e o caráter do Estado burguês se revelam a partir do momento em que este, exerce toda a sua violência contra a classe proletária. Isso ocorre a partir do momento em que a propriedade privada e as relações capitalistas de produção se sentem ameaçadas pela classe proletária.

Embasada nessa linha de pensamento de Lênin, pode-se destacar que o Estado é o produto das contradições existentes entre as duas classes sociais: burgueses e proletários. Por isso, se o Estado é o resultado da divisão da sociedade em classes antagônicas, conclui-se: a partir do momento em que estas classes deixam de existir, o Estado perde o seu papel de repressão. Por este aspecto, Lênin (2007, p. 27) continua destacando

[...] O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis.

Lenin frisa que para Marx “o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe pela outra; é a criação de uma “ordem” que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes” (2007, p. 27). Contrária a essa definição de Estado, tem-se a caracterização desta categoria pelos políticos da pequena burguesia, onde estes entendiam o Estado como “a conciliação das classes e não a submissão de uma classe por outra; atenuar a colisão significa conciliar, e não arrancar às classes oprimidas os meios e processos de luta contra os opressores a cuja derrocada elas aspiram” (LENIN, 2007, p. 27-28).

Lenin (2007, p. 34), destaca que segundo Engels, o Estado não existiu desde os primórdios. Este, surgiu a partir da divisão da sociedade em classes sociais, como já foi explicitado anteriormente. Desta forma, Engels destacou

O Estado, por conseguinte, não existiu sempre. Houve sociedades que passaram sem ele e que não tinham a menor noção de Estado nem de poder governamental. A um certo grau do desenvolvimento econômico, implicando necessariamente na divisão da sociedade em classes, o Estado tornou-se uma necessidade, em consequência dessa divisão.

Neste aspecto, entende-se que o Estado teve seu surgimento a partir da necessidade de mediar os conflitos entre as duas classes existente, burguesia e proletariado. Porém, deve-se destacar que, o Estado tornou-se, ao longo desses anos, um instrumento da classe detentora dos meios de produção, ou seja, os burgueses. Segundo Engels apud Lenin (2007, p. 32)

Como o Estado nasceu da necessidade de refrear os antagonismos de classes, no próprio conflito dessas classes, resulta, em princípio, que o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que, também graças a ele, se torna a classe politicamente dominante e adquire, assim, novos meios de oprimir e explorar a classe dominada.

Partindo do ponto de que o Estado é um instrumento da classe burguesa, Lukács (2012, p. 77) afirma que não se luta apenas contra o Estado, mas este instrumento demonstra o seu caráter como uma arma para a luta de classes, onde este é o mais importante instrumento de manutenção do poder da classe dominante (burgueses).

Mediante a função do Estado, Montañó & Duriguetto (2011, p. 42) destacam

[...] A função do Estado como aparelho repressivo da burguesia é destacada por Lênin como o núcleo central do Estado burguês. O marxismo russo enfatiza que os principais instrumentos da força do poder de Estado são o exército e a polícia, e que a revolução violenta é inevitável.

Lênin, a partir do seu entendimento acerca da categoria Estado, como um instrumento da classe burguesa, que desempenha um papel aparentemente de mediação entre as classes burguesas e proletárias, destaca que “só a revolução pode “abolir” o Estado burguês” (2007, p. 38).

Diante da afirmação de Lênin, Coutinho (1985, p. 33) destaca que, com uma definição tão restrita da estrutura do Estado, não é surpresa que este coloque de forma explícita, a substituição do Estado burguês pelo Estado proletário deve se dá a partir da revolução violenta. Sendo assim, “o conceito leniniano da dualidade de poderes insere-se no quadro dessa concepção “restrita” do Estado e dessa visão “explosiva” da revolução” (COUTINHO, 1985, p. 33).

Segundo Coutinho (1985, p. 34) ocorre uma divergência entre Marx e Lênin

Decerto, ainda aqui em concordância com o Marx de 1850, Lenin ressalta o papel do consenso no processo de superação da dualidade de poderes. Assim, enquanto Marx mostrava na Mensagem que uma das tarefas dos contragovernos operários era “a destruição da influência dos democratas burgueses sobre os operários”, Lenin insiste – num sentido um pouco diverso – em que os operários e camponeses representados nos sovietes devem ser convencidos da necessidade de assumir todo o poder, derrubando o Governo Provisório da burguesia.

Estas afirmações colocadas por Lênin, segundo Coutinho (1985, p. 35), demonstram que ele se aproximou dos posicionamentos de Engels no ano de 1895, onde a violência revolucionária da classe operária só era justificada a partir da violência da classe burguesa, quando esta, quebra o “pacto” pelo qual o Estado se funda e impede através da força o acesso da classe operária ao poder através de meios legais ou constitucionais. Contudo, para Coutinho (1985, p. 35) não é essa a questão, sendo elas

[...] Em primeiro lugar, enquanto para Engels “a ditadura do proletariado” só pode se dar sob a forma da república democrática (no que ele revela conceber a “ditadura do proletariado” não como um tipo de regime, mas como o conteúdo social do novo poder de Estado), a superação da dualidade de poderes em Lenin – com a consequente do poder estatal pelo proletariado – implica a destruição completa da “velha” máquina estatal (um dos dois poderes “tem de se reduzir a nada”) e a construção de um tipo de Estado inteiramente novo; não há assim para Lenin a possibilidade, admitida pelo último Engels, de que determinadas formas e instituições do velho aparelho de Estado (precisamente as que se manifestam numa “república democrática”) sejam repostas e transfiguradas na nova forma estatal. E, em segundo lugar, o consenso que Lenin tem em vista é um consenso preciso e específico: implica a aceitação pelas massas operárias e camponesas, graças à ação educadora do “partido de vanguarda”, da necessidade de superar a dualidade de poderes por meio de uma revolução violenta que reduza “a nada” o poder contrário (grifo do autor).

Sendo assim, Lenin, que estava inserido em uma realidade onde o Estado era realmente “restrito” (czarismo), vê e entende este momento como, o propulsor acerca da necessidade de “quebrar” a máquina estatal. Para ele, o Estado burguês era o resultado do aperfeiçoamento da máquina estatal herdada pela burguesia das monarquias feudais. Porém, para Marx e Engels, “quebrar” a máquina estatal diz respeito a quebra dos aparelhos burocrático-militares do Estado.

Diante de todos os aspectos citados anteriormente, para Lênin, o Estado é o representante dos interesses específicos da classe burguesa, sendo o seu principal meio de defesa desse interesse o poder coercitivo. Desta maneira, a destruição deste Estado burguês só deve acontecer a partir de um confronto armado, pois o “Estado é a força armada da burguesia” (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011, p. 42).

Partindo deste fator, Lênin destaca a importância da ditadura do proletariado, que pode ser entendida como a tomada de poder pela classe trabalhadora, onde, a partir deste momento, o Estado só vai ser necessário para a utilização, de forma provisória, dos seus instrumentos de poder contra a classe burguesa e para a extinção das duas classe antagônicas. Sendo assim, o Estado só tem sua existência por conta das contradições presentes entre as classes burguesa e proletária. Com o fim destas classes, o Estado se torna indispensável.

Diante da caracterização acerca da categoria Estado pelo pensador Vladimir Lenin, dar-se-á agora a caracterização das categorias Estado e Sociedade Civil para Antonio Gramsci. Ressalta-se que este estudo é pautado na vertente gramsciana.

1.3 O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL PARA ANTONIO GRAMSCI

Este pensador, vai deter-se, diferentemente de Marx, no capitalismo, em seu momento monopolista, no século XX, na Itália. Segundo Montaño & Duriguetto (2011, p. 43)

As distinções na produção de Gramsci em relação a Marx estão longe de significar uma ruptura com seu mestre, mas justamente o contrário, há a manutenção da “ortodoxia” (que não se confunde com “dogmatismo”) marxista que, conforme Lukács, radica na fidelidade com o método, de captar da realidade as (novas) determinações.

Gramsci, apresenta suas reflexões pautado nas questões políticas do momento ao qual estava inserido, enfatizando principalmente questões políticas acerca da organização da classe proletária, os seus avanços e refluxos frente as atitudes da classe dominante. Sendo assim, ele tinha como intuito apresentar elementos críticos com o objetivo de que a classe trabalhadora conseguisse construir alternativas de luta para a situação vivenciada.

O referido pensador, ao refletir os momentos históricos da revolução socialista em seu país, apresentando uma perspectiva internacionalista, contribui para o debate acerca da sociedade civil e a relação desta com o Estado, partindo do princípio de que o Estado é visto a partir de uma lógica de instituição contraditória, onde estão presentes à dominação ideológica da classe burguesa e as ações e reações da classe trabalhadora.

Gramsci vai construir sua prática, a partir das questões do liberalismo e da ideologia, enquanto formas utilizadas pela classe burguesa para fazer prevalecer seu entendimento de mundo em relação a classe proletária. Ressalta-se que, esta atitude da burguesia, tem como intuito ampliar seu domínio enquanto classe, assim como também, ser a alternativa para a classe trabalhadora.

Desta forma, deve-se colocar como centralidade no pensamento de Gramsci, a contextualização que este desenvolve acerca da relação Estado e sociedade civil, já que ele, além de se contrapor a concepção liberal do Estado, compreende-o, partindo da lógica de uma instituição contraditória, onde estão presentes as forças existentes no âmbito societário. Sendo assim, sociedade civil, pode ser caracterizada a partir de uma dimensão, onde esta vai além de uma relação estritamente econômica.

Gramsci, irá colocar uma nova visão acerca do Estado, mas partindo dos conceitos de Marx, Engels e Lenin, com o objetivo de analisar a sociedade civil e a relação desta com o Estado, partindo de uma situação concreta e histórica e não apenas da sua vivência na Itália, mas também, de todas as sociedades capitalistas de seu tempo.

Diante disto, Coutinho (1985, p. 57) enfatiza o desenvolvimento, por Gramsci, de conceitos utilizados por Marx, Engels e Lenin, onde

[...] Esses três autores, como vimos, insistem na natureza de classe do fenômeno estatal: 1) o Estado teria sua gênese na divisão da sociedade em classes; existindo somente quando e enquanto existir essa divisão; 2) a função do Estado consistiria precisamente em conservar essa divisão, assegurando que os interesses particulares de uma classe possam se impor como o interesse universal da sociedade. E, ao definirem a estrutura do Estado, Marx e Engels (sobretudo no período 1848-1850) e Lenin indicaram na repressão – [...] – o modo principal através do qual o Estado desempenha suas funções próprias. Já vimos que o Estado aparece, para Marx e Engels no Manifesto Comunista, como o “comitê das classes dominantes” e “como poder de opressão de uma classe sobre a outra”; e que Lenin, de modo ainda mais restritivo, considera que “o exército permanente e a polícia são os instrumentos fundamentais” do poder de Estado (grifo do autor).

Desta maneira, ao se colocar essa concepção “restrita” do Estado, deve-se levar em consideração que, este Estado, assim como também, o seu aspecto repressivo, são características integrantes desse fenômeno estatal, correspondendo ao Estado que foi vivenciado por Marx, Engels e Lenin.

Acerca da formulação de Gramsci sobre a categoria sociedade civil, assim como também o debate iniciado por Marx, Amaral (2010, p. 81) afirma

As elaborações de Gramsci sobre a sociedade civil foram construídas a partir das intensas mobilizações e transformações políticas da sua época. Nesse sentido, foi a sua militância como dirigente político-revolucionário que tornou possível a ele anunciar, amadurecer e consolidar conceitos fundamentais à análise da totalidade social, da hegemonia, do Estado, da democracia e do socialismo, aprofundando o debate iniciado por Marx para pensar tais questões numa perspectiva de superação da ordem burguesa.

Já para Portelli (1977, p. 22) sociedade civil é entendida como:

[...], em geral, concebida como “o conjunto de organismos, vulgarmente ditos privados, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade”. Gramsci opõe a ela a sociedade política (o Estado, no sentido estrito do termo), da qual ela constitui a “base”, o “conteúdo ético” (grifo do autor).

A sociedade civil é um conjunto complexo: seu campo é muito extenso, e sua vocação para dirigir todo o bloco histórico implica uma adaptação de seu conteúdo,

segundo as categorias sociais que atinge. Assim, a sociedade civil pode ser considerada sob três aspectos complementares:

- como ideologia da classe dirigente, ela abrange todos os ramos da ideologia, da arte à ciência, incluindo a economia, o direito etc.;
- como concepção do mundo, difundida em todas as camadas sociais para vinculá-las à classe dirigente, ela se adapta a todos os grupos; advêm daí seus diferentes graus qualitativos: filosofia, religião, senso comum, folclore;
- como direção ideológica da sociedade, articula-se em três níveis essenciais: a ideologia propriamente dita, a “estrutura ideológica” – isto é, as organizações que a criam e difundem -, e o “material” ideológico, isto é: os instrumentos técnicos de difusão da ideologia (sistema escola, mass media, bibliotecas etc.) (grifo do autor).

Como Gramsci vivencia uma época histórica diferente da vivenciada por estes três pensadores citados nos parágrafos anteriores, pode-se perceber que, ocorre uma “ampliação” deste fenômeno estatal. Gramsci, “se esforçou por dar teoricamente conta de uma intensa socialização da política” (COUTINHO, 1985, p. 59), que apresentou inúmeros resultados positivos, dentre eles a conquista do sufrágio universal, a criação de partidos políticos etc.

Montaño & Duriguetto (2011, p. 43) destacam

É com a percepção de uma intensa socialização da política - resultante da presença de organizações, tanto dos trabalhadores quanto do capital, no cenário do capitalismo desenvolvido (partidos políticos, sindicatos), da conquista do sufrágio universal, do fascismo e do nazismo como movimentos de expressão da hegemonia política da burguesia – que Gramsci visualiza uma complexificação das relações de poder e de organização de interesses, que fazem emergir uma nova dimensão da vida social, a qual denomina de sociedade civil (grifo do autor).

Conforme frisa Portelli (1977, p. 19), Gramsci retorna inúmeras vezes ao Quaderni, no que se refere ao conceito de sociedade civil, “para definir a direção intelectual e moral de um sistema social”.

A sociedade civil em Gramsci é entendida como um espaço onde todas as classes se organizam, com o objetivo central de defender seus interesses. Neste contexto, ocorrem confrontos de projetos societários antagônicos, onde as classes existentes na sociedade lutam para manter ou conquistar hegemonia social. Fazem parte da sociedade civil as redes de organizações, sendo elas: os movimentos sociais, os partidos, as igrejas, o sistema educacional dentre outros. Corroborando com o conceito de sociedade civil enfatizado por Gramsci, Coutinho (2011, p. 24) destaca

Gramsci trabalha numa época histórica e num âmbito geográfico no qual já se generalizou essa maior complexidade do fenômeno estatal. Ele pôde

assistir a uma intensa socialização da política, resultante da conquista do sufrágio universal, da criação de grandes partidos políticos de massa, da ação efetiva de poderosos sindicatos operários. Até mesmo a direita, para triunfar politicamente, tem agora de se apoiar em movimentos políticos de massa, como é o caso do fascismo e do nazismo. Neste contexto, a luta política já não se trava apenas entre uma burguesia entrincheirada no Estado e as vanguardas ativas mas restritas da classe operária. Todo um tecido complexo de organizações sociais e políticas, envolvendo também as camadas médias e a própria burguesia, espalha-se agora como um conjunto da sociedade capitalista. Entre os aparelhos executivos (civis e militares) do Estado e o mundo das relações sociais de produção – entre o que Gramsci chamou, respectivamente, de “sociedade política” e de “sociedade econômica” -, criou-se progressivamente uma rede de organizações com um papel efetivo na vida política, na medida em que estas organizações são peças decisivas nos mecanismos de reprodução da sociedade como um todo.

Ressalta-se que, é exatamente esta rede de organizações, que Gramsci define como sociedade civil. Este, por sua vez, é um dos principais conceitos elaborados pelo pensador. O conceito de sociedade civil para Gramsci, está ligado ao âmbito do ser social. Sendo assim, toda e qualquer organização compõe a sociedade civil, conforme o conceito descrito por ele. É de grande relevância colocar que, Gramsci não entende sociedade civil como um ente que esteja separado do mercado e do Estado.

Desta maneira, o âmbito político de caráter “restrito” que era característico dos Estados elitistas (autoritários e liberais), vai cedendo lugar, paulatinamente, a uma nova esfera pública “ampliada”, onde podemos caracterizá-la pelo protagonismo político das diversas organizações de massa. É exatamente este entendimento de “socialização da política” (COUTINHO, 1985, p. 59), que possibilita a Gramsci desenvolver a sua teoria marxista de ampliação do Estado. Em relação a essa ampliação dialética do Estado, Coutinho (2011, p. 25) afirma

Nunca é demais insistir em que a “ampliação” gramsciana da teoria do Estado é uma ampliação dialética: os elementos novos aduzidos por Gramsci não eliminam o núcleo duro da teoria de Marx e Engels (ou seja, o caráter de classe e o momento repressivo de todo poder estatal), mas o desenvolvem no sentido de acrescentar-lhe novas determinações (grifo do autor).

Sendo assim, Gramsci parte da distinção de dois conceitos. Conceitos, estes, relevantes em seu estudo, e que fazem parte das superestruturas, sendo eles “sociedade política” e “sociedade civil”. Sobre “sociedade política”, define-se como um conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da coerção (COUTINHO, 2011, p. 25), isto é, pode ser entendido como o que ele denominava de Estado no seu sentido estrito ou Estado-coerção, onde este é constituído pelas burocracias que estão ligadas as forças armadas e as leis (o

denominamos de governo). Já a caracterização de “sociedade civil” é o destaque de Gramsci; esta, é definida a partir da esfera do ser social que tem sua gênese com os processos de socialização da política. É válido destacar que, são essas duas esferas (“sociedade política” e “sociedade civil”) que constituem o Estado para o pensador em destaque.

Em relação a estes dois conceitos chaves, que Gramsci desenvolve acerca de “sociedade política” e “sociedade civil”, Hugues Portelli (1977, p. 19) coloca

As superestruturas do bloco histórico formam um conjunto complexo, em cujo seio Gramsci distingue duas esferas essenciais: a da sociedade política, que agrupa o aparelho de Estado, e a da sociedade civil, isto é, a maior parte da superestrutura.

Para Gramsci, a partir da socialização com a política, o Estado passa a se ampliar, apresentando novas funções e incorporando ao seu cerne as lutas de classes existentes, isto é, as lutas entre as classes burguesa e proletária. Sendo assim, “o Estado ampliado de seu tempo e contexto, preservando a função de coerção (sociedade política) tal como descoberta por Marx e Engels, também incorpora a esfera da sociedade civil (cuja função é o consenso)” (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011, p. 43).

Segundo Coutinho (1985, p. 55) os Cadernos do Cárcere, são o ponto de inflexão em relação ao desenvolvimento da teoria marxista do Estado e da revolução. Em seu outro livro e relacionado aos Cadernos do Cárcere, Coutinho (2011, p. 21-22) segue enfatizando

[...] Mas uma resposta sistemática vai aparecer somente nos Cadernos, nos quais Gramsci irá elaborar uma nova teoria marxista do Estado e da revolução (é necessário sublinhar os dois adjetivos, ou seja, “nova” e “marxista”), que é certamente sua maior contribuição ao desenvolvimento da teoria social histórico-materialista.

Gramsci não poderia elaborar esta nova teoria do Estado e da revolução se não tivesse como pressuposto metodológico a concepção do marxismo como uma filosofia da práxis, ou seja, como um antieconomismo radical. Não é casual que ele dedique a temas “filosóficos” uma parte substantiva dos seus Cadernos. Com efeito, foi precisamente com base nesta concepção que Gramsci pôde conceber de modo novo a relação entre economia e política, entre infraestrutura e superestruturas, destacando sempre o papel da ação humana em face das determinações objetivas (grifo do autor).

Neste aspecto, o que demonstra a novidade acerca do conceito de sociedade civil em Gramsci, é a contribuição deste, em relação ao aspecto teórico-analítico da maneira como o âmbito econômico determina a produção e a reprodução da superestrutura em relação ao contexto histórico ao qual o Estado se enquadrava.

Por estes aspectos, Coutinho (2011, p. 25-26) destaca como pontos diferentes entre a “sociedade política” e a “sociedade civil”:

[...] em primeiro lugar, a função que exercem na organização da vida social, na articulação e reprodução das relações de poder. Ambas, em conjunto, formam o Estado em sentido amplo ou integral, que Gramsci define como “sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia coraçada de coerção” [...]. Nesse sentido, ambas as esferas servem para conservar ou promover determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental. Mas o modo de encaminhar essa promoção ou conservação varia nos dois casos. No âmbito da sociedade civil, a cujo os organismos se adere voluntariamente (não sou obrigado a fazer parte de um partido, de um sindicato, de uma igreja etc.), as classes buscam exercer sua hegemonia, isto é, buscam ganhar aliados para suas posições através da direção político-intelectual e do consenso. Por meio da sociedade política, ao contrário, exerce-se sempre uma ditadura, ou seja, uma dominação mediante a coerção (e por coerção não se deve entender apenas a violência pura e simples, mas todos os atos governamentais que sou obrigado a cumprir, ainda que não concorde com eles, como, por exemplo, pagar impostos, prestar serviço militar etc.). Além disso, as duas esferas se distinguem por uma materialidade social própria: enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais na burocracia militar e executiva, os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de “aparelhos ‘privados’ de hegemonia”, ou seja, organismos sociais relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito (grifo do autor).

Sendo assim, a natureza de classe do Estado e o seu papel de conservar os interesses da classe burguesa através da repressão, são aspectos enfatizados por Marx, Engels e Lenin, onde são mantidas por Gramsci. Desta forma, “sociedade política” pode ser caracterizada como a esfera estatal, apresentando como papel a dominação de uma classe.

Desta maneira, as duas esferas (“sociedade política” e “sociedade civil”) tem o papel de manter ou modificar um determinado contexto econômico-social, de acordo com os interesses da classe burguesa, que é de extrema importância para o modo de produção capitalista.

É importante ressaltar que, apesar de Gramsci colocar a existência de uma relação entre o poder econômico e o poder político, e que o Estado é o meio onde se realiza a unificação e o exercício do poder burguês, é de grande necessidade levar em consideração as mediações presentes nessa relação. Para ele, o Estado não podia ser entendido apenas como um instrumento repressivo da classe burguesa, já que este, inseria a hegemonia burguesa na sua superestrutura. Gramsci define hegemonia como “a direção social baseada num certo consenso e aceitação dos setores subalternos” (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011, p. 45).

Sendo assim, o âmbito que constitui a sociedade civil é bastante amplo. Por este aspecto, dá-se destaque aqui, assim como já foi dado em parágrafos anteriores, à concepção de sociedade política para Gramsci, onde Portelli afirma (1977, p. 30),

ter um papel oposto à sociedade civil, pois, sociedade política se dirige mais a ideologia e sociedade civil ao aparelho do Estado. Portelli (1977, p. 30) frisa nos Quaderni a existência de inúmeras definições de sociedade política, sendo elas:

- “Sociedade política ou Estado, que corresponde à (função de) “dominação direta” ou de comando que se exprime no Estado ou governo jurídico”.
- “Sociedade política ou ditadura, ou aparelho coercitivo para conformar as massas populares ao tipo de produção e economia de um determinado momento”.
- “Governo político..., isto é, aparelho de coerção de Estado, que assegura “legalmente” a disciplina desses grupos que recusam seu acordo, seja ativo ou passivo; no entanto, é constituído para o conjunto da sociedade, em previsão dos momentos de crise no comando e na direção, quando falha o consenso espontâneo” (grifo do autor).

A partir desta citação, constata-se que sociedade política apresenta características bem definidas, onde se agrupam no conjunto de atividades realizadas na superestrutura, que estão ligadas diretamente a função de coerção. Sendo assim, conclui-se que sociedade política é uma extensão da sociedade civil.

Desta maneira, coloca-se que, para Gramsci, o Estado é todo este complexo de atividades, com as quais a classe dominante se mantém no domínio do poder. Tem-se também, que sociedade civil, está diretamente ligada ao âmbito das relações sociais de produção, assim como também, as formas sociais dessa produção e ao papel que estas exercem para com o Estado.

Corroborando com isto, sociedade civil para Gramsci está inserida no Estado (superestrutura), e este por conseguinte, é constituído por interesses e conflitos das classes sociais (burgueses e proletários) onde estas estão presentes na estrutura econômica.

Acerca do referido pensador, Amaral (2010, ps. 82, 83) destaca

[...], parte da observação de que se faz necessário canalizar as lutas sociais populares segundo um projeto próprio de sociedade. Projeto este que potencializasse a identidade das classes subalternas na perspectiva de transcender a visão de mundo imposta pela cultura dominante, na busca incessante pela conquista de hegemonia. São exatamente estes mecanismos de hegemonia, indicados na articulação “governo de massas” e “economia pragmática” que Gramsci vai explicar como sendo eixos estratégicos para a consolidação dessa hegemonia. Vale dizer, na perspectiva da reconstrução do bloco histórico capitalista ou da construção de um novo bloco histórico.

Sendo assim, Gramsci formula um conceito de Estado como ente organizador das inúmeras formas de política, assim como também, da coerção e dos mecanismos utilizados pela burocracia. Também leva em consideração, todos os elementos, sendo

eles: igrejas, partidos políticos, empresas dentre outros, são organismos que fazem parte da sociedade civil.

Porém, devemos lembrar que para Gramsci a sociedade civil não poder ser analisada apenas como um conjunto de práticas e representações homogêneas, mas sim, como um espaço onde esta inserido a luta de classes. Partindo desta ótica, “a afirmação das identidades e práticas classistas é fundamental para escapar da leitura liberal que reduz a sociedade civil à superestrutura, ignorando seu papel decisivo na articulação da totalidade do social” (AMARAL, 2010, p. 83).

Diante de todas as explanações colocadas nos parágrafos anteriores, e conforme Amaral (2010, p. 84),

[...], o Estado se constitui em uma combinação que reúne tanto o aparelho estatal propriamente dito – ou seja, o elemento coerção – quanto o aparelho privado de hegemonia, ou, a dita sociedade civil, que é o lugar privilegiado de disputas de projetos societários e onde se determina a hegemonia.

Desta forma o conceito de hegemonia para o referido autor, pode ser entendido, a partir das diversas possibilidades de uma determinada classe social, conseguir se firmar enquanto concepção de mundo, a partir de uma ótica diferenciada diante das demais classes. Ou seja, seria preciso uma construção política e intelectual capaz de modificar a realidade da classe trabalhadora, levando sempre em consideração as condições sociais, históricas e políticas existentes no momento em vigor. Porém, essa reforma não pode ocorrer sem os conflitos de projetos de sociedades definidos por cada classe social, isto é, a classe burguesa e a classe trabalhadora. São exatamente a partir destes embates das duas classes, que serão expostas as diferenças entre os projetos societários de cada classe social.

Sendo assim, “o processo de formação de hegemonia, em suma, deve ter como referência práticas pedagógicas que viabilizem a consolidação da democracia” (AMARAL, 2010, p. 85). O conceito de hegemonia para Gramsci, pode ser entendido a partir de uma perspectiva do movimento das classes sociais, onde pode-se perceber, de maneira clara, seus projetos políticos e suas vertentes ideológicas, colocando os sujeitos enquanto protagonistas da construção da sua própria história. Deve-se observar as classes sociais enquanto espaço de contradições e diversidade de sujeitos, onde cada um carrega consigo sua própria história.

Essa hegemonia para o autor, pode ser conquistada, a partir da “prática plural das organizações da sociedade civil” (AMARAL, 2010, p. 85). Esta, por sua vez, se dá a longo prazo e, a partir do momento em que uma determinada organização se coloca à frente da sociedade, conseguindo enfatizar o seu projeto político e cultural no que se refere ao âmbito societário.

Partindo da concepção teórica de Gramsci, podemos destacar que, os estudos dele, apresentam conexão e são atuais para se pensar os processos existentes na configuração da sociedade brasileira.

Para Amaral (2010, p. 82) o pensamento de gramsciano.

É absolutamente necessário tratar do seu pensamento, especialmente aquelas questões que dizem respeito às nossas indagações sobre a centralidade da sociedade civil, tendo como referência os problemas e necessidades colocados na sociedade contemporânea: a participação das classes na política, em especial, as classes subalternas; a organização da sociedade, sob o ponto de vista de práticas da institucionalidade vigente; da construção de mecanismos institucionais capazes de captar os elementos contraditórios do Estado e enfrentar a ofensiva neoliberal, posta como único horizonte da sociabilidade.

O pensamento de Gramsci, se torna atual, justamente por conseguir fazer esse nexos causal acerca de como está a sociedade civil hoje e a sua relação com o Estado, assim como também, a importância do papel da classe trabalhadora e a sua organização no contexto ao qual está inserida.

Desta maneira, pode-se ressaltar que, o debate acerca da categoria sociedade civil vem se tornando bastante instigante, pois está vem ocupando um lugar de destaque em nossas discussões, principalmente, a partir da década de 90, onde vem sendo implementados diversos ajustes e reformas que redefinem, em inúmeros momentos, inclusive o papel do Estado, assim como também, as práticas que devem ser utilizadas pelas classes sociais.

Para Amaral (2010. p. 89)

[...] a complexificação da sociedade e suas novas formas de organização, mediadas pelo contexto de crise e de Reforma do Estado, apresentam-se como realidade justificadora para a retórica da necessidade de mudanças na relação entre Estado e Sociedade. Particularmente, no Brasil, no interior dessa relação, o que se constata é uma interpelação recorrente à sociedade civil para que esta, na condição de partícipe, colabore com o Estado na execução das políticas sociais. Este apelo à colaboração com o propósito de legitimar as ações estatais e integrar a sociedade à ordem dominante é uma das principais estratégias que se constroem para neutralizar os conflitos e apagar as diferenças de projetos societários.

Partindo desta lógica, as competências do Estado são transferidas para a sociedade civil, com o intuito de mostrar para os indivíduos que eles são parte integrante e de suma relevância para a construção deste Estado. Contudo, o objetivo central deste mecanismo é desmobilizar as lutas construídas e organizadas pela classe trabalhadora. Sendo assim, estes mecanismos possibilitam maior flexibilidade ao papel do Estado, onde podemos citar como exemplo, as transformações recentes na legislação trabalhista, onde estes tentam desconstruir as diversas lutas sociais e as conquistas de direitos.

Desta forma, tendo como embasamento teórico o pensamento de Gramsci, pode-se entender que, estes mecanismos de envolver a sociedade nas diversas ações estatais, podem ser entendidas como atitudes da hegemonia dominante, onde as ideias de participação dos indivíduos sociais na ordem societária, a partir da conjuntura atual, demonstram o interesse da hegemonia dominante em desconstruir as lutas travadas pela classe trabalhadora.

Assim, pode-se constatar que o conceito de sociedade civil na perspectiva gramsciana, está diretamente ligado ao aspecto das relações sociais de produção, a consciência e o papel de cada classe social e o papel que ambas exercem para com o Estado. Ou seja, a sociedade civil, faz parte do Estado, onde este, por sua vez, é repleto de conflitos das classes sociais que estão inseridas nessa estrutura econômica. Assim, a sociedade civil é uma expressão de articulação dos inúmeros interesses presentes nas classes sociais, assim como também, as mediações políticas, ideológicas e sociais que são inerentes a essas.

Já o conceito de Estado, partindo desta mesma perspectiva, também pode nos ajudar a entender a especificidade do nosso país. Nos seus escritos, Gramsci utiliza os termos “Estado ampliado” e “guerra de posições”, onde ele coloca estes dois conceitos como essenciais para o entendimento dos processos sociais, que, ele denominava como “Ocidente”, ou seja, as sociedades mais complexas. Progressivamente, o Brasil vem se tornando, desde as últimas décadas, um país que pode ser caracterizado como “Ocidental”. Partindo desta perspectiva de análise, Gramsci nos possibilita repensar estratégias que se enquadrem neste contexto vivenciado pelo Brasil.

Diante de todo esse debate acerca da perspectiva gramsciana, pode-se concluir que está torna-se atual, justamente por apresentar um entendimento da realidade social enquanto totalidade, desvendando as contradições inerentes a ela, onde está, é permeada por diversas mediações. Leva-se em consideração que, o entendimento de sociedade civil em um Estado que possa ser considerado realmente democrático, não pode estar pautado na transferência do papel do Estado para os indivíduos sociais, desresponsabilizando este Estado de suas atribuições, tais como assegurar a saúde, educação, segurança pública, saneamento básico dentre outros.

Assim, a proposta enfatizada por Gramsci acerca da revolução a partir da “guerra de posições”, não pode ser entendida como uma possibilidade de se melhorar a lógica empregada pela sociedade pautada no capitalismo; mas sim, como estratégia de superação desta lógica capitalista, através da criação de uma nova ordem social.

Outro aspecto relevante da perspectiva gramsciana e que pode se encaixar ao contexto vivenciado pelo Brasil, é o que o pensador entende enquanto “revolução passiva”. Este termo, teve como influência o historiador Vincenzo Cuoco; contudo, Gramsci lhe deu um significado totalmente diferente. Este termo é um instrumento que Gramsci utiliza para analisar a formação do Estado burguês moderno na Itália. Porém, ele também é utilizado para fazer referência a fatos sociais complexos, inclusive “inteiras épocas históricas, bastante diversas entre si, como, por exemplo, a Restauração pós-napoleônica, o fascismo e o americanismo”. (COUTINHO, 2008, p. 91).

Coutinho enfatiza que o termo “revolução passiva” também foi utilizado para conceituar alguns momentos da história do Brasil, onde podemos destacar como atual a utilização deste termo nos parâmetros brasileiros. Para Coutinho (2008, p. 92), Gramsci foi o primeiro a ampliar este termo para diferentes épocas históricas.

Segundo Coutinho (2008), para Gramsci, “revolução passiva” apresenta dois momentos, sendo eles: o momento da “restauração”, ou seja, uma reação conservadora à possibilidade de modificação da ordem pelas classes dominadas e, o momento da “renovação”, quando algumas camadas populares, aceitam privilégios da classe dominante. Desta maneira, “revolução passiva”, “não é sinônimo de contra-revolução e nem mesmo de contra-reforma; na verdade, numa revolução passiva, estamos diante de um reformismo “pelo alto” (COUTINHO, 2008, p. 93-94).

Sendo assim, “revolução passiva”, pode ser caracterizada a partir de três aspectos: 1) as classes dominantes reagem a pressões que provêm das classes subalternas, ao seu “subversivismo esporádico, elementar”, ou seja, ainda não suficientemente organizado para promover uma revolução “jacobina”, a partir de baixo, mas já capaz de impor um novo comportamento às classes dominantes; 2) esta reação, embora tenha como finalidade principal a conservação dos fundamentos da velha ordem, implica o acolhimento de “uma certa parte” das reivindicações provindas de baixo; 3) ao lado da conservação do domínio das velhas classes, introduzem-se assim modificações que abrem o caminho para novas modificações. Portanto, estamos diante, nos casos de revoluções passivas, de uma complexa dialética de restauração e revolução, de conservação e modernização.

Vindo na contramão do conceito de “revolução passiva”, tem-se o termo “contra-reforma”, que pouco é utilizado por Gramsci. A diferença existente entre “revolução passiva” e contra-reforma, pode se dar, a partir do entendimento de que, na “revolução passiva”, existem “restaurações”, onde a classe dominante (classe burguesa) acata algumas exigências pautadas pela classe dominada (classe trabalhadora); já contra-reforma, “é preponderante não o momento novo, mas precisamente o do velho” (COUTINHO, 2008, p. 98). Diante desta diferenciação, e de definições antagônicas entre “revolução passiva” e contra-reforma, pode-se entender que, a contra-reforma, não pode ser entendida como um movimento de restauração, mas sim, como uma reforma que será utilizada no contexto vivenciado. Sendo assim, a política neoliberal utilizada no Brasil, pode ser entendida como um mecanismo de reforma da contra-reforma.

Trazendo para a lógica vivenciada pelo país, e corroborando com o entendimento de Coutinho acerca do neoliberalismo, este destaca como principal bandeira a reforma. O referido autor afirma (2008, p. 99-100)

A palavra “reforma” foi sempre organicamente ligada às lutas dos subalternos para transformar a sociedade e, por conseguinte, assumiu na linguagem política uma conotação claramente progressista e até mesmo de esquerda. O neoliberalismo busca assim utilizar a seu favor a aura de simpatia que envolve a ideia de “reforma”. É por isso que as medidas por ele propostas e implementadas são mistificatoriamente apresentadas como “reformas”, isto é, como algo progressista em face do “estatismo” que, tanto em sua versão comunista como naquela social-democrata, seria agora inevitavelmente condenado à lixeira da história.

Sendo assim, o neoliberalismo vem com o intuito de transformar o significado da palavra reforma, onde esta, antes do projeto neoliberal, significava a ampliação de direitos, a proteção social e, após esta lógica, passa a significar cortes dos direitos sociais e controle destes.

Desta forma, “revolução passiva” pode estar ligada a ideia de reforma, apesar desta, poder ser considerada uma reforma conservadora, como já foi dito anteriormente. Porém, a “revolução passiva” se dá a partir da pressão realizada pela classe trabalhadora para com a classe burguesa e está última acata as reivindicações da classe trabalhadora.

Estes inúmeros aspectos e considerações acerca do pensamento gramsciano, foram explanados, com o intuito de se demonstrar o quão atual é o pensamento de Gramsci, assim como também, o quanto este pensamento se enquadra na lógica vivenciada pelo Brasil.

A partir desse retrospecto acerca da categoria sociedade civil e Estado, a partir da ênfase dada ao pensamento gramsciano, realizar-se-á nos tópicos seguintes, a construção histórica da Política Social, permeando com a categoria Estado, porém, dar-se-á maior enfoque a Política Nacional de Saúde. Ressalta-se para fins de entendimento que este estudo é pautado na perspectiva gramsciana.

1.4 ESTADO E POLÍTICA SOCIAL

Mediante as definições acerca das categorias Estado e Sociedade Civil, iremos abordar agora aspectos relevantes à Política Social. Desta maneira, Behring & Boschetti (2011) afirmam acerca das relações de produção de valores de troca de mercadorias para a acumulação do capital

Se as legislações sociais pré-capitalistas eram punitivas, restritivas e agiam na intersecção da assistência social e do trabalho forçado, o “abandono” dessas tímidas e repressivas medidas de proteção no auge da Revolução Industrial lança os pobres à “servidão da liberdade sem proteção”, no contexto de plena subsunção do trabalho ao capital, provocando o pauperismo como fenômeno mais agudo decorrente da chamada questão social. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 51, grifo do autor).

Neste sentido, para a tradição “marxista leninista”, o Estado age de forma polarizada, isto é, ou reprime os conflitos de classe pela violência; ou enfrenta através do consenso. Já para o marxismo gramsciano, a postura do Estado não é apenas de

polarização, mas dependendo das condições históricas; sua função é contraditória, respondendo positivamente as pressões da classe trabalhadora organizada pela mediação; uma expressão desta postura é a instituição de ações ou políticas sociais que respondam as principais reivindicações dos trabalhadores inseridos no processo formal da produção capitalista.

Diversas são as tentativas de demarcar o período inicial de constituição das políticas sociais. Tem-se tomado como parâmetro o período histórico que marca o aparecimento do Welfare State, ou Estado de Bem-Estar Social. Coutinho (2008) destaca que ocorreu um momento de “restauração” no período do Welfare State, que se deu

[...] através das políticas intervencionistas sugeridas por Keynes e o acolhimento de muitas das demandas das classes trabalhadoras, o capitalismo tentou e conseguiu superar, pelo menos por algum tempo, a profunda crise que o envolveu entre as duas guerras mundiais. Mas esta restauração se articulou com momentos de revolução, ou, mais precisamente, de reformismo no sentido forte da palavra, o que se manifestou não apenas na conquista de importantes direitos sociais por parte dos trabalhadores, mas também na adoção pelos governos capitalistas de elementos de economia programática, que até aquele momento era defendida apenas por socialistas e comunistas. É certo que as velhas classes dominantes continuaram a dominar, mas os subalternos foram capazes de conquistas significativas “vitórias da economia política do trabalho sobre a economia política do capital”.

Deve-se recordar que o Welfare surgiu num momento em que a classe trabalhadora, através de suas organizações (sindicais, políticas), obtivera uma forte incidência na composição da correlação de forças entre o trabalho e o capital.

Sendo assim, o Welfare State, ao contrário do Estado Liberal, que priorizava a intervenção do mercado antes do pós 45, tinha como intuito realizar uma cobertura social, estabelecendo garantias sociais a população. Desta forma, e embasado na autora Pereira (2011, p. 23), pode-se concluir que, o Estado de Bem-Estar Social é “aquele moderno modelo estatal de intervenção na economia de mercado que, ao contrário do modelo liberal que o antecedeu, fortaleceu e expandiu o setor público e implantou e geriu sistemas de proteção social”.

Segundo Behring & Boschetti (2011, p. 63)

[...] as primeiras iniciativas de políticas sociais podem ser entendidas na relação de continuidade entre Estado liberal e Estado social. Em outras palavras, não existe polarização irreconciliável entre Estado liberal e Estado social, ou, de outro modo, não houve ruptura radical entre o Estado liberal predominante no século XIX e o Estado social capitalista do século XX. Houve,

sim, uma mudança profunda na perspectiva do Estado, que abrandou seus princípios liberais e incorporou orientações social-democratas num novo contexto socioeconômico e da luta de classes, assumindo um caráter social, com investimento em políticas sociais.

A partir desta não ruptura entre o Estado liberal e o Estado social, pode-se destacar que: os dois Estados apresentam uma característica em comum, ambos reconhecem os direitos sociais; porém, não o colocam em prática, para não comprometer os fundamentos que estão inseridos em uma sociedade pautada no capitalismo.

Sendo assim, o Estado liberal, do século XIX, realizou o reconhecimento dos direitos, contudo, a partir da lógica da preservação da propriedade privada. Ou seja, era dever do Estado proteger o direito à vida, assim como também, os direitos de segurança e propriedade. Neste Estado, prevalecia a repressão e seu objetivo principal era a não intervenção na liberdade de cada indivíduo, para que assim, se pudesse assegurar que estes utilizassem seus direitos referentes à liberdade e a propriedade privada. Informa-se que, a organização da classe trabalhadora foi de suma relevância para a transformação desse Estado liberal do final do século XIX para o século XX.

Diante da discussão traçada nos parágrafos anteriores, pode-se perceber que o surgimento das políticas sociais foi um processo lento e gradual, onde cada processo se deu a partir dos movimentos organizativos e as pressões da classe trabalhadora, assim como também a correlação de forças em relação ao Estado que estava em vigor. Conforme Behring & Boschetti (2011, p. 64), “os autores são unânimes em situar no final do século XIX como o período em que o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade”.

As referidas autoras (2011) destacam também

[...] a crise de 1929/1932 marcou uma mudança substantiva no desenvolvimento das políticas sociais nos países capitalistas da Europa ocidental. Embora o período entre as duas grandes guerras mundiais não tenha registrado forte expansão das políticas sociais, ele é reconhecido como momento de ampliação de instituições e práticas estatais intervencionistas. A primeira grande crise do capital, com depressão de 1929-1932, seguida dos efeitos da Segunda Guerra Mundial, consolidou a convicção sobre a necessidade de regulação estatal para seu enfrentamento. Esta só foi possível pela conjugação de alguns fatores como: a) estabelecimento de políticas keynesianas com vistas a gerar pleno emprego e crescimento econômico num mercado capitalista liberal; b) instituição de serviços e políticas sociais com vistas a criar demanda e ampliar o mercado de

consumo; e c) um amplo acordo entre esquerda e direita, entre capital e trabalho [...] (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 91-92).

Neste contexto, é de grande relevância informar que, no momento descrito pelas autoras, foram realizadas alianças entre partidos de esquerda e de direita, com o objetivo de assegurar os acordos e compromissos, que possibilitaram a aprovação de inúmeras legislações sociais, assim como também, a própria expansão do Welfare State.

Behring e Boschetti (2011) afirmam que é imprescindível destacar dois viés importantes em relação a política social, sendo eles o econômico e o político. No contexto econômico, direciona-se a lucratividade, através da redução de custos e aumento da produtividade. Já no âmbito político, direciona-se a legitimação da lógica da sociedade capitalista, objetivando a adequação do trabalhador a esta sociedade em vigor.

Esses enfoques não são, em si, equivocados, pois as políticas sociais assumem de fato essas configurações. Mas são insuficientes e unilaterais porque não exploram suficientemente as contradições inerentes aos processos sociais e, em consequência, não reconhecem que as políticas sociais podem ser centrais na agenda de luta dos trabalhadores e no cotidiano de suas vidas, quando conseguem garantir ganhos para os trabalhadores e impor limites aos ganhos do capital (Ibidem, p. 37-38).

Neste contexto, a política social é analisada em sua dimensão contraditória, ou seja, com o intuito de garantir e ampliar direitos, estruturando-se a partir da relação capital-trabalho, tendo como eixo principal a Legislação Trabalhista e a Previdência Social. Neste sentido Pereira (2011) afirma

[...] a política social, como um componente ou produto, que é, da velha e conflituosa relação entre Estado e sociedade, no marco das transformações sociais de classe (não importa a natureza e a idade que tenham), vai sempre lhe dar com interesses opostos, já que ela resulta da pressão simultânea de sujeitos distintos. Sendo assim, a sua natureza não condiz com um enfoque evolucionista que procura encaixá-la num continuum que começa com a caridade privada, passando pela beneficência e assistência, até terminar na política social como prática evoluída e estritamente associada ao Welfare State.

Da mesma forma, os seus impactos não produzem invariavelmente a melhoria das condições humanas, especialmente das camadas mais pobres. Para que isso aconteça de alguma forma, há que existir contínuo controle de parcelas organizadas da sociedade sobre atos e ações dos governos, bem como sobre demandas ou imposições do capital, que também são acatadas e processadas pelo Estado. (PEREIRA, 2011, p. 28, grifo do autor).

Tais análises do surgimento da política social nos permite trabalhar com a hipótese de que ela é uma política associada à constituição da sociedade burguesa, ou seja, do modo de produção capitalista de produzir e se reproduzir.

Porém, devemos levar em consideração que as políticas sociais não podem ser analisadas separadas das correlações de forças presentes, mas como expressões contraditórias da realidade, “que é unidade dialética do fenômeno e da essência” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 39). Para as autoras (2011)

As políticas sociais e as formatações de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 51).

O limite estrutural das políticas sociais salientado pelas autoras continua presente no século XXI; fato demonstrado pelos analistas que têm estudado as expressões das questões sociais nos países europeus e da América Latina. Conforme Boschetti (2012, p. 37), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em seu “Panorama social da América Latina”, publicado anualmente, conclui-se:

Por um lado, está diminuindo a pobreza e a desigualdade na região, e sua principal causa é, em primeiro lugar, o incremento nos rendimentos do trabalho e, em segundo, o aumento das transferências públicas aos setores mais vulneráveis. Por outro, mantém-se a rigidez das brechas produtivas e a pouca mobilidade desde os setores de baixa produtividade em grupos específicos (sobretudo mulheres dos grupos socioeconômicos de menores recursos), cujas rendas não se tem incrementado. [...] O aumento do gasto social é evidente, como também o é a resposta, desde o gasto e a proteção social, para mitigar o impacto da crise de 2008-2009 nos setores mais vulneráveis, contudo os sistemas de proteção social distam de ser inclusos e mostram vazios que reproduzem a vulnerabilidade e a estratificação no acesso à seguridade social (CEPAL, 2011, p.7).

Desta forma, percebe-se que as políticas utilizadas para a “diminuição” da pobreza e da desigualdade apresentam um caráter muito mais de estratégia, com o objetivo de amenizar o impacto das crises, onde estas são inerentes ao modo de produção capitalista, ao invés de contribuir para a melhoria no padrão de vida da maior parcela da população. Ainda segundo Boschetti (2012)

No Brasil, para pagar os juros da dívida e aumentar o superávit primário estabelecido em acordos com o FMI, o governo federal compromete os recursos que deveriam ser investidos em políticas sociais. Em 2011 o governo cortou R\$ 50 bilhões do orçamento e em 2012 anunciou um corte de R\$ 55 bilhões, sendo R\$ 5,47 bilhões da saúde e R\$ 1,93 bilhão da educação. O comprometimento com o pagamento dos juros da dívida subtrai do Estado brasileiro a possibilidade de assegurar os necessários investimentos nas políticas públicas. A queda na relação DLSP/PIB, portanto, está ocorrendo graças à opção de sacrificar a necessária universalização e qualificação de direitos como saúde, educação, moradia, trabalho.

No orçamento geral da União de 2011, foram utilizados 45% dos recursos do orçamento somente para o pagamento dos juros da dívida (R\$ 708 bilhões de reais ou U\$ 406 bilhões de dólares). Por outro lado, foram destinados apenas 4,07 para saúde, 2,99% para educação, 2,85% para assistência social, 2,29% para políticas de trabalho, 0,12% para a reforma agrária e 0,41% para segurança pública, conforme estudos da auditoria cidadã da dívida. Ora, esses dados mostram a prioridade da política macroeconômica governamental, que extrai recursos das políticas sociais para pagar os juros de uma dívida considerada ilegítima e odiosa. (BOSCHETTI, 2012, p. 38-39).

Sendo assim, o cenário atual pode ser observado a partir de uma ótica de reconfiguração do capital, que é enraizado desde o processo de flexibilização do processo de trabalho, dos padrões de consumo etc. Pode-se perceber, com estes aspectos, inúmeras transformações nos setores de produção, assim como também, a incorporação de tecnologias, reformas no serviço público, expansão dos meios de comunicação e o financiamento das políticas sociais.

Diante destes aspectos, os analistas, principalmente aqueles que identificam-se com a herança marxista, têm afirmado que o século XXI tem apresentado redução dos gastos públicos, desenvolvimento de políticas sociais focalizadas na diminuição da pobreza, privatização da Previdência Social e da saúde, ampliação dos programas de assistência social, priorizando o papel da sociedade civil e desresponsabilizando o Estado, focando em princípios como o voluntariado, a filantropia, a solidariedade etc.

A historiografia das políticas sociais no Brasil não difere do modelo exposto acima. Sendo assim, o sistema de proteção social se deu de maneira gradativa e lenta, a partir da correlação de forças entre os operários e a burguesia nascente no final dos anos 1920. Nas duas primeiras Constituições nada trataram acerca dos direitos sociais. Estes, por sua vez, entraram na pauta a partir das pressões dirigidas ao Governo do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945), que investiu e procurou amenizar todos os obstáculos ao desenvolvimento capitalista no país.

Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, e em 1932, a Carteira de Trabalho, a qual passa a ser o documento da cidadania no Brasil [...].

O sistema público de previdência começou com o IAPs – Institutos de Aposentadorias e Pensões -, que se expandem na década de 30, cobrindo riscos ligados à perda da capacidade laborativa (velhice, morte, invalidez, doença), naquelas categorias de trabalhadores estratégicas, mas com planos pouco uniformizados e orientados pela lógica contributiva do seguro [...].

Desde o final do governo Vargas já existia uma pauta de uniformização e unificação da previdência social no Brasil, que desaguou na Lei Orgânica da Previdência Social, aprovada apenas em 1960.

Em 1930, foi criado também o Ministério da Educação e Saúde Pública, bem como o Conselho Nacional de Educação e o Conselho Consultivo de Ensino

Comercial. Até os anos 1930, não existia uma política nacional de saúde, sendo que a intervenção efetiva do Estado inicia-se naquele momento, a partir de dois eixos: a saúde pública e a medicina previdenciária, ligada aos IAPs, para as categorias que tinham acesso a eles. A saúde pública era conduzida por meio de campanhas sanitárias coordenadas pelo Desenvolvimento Nacional de Saúde, criado em 1937 (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 106-107).

Assim, as políticas sociais no Brasil, tiveram a sua trajetória em grande parte influenciada pelo contexto da transformação econômica e política ocorridas em âmbito internacional. Segundo Pereira "diferente, pois, das políticas sociais dos países Capitalistas avançados, que nasceram livres da dependência econômica e do domínio colonialista, o sistema de bem-estar brasileiro sempre expressou as limitações decorrentes dessas injunções" (2002, p. 125).

As referidas influências e impactos sofridos pelo país buscaram reproduzir a experiência internacional do Welfare State ou Estado de Bem-Estar Social. Contudo, para analistas críticos como o sociólogo Francisco de Oliveira, citado por Yazbek (1989) o Estado de Bem-Estar Social no Brasil não ocorreu de fato, ocorrendo sim, os reflexos que o país sofreu diante dos parâmetros internacionais. Frisa-se, desta forma que, no Estado de Bem-Estar Social, o Estado é visto como o principal meio de proteção social para a garantia de direitos sociais.

Neste período, o Estado passa a realizar uma maior intervenção na regulação das políticas sociais, com o objetivo de consolidar os parâmetros defendidos pela lógica capitalista. Segundo Behring e Boschetti (2011)

Para pensar o surgimento e o desenvolvimento da política social nas condições brasileiras, (...), cabe uma breve caracterização da formação do capitalismo entre nós. Afinal, não fomos o berço da Revolução Industrial e as relações sociais tipicamente capitalistas desenvolveram-se aqui de forma bem diferente dos países de capitalismo central, ainda que mantendo suas características essenciais. Daí decorre que a política social no Brasil, país da periferia do mundo capitalista, se constitui com as marcas dessa particularidade histórica (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 71).

Diante de todos estes aspectos elucidados, frisa-se que, para se entender o surgimento e o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, deve-se levar em consideração a particularidade do desenvolvimento capitalista no país.

[...] O Estado brasileiro nasceu sob o signo de forte ambiguidade entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes. O desenvolvimento da política social entre nós, (...), acompanha aquelas fricções e dissonâncias e a dinâmica própria da conformação do Estado. (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p. 75).

Desta maneira, o país tem aspectos que o ligam a características burguesas, não o fazendo romper com a lógica empregada pelo mercado, onde a economia do Brasil embasa-se na exportação.

Neste contexto, pode-se dizer que a experiência das políticas sociais brasileiras, diferentemente das políticas sociais dos países capitalistas avançados, sempre esteve presente a lógica da limitação, pautada na dependência colonialista e econômica. Neste âmbito, pode-se destacar que a política social brasileira não conseguiu responder ao ideário da universalidade e do pleno emprego.

Parece necessário também pontuar o destaque dado pelos estudiosos a relação das políticas sociais no Brasil com o período marcado pela ditadura militar. Acerca desta discussão, Behring e Boschetti (2011) afirmam

Na ditadura militar pós -64 o país viveu mais um processo de modernização conservadora, talvez os últimos suspiros nessa modalidade marcante do desenvolvimento nacional: industrialização e urbanização aceleradas, e modernização do Estado brasileiro, inclusive com expansão de políticas sociais centralizadas nacionalmente. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 15, grifo do autor).

Da transição do governo militar para o governo pautado nos moldes liberais democráticos, assume Sarney (1986-1989), propondo ações acerca da diminuição da inflação, investimentos na área social, tendo como foco o combate à fome, a pobreza e ao desemprego. Segundo Behring (2008)

O carro-chefe da política social de Sarney, por exemplo foi o conhecido Programa do Leite, mais voltado para instrumentalizar as associações populares (...) do que promover a ampliação do acesso à alimentação. Assim, nesse período, mantém-se o caráter compensatório, seletivo, fragmentado e setorializado da política social brasileira, subsumida à crise econômica, apesar do agravamento das expressões da questão social. (BEHRING, 2008, p. 144).

Esta década no contexto brasileiro ficou conhecida principalmente no que se refere ao âmbito econômico como década perdida, pois o setor econômico do país foi um fracasso (YAZBEK, 2009, p. 14). Behring & Boschetti (2011, p. 77) afirmaram que esse momento de transição para a lógica capitalista no Brasil foi marcada

[...] por uma visão estreita do dinamismo do mercado interno e destina-se a impedir qualquer crescimento a partir de dentro. Prevaleceram os interesses do setor agroexportador e o ímpeto modernizador não teve forças suficientes para engendrar um rumo diferente, já que promovia mudanças com a aristocracia agrária e não contra ela. Qualquer semelhança com os desdobramentos ulteriores do capitalismo brasileiro não é, portanto, mera coincidência.

Contudo, é de grande relevância destacar que, apesar de se prevalecer no país a lógica capitalista e a lógica de mercado, também ocorreu a implementação de direitos sociais, que foram resultados da luta de classes, expressando a correlação de forças presente neste contexto. Ou seja, por um lado, os direitos sociais que foram conquistados, principalmente no âmbito previdenciário e trabalhista, foram adquiridos a partir das reivindicações dos movimentos sociais e das manifestações organizativas da classe trabalhadora; por outro lado, estes direitos adquiridos, podem significar a luta da classe burguesa, com o objetivo de se legitimar enquanto classe dominante nos momentos históricos em que esta é vista como aspecto principal para que se tenham direitos sociais restritos. Cita-se como exemplo, o período da ditadura militar, onde direitos sociais garantidos em momentos anteriores, foram restritos neste período.

Seguindo a lógica das conquistas por direitos sociais através da luta da classe trabalhadora, cita-se também uma conquista importante no âmbito social brasileiro, que foi a promulgação da Constituição Federal de 1988. Esta, por sua vez, caracterizou-se por inúmeras conquistas, sendo elas: redução semana da jornada de trabalho, férias remuneradas, os eixos Saúde, Assistência Social e Previdência Social passam a integrar a Seguridade Social etc.

Apesar de todas estas conquistas citadas com a promulgação da Constituição de 1988, Behring & Boschetti (2011, p. 147), destacam que os avanços da área social não podem ser entendidos de maneira otimista, pois

[...] aquelas conquistas anunciavam uma importante reforma democrática do Estado brasileiro e da política social, engendrando um formato social-democrata com mais de 40 anos de atraso, as condições econômicas internas e internacionais, eram extremamente desfavoráveis. Apesar do ascenso das lutas democráticas e dos movimentos sociais, que apontavam condições políticas e uma base de legitimidade forte para a realização de reformas efetivas, muitas contratendências se impuseram a essa possibilidade. Os anos 90 até os dias de hoje têm sido de contra-reforma do Estado e de obstaculização e / ou redirecionamento das conquistas de 1988, num contexto em que foram derruídas até mesmo aquelas condições políticas por meio da expansão do desemprego e da violência.

As autoras colocam um aspecto relevante do período em discussão, enfatizando que, mesmo a partir de todas as conquistas adquiridas com a Constituição Federal de 1988, o projeto neoliberal acarreta diversos impactos negativos para as políticas sociais, pois nele se materializa a hipótese, presente no livro O Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels, do Estado como “comitê executivo da

burguesia”, ou seja, na regulação estatal não cabe a mediação/contradição. Porém, como discutido anteriormente este tipo de formulação carece de exame mais detalhado das condições históricas de cada país.

Outro aspecto destacado a partir da citação de Behring & Boschetti, é a caracterização do Estado, desde os anos 90, como um setor que vivencia a contra-reforma. É de suma relevância lembrar que, conforme destacamos em parágrafos anteriores, esse aspecto de contra-reforma, pode ser enquadrado na perspectiva gramsciana, pois este pensador, entende o termo partindo da concepção de que, antes do neoliberalismo, contra-reforma significava uma perspectiva de ampliação de direitos, e a partir do projeto neoliberal, este termo passa a representar cortes e restrições a esses direitos, antes conquistados pela classe trabalhadora.

Sendo assim, a maioria dos serviços sociais tendem a serem usufruídos por quem pode pagar. Este período tem sido definido, na atualidade, como contra-reforma do Estado marcado por inúmeras privatizações, alto índice de desemprego, pagamento da dívida externa e “assistencialização” das políticas sociais dentre outros. Dada a importância deste período para o entendimento de momentos relevantes ocorridos no país, o projeto neoliberal (contra-reforma do Estado) e a sua interligação com as políticas sociais, será tratado com maior ênfase nos parágrafos seguintes.

É de grande relevância informar que, nos anos de 1990, a vertente destacada pelo Estado, era voltada para grandes investimentos, onde as políticas utilizadas pela reforma, eram propostas principais apresentadas pelo projeto neoliberal. Conforme Behring & Boschetti (2011, p. 148)

[...] A era Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi marcada por esse mote, que já vinha de Collor, cujas características de outsider (ou o que vem de fora) não lhe outorgaram legitimidade política para conduzir esse processo. Tratou-se, (...), de “reformas” orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas num âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980. Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros – a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada -, estaria aberto o caminho para o novo “projeto de modernidade”.

Behring & Boschetti (2011), enfatizam que está contra-reforma do Estado, tem como proposta principal as privatizações. Contudo, estas propostas são escondidas atrás de um discurso de modernização do país. Já Montañó & Duriguetto (2011, p. 203) afirmam acerca da contra-reforma do Estado

[...] funda-se na necessidade do grande capital de liberalizar – desimpedir, desregulamentar – os mercados. Assim, concebe-se como parte do desmonte das bases de regulação das relações sociais, políticas e econômicas. Portanto, tal reforma deixa claro que seu caráter não é um “ajuste positivo” de caráter meramente administrativo-institucional, apenas no plano político-burocrático, mas está articulada à reestruturação produtiva, à retomada das elevadas taxas de lucro, da ampliação da hegemonia política e ideológica do grande capital, no interior da reestruturação do capital em geral [...].

Os referidos autores, seguem enfatizando

[...] Se na sociedade da abundância o objetivo é o estímulo ao consumo, à procura, passando o Estado (keynesiano) a intervir no fomento à demanda efetiva, à circulação das mercadorias, ao consumo estatal; contrariamente, na sociedade da escassez, a questão remete ao corte de “gastos supérfluos”, particularmente os gastos com a força de trabalho e os gastos sociais do Estado. (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011, p. 203).

Esta citação, consegue demonstrar de forma objetiva e clara, qual o real intuito dessa contra-reforma do Estado, tão propagada pelo projeto do neoliberalismo. Os cortes no orçamento voltados para as áreas sociais, também foram amplamente utilizados como mecanismo pelo Estado.

Destaca-se, que essa perspectiva voltada para o Estado, tem como objetivo desconsiderar inúmeras conquistas sociais, políticas e trabalhistas, que foram alcançadas durante o século XX e, embasados nos reais objetivos dessa “reforma”, podemos configurá-la como o processo de contra-reforma do Estado.

A partir dessa contra-reforma do Estado, Montañó & Duriguetto (2011, p. 203) afirmam

Tal (contra) reforma tem então fundamento no novo quadro social mundial de crise e resposta neoliberal, cujas determinações centrais podem ser procuradas nos processos de reestruturação produtiva, nas novas necessidades de acumulação do capital financeiro em contexto de crise de superprodução e superacumulação e no esgotamento (e a crise fiscal decorrente) do Estado de Bem-Estar social.

Já para Behring & Boschetti (2011, p. 149)

[...] quando se considera a história do século XX em âmbito mundial, na qual o que se pôde chamar de reforma associava-se à legislação social e, no pós-guerra, ao Welfare State. Estas foram reformas, intrínsecas ao capitalismo, sob a pressão dos trabalhadores, com uma ampliação sem precedentes do papel do fundo público, desencadeando medidas keynesianas de sustentação da acumulação, ao lado da proteção ao emprego e do atendimento de algumas demandas dos trabalhadores.

Os movimentos sociais organizados, neste momento, continuavam apresentando como uma de suas pautas principais, melhores condições de trabalho e de vida para a classe trabalhadora, mesmo dentro dessa dinâmica apresentada pelo

neoliberalismo. Desta maneira, pode-se destacar que, o objetivo do projeto neoliberal, é a precarização dos salários, das condições de trabalho, a diminuição dos direitos trabalhistas e políticas sociais.

No período neoliberal, não existe espaço para que se tenha um aprofundamento desses direitos sociais; estes, conquistados em anos anteriores. Sendo assim, a perspectiva neoliberal, vem com o intuito de eliminar esses direitos sociais, assim como também, desconstruir a luta realizada pela classe trabalhadora e negar todas as conquistas realizadas por esta, “durante a época de revolução passiva iniciada com o americanismo e levada a cabo no Welfare” (Coutinho, 2008, p. 102).

Partindo da perspectiva gramsciana do conceito de revolução passiva, que foi destacado em parágrafos anteriores, Coutinho (2008, p. 103) segue afirmando que hoje, este termo atende as perspectivas traçadas pela lógica da contra-reforma do Estado, dizendo

Estamos diante da tentativa de supressão radical daquilo que, como vimos, Marx chamou de “vitórias da economia política do trabalho” e, por conseguinte, de restauração plena da economia do capital. É por isso que me parece mais adequado, para uma descrição dos traços essenciais da época contemporânea, utilizar não o conceito de revolução passiva, mas sim o de contra-reforma.

Portanto, os pilares de sustentação do neoliberalismo, são a perspectiva de um Estado mínimo, ou seja, a minimização do papel do Estado e a transferência deste para a sociedade, onde o Estado se torna mínimo para a garantia de direitos sociais e máximo para atender a lógica empregada pelo capital e pelo mercado.

Sendo assim, o termo reforma (que atende os objetivos da contra-reforma do Estado), foi amplamente utilizado, a partir dos anos de 1990, pelo projeto neoliberal. Porém, embasados na perspectiva gramsciana e na lógica empregada pelo projeto neoliberal, sabemos que essa reformar vem retirar direitos, estes conquistados em anos anteriores, conforme citado nos parágrafos acima. Desta maneira, “a luta de classe, que certamente continua a existir, não se trava mais em nome da conquista de novos direitos, mas da defesa daqueles já conquistados no passado” (COUTINHO, 2008, p. 102).

Coutinho (2008, p. 103) afirma ainda

Decerto, a época neoliberal não destrói integralmente algumas conquistas do Welfare, o que se deve sobretudo a resistência dos subalternos. Por outro lado, nos círculos neoliberais mais ligados à chamada “terceira via” (e até

mesmo em organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial) vem se manifestando nos últimos tempos uma “preocupação” em face das consequências mais desastrosas das políticas neoliberais (que continuam malgrado isso a ser aplicadas), entre as quais, por exemplo, o aumento exponencial da pobreza. Mas esta “preocupação” – que levou a adoção de políticas sociais compensatórias e paliativas, como é o caso do “Fome Zero” no Brasil – não anula o fato de que estamos diante de um indiscutível processo de contra-reforma.

A partir do que foi colocado em parágrafos anteriores, o projeto neoliberal, não conseguiu excluir todas as conquistas realizadas pela classe trabalhadora no período caracterizado como Welfare State. Assim, e diante do que já foi colocado, podemos destacar que, este processo de contra-reforma do Estado “não é assim a completa ausência do novo, mas a enorme preponderância da conservação (ou mesmo da restauração) em face das eventuais e tímidas novidades” (COUTINHO, 2008, p. 104).

Sendo assim, os aspectos relevantes da lógica neoliberal, podem ser definidas como sendo: a desregulamentação dos direitos sociais, tendo como destaque a individualização destes direitos, prevalecendo a lógica de cada indivíduo e não da coletividade. Este tipo de visão, faz com as políticas sociais apresentem um caráter voltado para o âmbito de ações focalizadas.

A partir da rápida explanação acerca da caracterização da contra-reforma do Estado, dar-se-á enfoque a esta perspectiva em relação à realidade brasileira. Assim como em parágrafos anteriores, o marco temporal também se dará nos anos de 1990.

Behring & Boschetti (2011, p. 150), destacam, diretamente, no Brasil, o momento da Constituição de 1988, afirmando

No Brasil, do ponto de vista da reforma democrática anunciada na Constituição de 1988, em alguns aspectos embebida da estratégia social-democrata e do espírito welfariano (...), pode-se falar de uma contra-reforma em curso entre nós, solapando a possibilidade política, ainda que limitada, de reformas mais profundas no país, que muito possivelmente poderiam ultrapassar os próprios limites da social-democracia, realizando tarefas democrático-burguesas inacabadas em combinação com outras de natureza socialista.

Dentro desta lógica, informa-se que, realizar reformas democráticas no país poderia significar um processo de superação do Estado burguês, pois este pode ser superado, se levarmos em consideração todo o seu histórico de prática conservadora e antidemocrática. Seguindo nessa mesma linha de pensamento, Behring & Boschetti (2011, p. 151) afirmam

[...] Nas nossas paragens não houve reformas no sentido social-democrata, mas processos de modernização conservadora ou de revolução passiva (...).

Tais processos promoveram mudanças objetivas nas condições de vida e de trabalho dos de “baixo” – o que incluiu o desenvolvimento de um Estado social. Nas nossas paragens não houve reformas no sentido social-democrata, [...] - , mas sempre contidas e limitadas diante das possibilidades, e sempre sob controle das classes dominantes, para manter em “seu lugar” as “classes perigosas”, sem dividir o bolo dos saltos para diante. Os avanços constitucionais de 1988, de natureza reformista, foram possíveis numa conjunção bastante particular de elementos, numa conjuntura de radicalização democrática após uma ditadura de 20 anos [...].

Sendo assim, no anos de 1990 no Brasil, o país passou por uma transformação do Estado, a partir da sua reformulação, com o intuito de atender a lógica empregada pelo capital. Desta maneira, neste período, ocorreu uma contra-reforma do Estado, onde está contra-reforma foi possível a partir da crise econômica vivenciada pelo país nos anos de 1980 e o processo de democratização do mesmo.

Neste processo, a classe dominante procurou utilizar a linha de que essa “reforma” era importante para o Estado, pois era importante para o crescimento do país. Porém, o eixo principal desta “reforma” era o ajuste fiscal. Partindo destas análises, teve-se como consequência deste processo a grande mobilização da classe dominante, para a legitimação das privatizações, onde este, sempre foi também, um eixo chave do projeto empregado pelo neoliberalismo.

Acerca destas privatizações, Behring & Boschetti (2011, p. 152-153) colocaram os eixos principais para se justificar esse processo de privatização empregado no Brasil, sendo eles: “atrair capitais, reduzindo a dívida externa; reduzir a dívida externa; obter preços mais baixos para os consumidores; melhorar a qualidade dos serviços; e atingir a eficiência econômica das empresas, que estariam sendo ineficientes nas mãos do Estado”. Sendo assim, podemos perceber que, o papel do Estado é sempre voltado para atender os anseios da lógica do mercado, onde este é um requisito básico de suma relevância para o projeto neoliberal.

Em relação as privatizações realizadas no Brasil, as referidas autoras, seguem frisando

Voltando a análise para um outro aspecto que chama a atenção na questão da privatização brasileira, houve a entrega de parcela significativa do patrimônio público ao capital financeiro, bem como a não-obrigatoriedade das empresas privatizadas de comprarem insumos no Brasil, o que levou ao desmonte de parcela do parque industrial nacional e a uma enorme remessa de dinheiro para o exterior, [...] (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p. 153).

Diante disto, pode-se entender o real papel e função desta proposta de reforma, onde esta priorizava a lógica empregada pela política econômica, sempre

apresentando grande relevância a dinâmica em vigor no mercado. Ou seja, o verdadeiro motivo para se investir de forma massiva nas privatizações, não foram expostos para a população. O projeto neoliberal, pela sua lógica, sempre demonstrou, a importância de se realizar as privatizações.

Outra medida realizada por este projeto, mascarado pela proposta da reforma do País, e destacado por Behring & Boschetti, é a questão do grande enfoque para a criação das ONGs, do trabalho voluntário e não-remunerado. Elas afirmam

Outro aspecto de destaque na “reforma” do Estado foi o Programa de Publicização, que se expressa na criação das agências executivas e das organizações sociais, bem como da regulamentação do terceiro setor para a execução de políticas públicas. Esta última estabeleceu um Termo de Parceria com ONGs e Instituições Filantrópicas para a implementação das políticas. A essa nova arquitetura institucional na área social – sempre ignorando o conceito constitucional de seguridade – se combinou com o serviço voluntário, o qual desprofissionalizava a intervenção nessas áreas, remetendo-as ao mundo da solidariedade, da realização do bem comum pelos indivíduos, através de um trabalho voluntário não-remunerado (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p. 154).

A terceirização dos serviços, as ONGs, as instituições de cunho filantrópico e o voluntariado são uma das alternativas de transferência do papel do Estado para a sociedade na lógica do neoliberalismo.

Ressalta-se que, a partir da década de 1990, as ONGs e o Terceiro Setor entram em cena no cenário político do Brasil, onde, desde aí, fomos “levados” a ver a possibilidade de reorganização do papel da sociedade civil e do Estado, assim como também a relação do Estado com as classes sociais. Estes aspectos, como já foram citados anteriormente, contribuíram para a consolidação da política neoliberal no país.

Todo o processo vivenciado pelo país através da lógica empregada pelo capitalismo, foi de suma relevância para se possibilitar a constituição e disseminação das ONGs no Brasil. Temos que levar em consideração os aspectos políticos, ideológicos e econômicos que estão ligados de forma direta e indireta para a criação destas ONGs e do Terceiro Setor.

Diante destes fatores, podemos destacar que, estas alternativas colocadas pelo projeto neoliberal, podem ser entendidas como um processo funcional que revela a massificação da intervenção estatal a partir desta lógica neoliberal, pois estes mecanismos escondem os processos de mercantilização e de perda de universalização das políticas públicas.

Sendo assim, Behring & Boschetti (2011, p. 154-155) afirmam

Os governos de orientação neoliberal não buscam – FHC ainda mais que Lula – construir arenas de debate e negociação sobre a formulação de políticas públicas, e dirigiram-se para reformas constitucionais e medidas a serem aprovadas num Congresso Nacional balcanizado, ou mesmo para medidas provisórias. Preferiram, portanto, a via tecnocrática e “decretista”, com forte aquiescência de um Congresso submisso ou pragmático. Mesmo quando as “reformas constitucionais” não estavam ainda aprovadas, utilizaram, de forma abusiva, do recurso às medidas provisórias, de expedientes desrespeitosos para com os atores envolvidos em determinadas políticas, do corte de recursos e da corrupção do poder legislativo. Os passos político-institucionais e ideológico-culturais foram firmados com esses métodos, o que torna o discurso sobre a democracia, ou mesmo sobre uma governabilidade democrática das ditas “reformas”, um tanto inócuo, vazio.

As autoras conseguem sintetizar e demonstrar os verdadeiros objetivos desta reforma do Estado, assim como também, os verdadeiros anseios empregados pela política neoliberal. Sendo assim, a maneira como essa reforma foi empregada no país, pouco contribuiu para aumentar a capacidade de implementação de forma eficiente das políticas públicas. Ocorreu uma perspectiva voltada para a desresponsabilização através da política social, onde, também não se levava em consideração a constitucionalidade da seguridade social, tudo isso, com o objetivo de ser ter a realização da tão famigerada reforma do Estado. Portanto, podemos observar a tríade constitutiva do projeto neoliberal para as políticas sociais, ou seja, a descentralização, a privatização e a focalização/seletividade.

Sendo assim, no que tange as políticas sociais no período neoliberal, estas não são vistas como direito, mas sim como forma de controle da classe trabalhadora, onde a ação do Estado se torna focalizada para atender os anseios de uma determinada classe social.

Traçando um paralelo mais específico em relação ao objeto de pesquisa desta dissertação, e fazendo uma relação do projeto empregado pelo neoliberalismo com a saúde, esta vem incorporando aos seus preceitos, desde os anos de 1990, os pressupostos empregados pela vertente neoliberal. Ressalta-se, que no ano de 1990, também dava-se início ao processo de implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), este, possibilitou que os indivíduos tivessem acesso a ampliação dos serviços de atenção básica.

Diante das abordagens realizadas nos tópicos anteriores, acerca da origem da política social e de como estas vem sendo entendidas a partir dos anos de 1990 com

o projeto neoliberal, dar-se-á enfoque, para melhor compreensão desta dissertação, à Política Social de Saúde e a Política Social de Saúde de Trabalhador.

1.5 A POLÍTICA SOCIAL DE SAÚDE E A POLÍTICA DE SAÚDE DO TRABALHADOR

Ao se fazer um panorama da questão da saúde no Brasil, verifica-se, no período denominado como colônia, que a questão de saúde foi quase inexistente neste país. Com a vinda da Família Real para o Brasil, no século XVI, iniciou-se os primeiros mecanismos acerca da política de saúde. Deu-se aí o ponta pé inicial em relação a esta política. Nos parágrafos seguintes abordaremos aspectos relevantes para a Política Social de Saúde e Política Social de Saúde do Trabalhador. Porém, destaca-se que, iremos fazer um rápido panorama acerca da questão da saúde desde os anos de 1920, até se chegar aos dias atuais.

Nas primeiras décadas do século XX, surgem as Caixas Beneficentes, que podem ser entendidas como uma “poupança coletiva” onde os trabalhadores depositavam um valor mensalmente, com o intuito de assegurar sua família. Nestas primeiras décadas do referido século, ocorreram epidemias de doenças transmissíveis, como a febre amarela e a malária, resultando em impactos drásticos de mortalidade nas cidades e em canteiros de obras localizados nos países periféricos, acarretando prejuízos ao comércio e dificultando a expansão do capitalismo.

Em relação à assistência à saúde do trabalhador, Bravo (2001), enfatiza que se deve associar “a industrialização nos países centrais, [...] assumida pelo Estado, aliado ao nascimento da medicina social na Alemanha, França e Inglaterra” (BRAVO, 2001, p. 2). Neste período as conquistas dos direitos sociais pela classe trabalhadora, foi mediado pela interferência do Estado, com o intuito de manutenção do modo de produção capitalista.

No ano de 1920 foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública. Já no ano de 1930, no Governo Vargas, foram implementados programas e serviços de assistência médica com ênfase à prática do clientelismo. Neste governo, a assistência à saúde dos trabalhadores, passa a ser responsabilidade do Estado. Neste momento,

o país estava vivenciando o período de industrialização. Os serviços que estavam relacionados à saúde pública foram transferidos para o novo Ministério dos Negócios, da Educação e da Saúde Pública. Segundo Faleiros (2010)

É somente após 1930, durante o reinado político de Getúlio Vargas, que a legislação de saúde e de segurança no trabalho vai ser modificada: em 1934 e em 1944.

A política econômica de Vargas estimula a industrialização, que se desenvolve e se torna o setor hegemônico da acumulação. A política favorável a indústria é acompanhada por uma legislação de controle dos trabalhadores. Estes últimos, controlados, organizam-se e mobilizam-se para defender os seus interesses dentro de limites muito estreitos.

Nas leis de 1934 e 1944, os tecnocratas desempenham um papel de articulação dos interesses em confronto. O regime de indenização, mesmo sendo mantido, foi limitado a algumas companhias, e os seguros privados tornam-se obrigatórios como forma de transição para a estatização. Este Estado de compromisso modifica-se após a queda de Vargas em 1945. (FALEIROS, 2010, p. 22-23).

Acerca do ano de 1930, Behring & Boschetti (2011, p.107) afirmam

[...] foi criado também o Ministério da Educação e Saúde Pública [...] Até os anos 1930, não existia uma política nacional de saúde, sendo que a intervenção efetiva do Estado inicia-se naquele momento, a partir de dois eixos: a saúde pública e a medicina previdenciária, ligada ao IAPs, para as categorias que tinham acesso a eles. A saúde pública era conduzida por meio de campanhas sanitárias coordenadas pelo Departamento Nacional de Saúde, criada em 1937.

Corroborando com a fala de Faleiros, Bravo (2001) destaca acerca da intervenção estatal e da assistência médica, utilizada na década de 1930, tem-se

No Brasil, a intervenção estatal só vai ocorrer no Século XX, mais efetivamente na década de 30. No século XVIII, a assistência médica era pautada na filantropia e na prática liberal. No século XIX, em decorrência das transformações econômicas e políticas, algumas iniciativas surgiram no campo da saúde pública, como a vigilância do exercício profissional e a realização de campanhas limitadas. Nos últimos anos do século, a questão saúde já aparece como reivindicação no nascente movimento operário. No início do século XX, surgem algumas iniciativas de organização do setor saúde, que serão aprofundadas a partir de 30. (BRAVO, 2001, p. 2).

Desta maneira, a década de 20, em relação à saúde, é pautada na tentativa de ampliação dos seus serviços. No ano de 1923, ocorre a reforma Carlos Chagas, apresentando como objetivo a ampliação do atendimento à saúde pelo poder central. Neste período criam-se as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), conhecidas como a lei Elói Chaves. Bravo (2001), enfatiza que as CAPs “eram financiadas pela União, pelas empresas empregadoras e pelos empregados. Elas eram organizadas por empresas, de modo que só os grandes estabelecimentos tinham condições de mantê-las” (BRAVO, 2001, p.3).

Dando enfoque para a questão da saúde no Estado do Pará, no ano de 1936, uma comissão, chefiada pelo cientista Evandro Chagas, instalou-se na localidade de Piratuba (município de Abaetetuba). Estes profissionais constataram neste momento que a Amazônia era um campo vasto de pesquisa. Chagas, sugeriu ao José da Gama Malcher, governador naquela época, que fosse criado um instituto de pesquisa com o intuito de ampliar as pesquisas acerca das doenças existentes na região, como a malária, a filariose, a leishmaniose dentre outras. Neste contexto, criou-se em 11 de novembro de 1936 o Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN), atual Instituto Evandro Chagas (IEC).

O Serviço Especial de Saúde (SESP), criado no ano de 1942, transformou-se, em 1953, no Ministério da Saúde. Neste mesmo ano, foram realizados convênios, que tinham como objetivo o desenvolvimento de atividades com o foco no saneamento básico, profilaxia da malária e a assistência médico-sanitária às populações da região amazônica. No ano seguinte, estabeleceu-se normas gerais acerca da defesa e proteção da saúde, onde discorria no artigo 1º “É dever do Estado, bem como da família, defender e proteger a saúde do indivíduo”.

No ano de 1956, foi criado o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DENERu), incorporando os programas já existentes, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Saúde (febre amarela, malária e peste) e da Divisão de Organização Sanitária (bouba, esquistossomose e tracoma). Estes órgãos já pertenciam ao então Ministério da Saúde. O DENERu tinha como objetivo promover a educação sanitária da população.

Em 1958 ocorre a criação do Grupo de Trabalho de Erradicação da Malária (GTEM). Já em 1961, ocorre a regulamentação do Código Nacional de Saúde, estabelecendo as Normas Gerais de Defesa e Proteção da Saúde. Em 1965, ocorre a criação da Campanha de Erradicação da Malária (CEM), independente do DENERu. No ano seguinte, é criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), dando início ao sistema previdenciário voltado para todos os brasileiros que estivessem inseridos no mercado de trabalho.

Desta maneira, estes períodos anteriores, no que se refere a história da saúde pública, foram marcados por diversas reorganizações, dependendo de cada governo que estava em vigor no Brasil. Desde a sua primeira utilização, no período da colônia,

até a década de 1930, eram realizadas ações sem nenhum cunho organizacional. A partir daí, teve-se a criação de inúmeros departamentos e órgãos, assim como a extinção de alguns ou substituição de uns por outros.

Partindo para a década de 60, acerca da política de saúde, Bravo (2001) enfatiza

A política de saúde [...], organizada em dois subsetores: o de saúde pública e o de medicina previdenciária. O subsetor de saúde pública será predominantemente até meados de 60 e centralizou-se na criação de condições sanitárias mínimas para as populações urbanas e, restritamente, para as do campo. O subsetor de medicina previdenciária só virá sobrepujar o de saúde pública a partir de 1966. (BRAVO, 2001, p. 4).

Porém, Faleiros (2010) enfatiza que a mesma política referente ao acidente de trabalho utilizada no governo Vargas é consolidada no ano de 1955 e a nova Lei de Previdência Social instituída no ano de 1960, passou a definir a regulamentação geral dos diferentes institutos. Segundo Faleiros (2010)

O golpe de Estado de 1964 marca a chegada ao poder da aliança militares-tecnocratas-capitalistas internacionais, com uma ligação entre o Estado e o capital internacional. A industrialização de bens duráveis, baseada de preferência na produtividade do que no prolongamento da jornada de trabalho, adquire uma grande expansão.

Nessa conjuntura, o pleito da política de saúde e de segurança no trabalho torna-se a prevenção dos acidentes de trabalho, com uma legislação promulgada em 1976, mas já preparada desde 1967 com a estatização dos seguros. (FALEIROS, 2010, p. 23).

Já em 1970 ocorre a reorganização do Ministério da Saúde, resultando na criação da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), subordinada à Secretaria de Saúde Pública e incorporando o DENERu, a CEM e a Campanha de Erradicação da Varíola (CEV).

O Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) foi criado no ano de 1974 com o intuito de controlar os pagamentos ilegais resultantes da corrupção e de serviços médicos fantasmas, garantindo assim, a saúde à população assegurada. Na mesma época foi criada a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV) e o então INPS foi transformado em Instituto Nacional da Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). A partir da transformação do INPS em INAMPS, saúde e previdência passaram a ser tratadas conjuntamente.

Já no final da década de 70, ocorreu o surgimento do Movimento pela Reforma Sanitária, tendo como intuito principal encontrar respostas para os dilemas

vivenciados pelos usuários da saúde no Brasil. Este Movimento, ocorreu em um momento de inúmeras transformações no contexto brasileiro, e entendia que a saúde deveria sofrer mais que uma simples reformulação de âmbitos setoriais. Diante deste contexto, o Movimento de Reforma Sanitária foi um movimento social de problematização da saúde a partir de todas as demandas vivenciadas pela população diante das contradições sociais.

Nos anos 80, a sociedade brasileira perpassa pelo processo de democratização, suplantando o período da ditadura militar e vivenciando uma profunda crise econômica. Neste momento, Bravo (2001) enfatiza que a saúde

[...] contou com a participação de novos sujeitos sociais na discussão das condições de vida da população brasileira e das propostas governamentais apresentadas para o setor, contribuindo para um amplo debate que permeou a sociedade civil. Saúde deixou de ser interesse apenas dos técnicos para assumir uma dimensão política, estando estreitamente vinculada à democracia (BRAVO, 2001, p. 8).

No final da década de 80 o Brasil teve como ponto de destaque, a organização e atuação de diversos movimentos sociais, que almejavam a redemocratização do país e a melhoria das condições da saúde da população. Neste período, a realidade social, em relação ao direito à saúde, era de exclusão da maior parte dos cidadãos, pois esta era restrita aos trabalhadores que contribuíam com a Previdência Social.

Portanto, o Movimento da Reforma Sanitária cresce e ganha representatividade com os profissionais de saúde, usuários e líderes populares. Todos estes, lutavam pela reestruturação do sistema de saúde. Um marco que merece destaque acerca do Movimento de Reforma Sanitária, ocorreu no ano de 1986, durante a VIII Conferência Nacional de Saúde em Brasília. Destaca-se, nesse período, a IX Conferências Nacionais de Saúde e a consolidação da Lei Orgânica de Saúde (8080/1990).

O resultado deste processo de mobilização foi a criação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), que baseou-se no princípio de integração de todos os serviços de saúde, apresentando como responsabilidade a municipalização da saúde e a fiscalização da aplicação do dinheiro destinadas a este setor. O SUDS foi substituído pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Já nos anos 90, tem-se o redirecionamento do papel do Estado, influenciado pela lógica neoliberal. O neoliberalismo, assim como em outras políticas sociais vai interferir na materialização do novo direito social. Esta afirmação pode ser confirmada

no Brasil, através da precarização da Previdência Social e de outros serviços de saúde. Segundo Bravo (2001) “a proposta de saúde construída na década de 1980 tem sido desconstruída. A saúde fica vinculada ao mercado, enfatizando-se as parcerias com a sociedade civil, responsabilizando a mesma para assumir os custos da crise” (BRAVO, 2001, p. 14).

No ano de 1988, foi promulgada a nova Constituição Federal Brasileira, denominada de Constituição Cidadã, que incorporou parte dos ideais sociais e garantiu o direito à saúde para todo o cidadão, enfatizando que é dever do Estado, através da criação de um sistema pautado no acesso universal e igualitário, desenvolvendo ações voltadas para a proteção, recuperação e promoção. A nova proposta colocou à Saúde do Trabalhador no novo formato e na nova delimitação institucional, inclusive incorporando-a enquanto área de competência da própria saúde.

As notas até aqui apresentadas acerca do surgimento da política social no país, é de suma relevância para se compreender a política de saúde do trabalhador, como uma política voltada para a reprodução da força de trabalho. Em relação as políticas sociais, Faleiros (2010, p. 11), enfatiza que “a formulação das políticas sociais é tratada como um processo de relação entre estado, sociedade e economia em que são destacadas as forças em presença nas diferentes conjunturas”. Em relação à política de saúde, também não é diferente, isto é, cada conjuntura vivenciada pelo Brasil define-a como ela melhor responderá aos anseios almejados pela classe dominante.

Sendo assim, contata-se que a política social para Faleiros (2010) demonstra a correlação de forças presente na acumulação capitalista, assim como também, as forças presentes e as diversas maneiras de intervenção do Estado diante deste contexto. Para ele, as políticas sociais são

[...] arranjos do bloco no poder que expressam as condições de sua legitimidade e das forças políticas que o sustentam frente aos conflitos entre interesses e pressões de grupos e organizações na cena sociopolítica. As classes e grupos se manifestam na cena política por meio de movimentos, protestos, reivindicações com organizações que os sustentam e que adquirem maior ou menor expressão no cenário conforme o poder de pressão, seja na rua seja na chamada dos bastidores ou na chamada opinião pública (FALEIROS, 2010, ps. 12, 13).

Especificamente em relação à política de saúde, devemos levar em consideração que, na década de 80, o país estava vivendo o período de redemocratização. Foi neste período vivenciado pelo Brasil, que ocorreu o processo de construção de Reforma Sanitária, onde esta apresentava como objetivo a ampliação dos direitos sociais e da democracia no âmbito da cultura, da política e da economia. Faleiros (2010) destaca que, “a política de saúde [...] sofreu grandes transformações ao longo da história, tanto em termos de meios como em termos de objetivos em cada conjuntura” (FALEIROS, 2010, p. 17).

É de grande relevância informar que a Reforma Sanitária, apresenta como uma de suas estratégias centrais, o Sistema Único de Saúde (SUS). Este, como já foi dito anteriormente, foi resultado das lutas e mobilizações dos profissionais da área da saúde. Segundo Bravo (2011, p. 14)

[...] A preocupação central da proposta é assegurar que o Estado atue em função da sociedade, pautando-se na concepção de Estado democrático e de direito, responsável pelas políticas sociais e, por conseguinte, pela saúde.

Sendo assim, a Reforma Sanitária, apresentava como propostas as seguintes concepções: universalização das ações, descentralização, democratização do acesso, equidade das ações, participação popular através dos conselhos e conferências de saúde (BRAVO, 2011, p. 14).

Porém, mesmo a partir da lógica de que saúde é um direito de todo e qualquer cidadão, a saúde do trabalhador no SUS, só foi definida no ano de 1988, pela portaria nº 3.908, através da Norma Operacional de Saúde do Trabalhador no SUS (NOST - SUS). Esta Norma apresenta como objetivo estabelecer procedimentos para orientar Estados e Municípios em relação a implantação das ações de saúde do trabalhador no SUS, buscando um melhor atendimento à saúde de todo e qualquer trabalhador.

Sendo assim, pode-se concluir em relação à política de saúde do trabalhador, como uma das ações setorializadas da política social, que tem apresentado todas as contradições inerentes a relação de classe no contexto do capitalismo, hoje identificado como financeiro, mas que permanece, segundo Antunes (2011) sobrevivendo do antagonismo original, isto é, da acumulação que nega a condição de dignificação do ser social, como pode ser observado posteriormente por meio da análise da situação dos trabalhadores intoxicados pelo uso de substâncias químicas no Pará.

Frisa-se também que alguns estudos, no decorrer da construção desta dissertação, foram lidos, com o objetivo de se ter um maior domínio acerca do debate da intoxicação sofrida por diversos momentos pela classe trabalhadora. Porém, destaca-se que poucos artigos lidos fizeram referência a intoxicação oriunda de DDT e nenhum fez referência a intoxicação do Malathion. Estes inseticidas são de grande relevância para estudo em questão. O artigo referente ao DDT, D'Amato (2002, p. 995), destaca que “o Diclorodifeniltricloreto (DDT) é o mais conhecido dentre os inseticidas do grupo dos organoclorados”.

Sendo assim, podemos informar que as transformações no mundo do trabalho, que foram introduzidas primeiramente no contexto industrial, também vem sendo inseridas aos outros diversos âmbitos de trabalho; com o campo da saúde também não foi diferente.

Desta forma, devemos destacar que, a defesa da saúde do trabalhador está inserida na agenda política da Saúde Pública, pois esta apresenta uma perspectiva de promoção, recuperação e proteção da saúde de todo e qualquer trabalhador. Sendo assim, os trabalhadores intoxicados da FUNASA podem ser enquadrados neste contexto.

2 O SURGIMENTO DOS SINDICATOS, O SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO PARÁ E OS TRABALHADORES INTOXICADOS

Neste capítulo, iremos realizar a construção, de forma sucinta, das primeiras organizações da classe trabalhadora, até chegar ao surgimento dos sindicatos, e posteriormente ao Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Pará (Sintsep-Pa).

O surgimento dos sindicatos dá-se a partir do surgimento da industrialização, como ferramenta de luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora. Rossi & Gerab (2009, p. 15) colocam que “antes do aparecimento das primeiras máquinas, a produção de bens de consumo (não agrícolas) se dava de forma artesanal, apenas para atender as demandas domésticas”. Desta maneira, o mesmo indivíduo conseguia realizar todas as etapas da sua matéria –prima até se chegar ao produto final. Este trabalho era realizado por cada integrante da composição familiar.

Diante deste contexto, Rossi & Gerado (2009, p. 16) frisam

Os mestres artesãos ferreiros, chapeleiros, gráficos, tecelões, marceneiros etc., com seus aprendizes e jornaleiros (que já conheciam o ofício, mas não tinham o seu próprio local e as próprias ferramentas), eram educados, comiam e viviam da mesma forma, como numa irmandade, preocupavam-se com o bem-estar comum dos outros. Empregadores e empregados eram membros da mesma corporação.

Contudo, tinha-se a necessidade do aumento da produção; por este aspecto, as tarefas, que eram desenvolvidas por apenas um trabalhador, passaram a ser realizadas por mais trabalhadores.

Neste momento, tem-se o surgimento das máquinas. Estas, por sua vez, desenvolviam, de maneira muito mais rápida, o trabalho que era realizado por apenas um trabalhador. Estas máquinas eram grandes novidades nas cidades europeias, principalmente, nas inglesas.

Rossi & Gerab (2009, p. 17) destacaram que essas máquinas se tornaram tão importantes “que, em 1780 os ingleses já tinham em uso 30 máquinas nas usinas de carvão, 22 nas minas de cobre, 28 em fundições, 17 em cervejarias e 8 em usinas de algodão”.

Sendo assim, a partir do surgimento dessas máquinas e a partir da necessidade da produção em larga escala solicitada pelos donos das fábricas, os artesãos, ferreiros, chapeleiros dentre outros, se veem sem poder concorrer com a dinâmica dessas máquinas e incorporam-se a dinâmica de trabalho colocada pelos donos das fábricas.

Nesta dinâmica, a produção em larga escala tem como consequência um crescimento do mercado em âmbito nacional e internacional, acarretando em um crescimento das demandas. Este crescimento faz com que os donos das fábricas solicitem uma maior produção por parte dos trabalhadores. Neste período, as jornadas de trabalho variavam entre 14 e 18 horas diárias.

Este modelo utilizado pelas fábricas se espalha e tem-se um enorme êxodo de trabalhadores do campo e de outros países a procura de emprego. Com o surgimento de leis e iniciativas que apresentam como objetivo central o incentivo à entrada de mão de obra no país, dificulta-se a saída destes trabalhadores do Brasil.

Diante deste fator, Rossi & Gerab (2009, p. 18) afirmam

Com tantos migrantes e imigrantes, começa a sobrar mão de obra, provocando uma enorme competição com aqueles que estavam empregados. Os empresários viram a chance de aumentar seus lucros rebaixando os salários, oferecendo em troca empregos para as mulheres e crianças, todos eles submetidos às duras jornadas, em precárias condições de higiene, ventilação e sem proteção contra acidentes. Tal sistema de exploração de mão de obra revela sua crueldade pelo enorme cansaço, exaustão, que leva ao enfraquecimento, à doença, aos acidentes graves e à morte de crianças, jovens e adultos.

A partir de toda essa exploração do trabalho vivenciada por todos esses operários, ainda assim, essa classe, não sabia como resistir a todos esses abusos colocados pelos donos das fábricas. Tem-se aí, o início das primeiras formas de organização da classe trabalhadora.

Diante deste contexto, Rossi & Gerab (2009, p. 18-19) informam,

As pequenas lutas organizadas, com a paralisação das fábricas e casos de quebra-quebra das máquinas, levavam a muitas pequenas vitórias. A nova classe burguesa, entretanto se organizava para se contrapor aos argumentos dos trabalhadores, impondo-lhes novas derrotas. Por exemplo: o trabalhador demitido era denunciado às empresas da região que passavam a negar-lhe trabalho.

Com a reação dos trabalhadores para com essas máquinas, estes, rejeitam utilizá-las no seu labor, possibilitando “às lutas pelas conquistas de direitos, que

garantissem a sobrevivência e melhores condições de vida na situação estabelecida na Inglaterra” (ROSSI & GERAB, 2009, p. 19).

Cita-se como exemplo, o movimento ludista, onde os trabalhadores quebraram as máquinas das fábricas, com o intuito de melhorar as condições de trabalho, pois entendiam que as máquinas eram a real causa de toda a insalubridade sofrida por estes no seu ambiente de trabalho, assim como também, a falta de direitos trabalhistas. Conforme Rossi e Gerab (2009, p. 19), “Cedo, os trabalhadores nas indústrias viram-se colocados frente ao fato de que as máquinas e a tecnologia possuem a ideologia de quem as controla e que não devem confundi-los com o inimigo”.

Após diversos anos de exploração vividos pela classe trabalhadora, surgem as primeiras resistências organizadas, estas, resultado da influência dos ideais socialistas e libertários que, segundo Rossi & Gerab (2009, p. 20), “proliferavam cada vez mais pela Europa e que levaram, entre outros acontecimentos, à Comuna de Paris em 1871 e, mais tarde, à Revolução Russa de 1917”.

A partir de todos estes avanços de organização por parte da classe trabalhadora, e desde as pequenas organizações, oriundas das fábricas, tem-se o surgimento de organizações interfábricas, que resultam, no surgimento dos sindicatos, onde estes passam a comandar e a coordenar as organizações fabris na luta contra a exploração por parte dos donos das fábricas.

É de extrema relevância destacar que, a luta é contínua entre capitalistas e classe trabalhadora, onde o capitalista tem como objetivo constante reduzir o salário a seu mínimo físico, enquanto que a classe trabalhadora sempre irá pressionar em direção contrária (MARX, 2014, p. 140).

Sendo assim, destaca-se a luta existente entre a classe detentora dos meios de produção (burguesia) e a classe detentora da mão de obra (operários; ressalta-se, porém, que a burguesia tem como intuito a redução dos salários e o aumento das jornadas de trabalho dos operários nos chãos das fábricas.

2.1 O SURGIMENTO DO SINDICALISMO NO BRASIL

Em relação ao sindicalismo no Brasil, Rossi & Gerab (2009, p. 22) citam que “em relação ao movimento sindical europeu, o Brasil tem, pelo menos, cem anos de atraso. Até fins do século 19, nossa produção era quase que somente agrícola, voltada

para a exportação de açúcar, café, tabaco, ouro etc”. Neste período, a Inglaterra, comandava o comércio internacional, impedia a implantação de indústrias no Brasil.

Porém, com o fim da escravidão no país (1888) e a proibição do tráfico internacional de escravos, deu-se o surgimento da industrialização no Brasil. A partir destes e de outros fatores no âmbito internacional, teve-se como possibilidade pelos fazendeiros, que antes, utilizavam seu dinheiro para a compra de escravos, passaram a utilizá-lo na compra de máquinas, resultando nas fábricas de tecido e de industrialização de alimentos. Destaca-se que, este fator possibilitou inúmeras transformações na estrutura econômica do país.

Contudo, ainda neste período, o café continuou sendo o principal produto de exportação, representando ainda umas das principais fontes de lucro, fazendo com que muitos fazendeiros continuassem investindo neste produto agrícola. Produtos como o café, primários e não industrializados, eram comercializados em larga escala, onde os preços eram especulados pelas empresas, e estas eram as operadoras deste comércio.

Essas empresas possuíam ações nas bolsas de valores localizadas pelo mundo, tiveram imensos prejuízos financeiros com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, no ano de 1929. Conforme Rossi & Gerab (2009, p. 23-24), acerca deste aspecto e no que se refere ao Brasil, este

[...] firmou-se no contexto dos países capitalistas, abrindo-se para a industrialização, que incluiu indústrias estrangeiras e, depois, as transnacionais, sem perder o seu espaço no mercado internacional de exportação de produtos primários, commodities (produtos que têm venda garantida e podem até servir como moeda de troca para outros negócios, como o café, o algodão, o cobre etc.). Porém, isso não significa que tenha conseguido todas as vantagens que a industrialização poderia lhe trazer, porque os países mais desenvolvidos formam um clube fechado, tentando impedir que outros avancem e venham a competir com eles (grifo do autor).

Sendo assim, ainda hoje, o Brasil é definido como um país “em desenvolvimento”, “semicolonial” ou “neocolonial”. Destaca-se que, cada denominação está ligada as possibilidades de independência econômica que foi vivenciada pelo país (ROSSI & GERAB, 2009, p. 24). Apesar de toda a produção de mercadorias, tem-se, a partir deste momento, através das máquinas, uma produção industrial, onde os trabalhadores brasileiros não tinham experiência com este tipo de produção.

Este problema foi resolvido com a utilização de um programa de imigração, possibilitando a vinda de camponeses e operários europeus, principalmente os espanhóis e italianos, fugidos das graves crises de desemprego em seus países e vinham em busca de melhores condições de vida no Brasil. São esses imigrantes que trazem as experiências de lutas da classe operária e de que maneira se dava o processo de produção industrial.

No que se refere a estes imigrantes, Rossi & Gerab (2009, p. 24) afirmam

[...] São eles que iniciam o processo de enfrentamento contra a exploração patronal, empunhando as bandeiras de 8 horas diárias de trabalho e das leis específicas para o trabalho das mulheres e menores. Relatos de 1901 revelam que havia inúmeras crianças, cujas idades partiam dos 5 anos, trabalhando nas fábricas e sem proteção alguma. Portanto, as marcas do sindicalismo brasileiro, no fim do século 19 e nas primeiras décadas do século 20, são das origens socialistas e anarquistas dos imigrantes europeus. Esses trabalhadores e militantes sindicais, apesar das suas divergências, tinham em comum a luta pela primazia do trabalho sobre o capital, ou seja, a primazia do ser humano sobre o lucro.

É válido destacar que a partir de 1880 começaram a surgir as primeiras greves nas fábricas das primeiras cidades operárias, sendo elas: Rio de Janeiro, Recife e São Paulo. Sendo assim, pode-se dizer que, o sindicalismo no Brasil, como em outros países, é o resultado de experiências adquiridas pela classe trabalhadora, diante das lutas travadas com os donos das fábricas.

2.2 A RELAÇÃO SINDICATO E TRABALHADORES NO PERÍODO DE 1900 A 1930

Como já foi dito anteriormente, a história da organização operária brasileira do início do século XX, está diretamente ligada a entrada dos imigrantes europeus no Brasil. Partindo do contexto de exploração vivenciada por estes trabalhadores nas fazendas de café, parte desses imigrantes, vão saindo pouco a pouco destas fazendas e deslocando-se para as cidades. É exatamente a partir desta situação que surgem as primeiras organizações sindicais.

Segundo Rossi & Gerab (2009, p. 25-26)

Em 1905, é criada a Fosp (Federação Operária de São Paulo). Já, em 1906, o Rio de Janeiro sedia o 1º Congresso Operário Brasileiro, que chegou às seguintes definições:

- a) Organização federativa e não centralizada;
- b) Sindicalismo de resistência e não assistencialista;

- c) Combate ao parlamentarismo: o fundamental é a ação direta da classe operária;
- d) Luta contra as propostas dos agentes do governo e da Igreja;
- e) Formar a COB (Confederação Operária Brasileira).

Neste sentido, surge a partir do I Congresso Operário Brasileiro (COB) realizado no ano de 1906, na cidade do Rio de Janeiro, a Confederação Operária Brasileira (COB). Os patrões, atentos as atitudes destes imigrantes, estavam sempre tentando impedi-los de se organizarem politicamente.

Os donos das fábricas, tinham como objetivo central, destruir as inúmeras formas de organização que estavam germinando e se espalhando para os outros estados brasileiros. A organização destes trabalhadores estava pautada na liberdade e na autonomia sindical, defendendo a destruição do Estado burguês. Apresentavam como principal meio de organização a utilização das greves. Ressalta-se que inúmeras greves ocorreram nos primeiros 30 anos do século XX.

Já no ano de 1913, é organizado o II Congresso Operário Brasileiro pela Confederação Operária Brasileira (COB). Após dois anos, tem-se o surgimento do Comitê de Defesa Proletária, que se transformou na liderança central da greve realizada no ano de 1917. No que se refere ao ano em destaque, Rossi & Gerab (2009, p. 28) colocam

O ano de 1917 foi, sem dúvida, de intensa agitação, não apenas em São Paulo onde os comícios e passeatas juntaram em torno de 80 mil pessoas. O Rio de Janeiro e o Recife tiveram inúmeros movimentos grevistas, a tal ponto que levou o governo a decretar estado de sítio no Rio de Janeiro, proibindo as greves e fechando sindicatos. As greves de São Paulo tem um final vitorioso, conquistando aumento salarial de 20%, a não dispensa de operários, enquanto o governador e o prefeito da cidade se comprometem a fiscalizar as condições de trabalho das mulheres e menores, a combater os aumentos de preços dos gêneros alimentícios e a liberar os operários presos.

Apesar do compromisso realizado pelo governador e o prefeito do estado de São Paulo com os trabalhadores operários, não foi isso que acontece na prática. Diante disto, Rossi & Gerab (2009, p. 28) afirmam

[...] a polícia deixa sua marca de violência, com o assassinato do sapateiro Antonio Martinez, três dias antes da grande manifestação dos trabalhadores paulistas. No dia 12 de julho, enquanto dezenas de milhares cruzaram os braços, pelo menos dez mil trabalhadores acompanhavam o enterro.

A violência governamental e patronal aumenta. Há relatos de mortes de operários em São Paulo e Campinas – SP. O estado de sítio marca a década de 1920 e a repressão vai destruindo as organizações operárias.

Desta maneira, com a I Guerra Mundial (1914 - 1917) tem-se como um de seus efeitos imediatos a diminuição das exportações do café, resultando no aumento do desemprego no país. Este aspecto, serviu de mola propulsora para os trabalhadores organizarem mais lutas.

Sendo assim, pode-se entender que, o sindicato é um organismo de resistência e de luta dos interesses dos trabalhadores, tanto no âmbito profissional como no econômico, onde este não podia sofrer a interferência pessoal de ninguém.

Em relação a Revolução Russa e os anos de 1917, Rossi & Gerab (2009, p. 28-29) destacam

Mas a Revolução Russa e a greve de 1917, aqui no Brasil, eram apenas parte dos fatos que assustavam as elites dominantes brasileiras. A guerra havia provocado, a partir de 1916, uma completa paralisação do comércio marítimo; com isso, a especulação e o encarecimento dos preços dos gêneros alimentícios se generalizam.

Tudo isso, somando-se as condições indignas de trabalho e à atuação de militantes anarquistas e comunistas no meio operário, fazia essas elites vislumbrarem, equivocadamente, a possibilidade de os trabalhadores estarem almejando o poder político.

No período de 1919 a 1922 tem-se o governo do presidente Epitácio Pessoa e de 1922 a 1926 o de Arthur Bernardes. Estes dois períodos foram caracterizados pela forte repressão aos movimentos sociais. Porém, foram nestes dois governos que as primeiras leis trabalhistas foram promulgadas, sendo elas: 1919 – aprovação na Câmara Federal a Lei de Acidentes de Trabalho; 1923 – constituído o Conselho Nacional do Trabalho; 1925 – surgimento da Lei que dá direito a 15 dias de férias anuais e finalmente no ano de 1926, surge a primeira Lei que regulamenta o trabalho do menor (ROSSI & GERAB, 2009, p. 29).

As organizações por parte dos trabalhadores vão ganhando força e no campo da organização político-partidária, funda-se, no ano de 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB). O PCB, foi o primeiro de muitos partidos políticos que iriam surgir ao longo da história. Contudo, até os anos de 1960, o PCB teve um papel de grande relevância nos âmbitos político, ideológico e organizativo das lutas pautadas pelos trabalhadores desse país.

Mesmo diante dessa melhor organização sindical por parte dos trabalhadores, o movimento anarquista ainda continuava muito presente na dinâmica de lutas pelo país. Porém, aos poucos, o movimento anarquista vai perdendo sua força no movimento operário brasileiro.

Desta maneira, o movimento anarquista, desde o seu início, sempre sofreu uma forte repressão. Este modelo, por sua vez, foi perdendo cada vez mais sua força. Rossi & Gerab (2009, p. 31), definem os anarquistas como aqueles

[...] baseavam sua ação nos escritos e nas propostas do filósofo e militante revolucionário russo Bakunin. Eram internacionalistas, antimilitares e anticlericais. Buscavam a ação direta das massas para construir uma nova sociedade e viam a participação no Parlamento e a construção de partidos como posturas antagônicas e esse objetivo. Essa corrente, vítima da repressão e do aparecimento das outras articulações, que disputavam os espaços entre os operários, já vinha se enfraquecendo desde o final da década anterior.

A partir de 1930, com o aumento das medidas governamentais, que tinham como objetivo acabar com a liberdade e a autonomia sindical por parte dos trabalhadores, o movimento anarquista sofre o golpe final e entra em colapso.

2.3 GETÚLIO VARGAS E OS SINDICATOS (1930 - 1945)

Getúlio Vargas é considerado um dos principais presidentes do Brasil, afirmação que leva Mattos (2009, p. 61), a enfatizar

Qualquer análise do Brasil pós – 1930 tem que levar em conta o peso dos 15 anos do primeiro governo Vargas. A importância da figura de Getúlio Vargas; a ideia da necessidade de superação do atraso econômico e social brasileiro pelo desenvolvimento industrial, o autoritarismo com sua crítica feroz às instituições democráticas de relacionamento político (como os partidos, a independência entre os poderes e as eleições), são algumas das heranças que esse governo esforçou-se por legar à história brasileira. Mas a mais importante entre elas foi, sem dúvida, a proposta, difundida nos discursos dos dirigentes da época, de convivência harmônica entre trabalhadores e empresários, arbitrada por um Estado que seria, ainda segundo aqueles discursos, ao mesmo tempo regulador e protetor, apresentando-se como interventor da legislação social.

Nota-se pela citação que durante os mandatos de Vargas a ideia de Estado desvinculado da luta de classes ganha força com o senso comum. Como já foi citado anteriormente, no ano de 1929, o mundo vivencia uma grande crise com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York. No Brasil, tem-se como reflexo da crise, o colapso do modelo agro-exportador, onde a exportação do café cai drasticamente no mercado mundial. Essa crise tem como consequência para os trabalhadores: o desemprego, a miséria, os salários achatados.

Conforme este momento da crise de 1929 e a transição político-econômica brasileira, Rossi & Gerab (2009, p. 32) destacam

O ano de 1929 leva a marca da grande crise da economia mundial. Ela atinge os EUA, os países Europeus e os da América do Sul, gerando desemprego em massa em todo o mundo.

Os países latino-americanos, cujas economias eram baseadas na exportação de produtos agrícolas e importação de produtos industriais, entram em crises

políticas e levam à queda vários de seus governantes. É também o caso do Brasil.

Neste momento, o então presidente do país, Washington Luís, entendia que a questão social vivenciada pelo Brasil era uma questão de polícia. Esse entendimento, representava a mentalidade de inúmeros coronéis da época. Contudo, essa visão conservadora, contrariava as ideias e projetos renovadores de outros setores da burguesia. Um destes burgueses é Getúlio Vargas.

Já no ano de 1930, ano de eleições presidenciais no Brasil, o então presidente Washington Luís, tentou romper com o acordo feito entre paulistas e mineiros. Cada um ocupava a presidência do país por um mandato.

Neste momento, Washington Luís, indicou o paulista Júlio Prestes. Os mineiros, por sua vez, insatisfeitos com a traição de Washington Luís, fizeram um acordo com os gaúchos e paraibanos e formaram a Aliança Liberal, comandada por Afonso Pena Jr. e por Ildefonso Simões Lopes.

Conforme Rossi & Gerab (2009, p. 33), a partir dessa formação, a Aliança Liberal tinha “entre as suas bandeiras, o voto secreto, a independência do Judiciário, a anistia para os tenentes envolvidos nas diversas rebeliões ao longo dos anos de 1920, a proteção à exportação do café e reformas sociais”.

Segundo estes autores, estas eleições foram consideradas

[...] fraudulentas, foram vencidas por Júlio Prestes, que derrotou o gaúcho Getúlio Vargas e seu vice João Pessoa (da Paraíba), cujo assassinato causou comoção nacional, favorecendo a formação do clima propício à ação da Aliança Liberal. Formou-se, assim, o quadro político que resultou na Revolução de 1930, em que Getúlio, depondo Washington Luís, iniciou seu longo governo de 15 anos, conhecido como “A era Vargas”.

Desta maneira, tem-se a deposição de Washington Luís e Getúlio Vargas assume a presidência do país.

No poder, Vargas, leva para frente o projeto destacado pela burguesia. Por outro lado, responde algumas pressões da classe proletária. Esta atitude de Vargas, tem como objetivo principal criar mecanismos para controlar a classe proletária. A chegada de Getúlio Vargas ao poder, coloca dois aspectos para a classe burguesa; o primeiro é que o atual presidente enfatiza que, para se sair da crise deve-se incentivar a industrialização do país e o segundo aspecto, é que se devem terminar com os movimentos realizados pelos anarquistas e socialistas.

Sendo assim, observa-se que um dos principais entraves para Vargas era a organização sindical. Por isso, o então presidente, investe no fim da estrutura sindical vigente. Vargas, cria leis, que garantem velhas reivindicações dos trabalhadores e ao mesmo tempo estabelece maior submissão do trabalho ao capital.

No ano de 1931, Vargas cria o Ministério do Trabalho, tendo como objetivo o controle da classe operária e o atrelamento sindical ao Estado. Rossi & Gerab (2009, p. 33-34) destacam que nesse ano o então presidente do país

[...] edita o decreto nº 19.770, que versa sobre a lei de sindicalização, pela qual o Estado assume o controle sobre os sindicatos. Enquanto os sindicatos passam de entidade privada a organismos de direito público, também deverá ser “reconhecido” pelo Estado os seguintes instrumentos:

- a) estatuto-padrão (portanto para todos os sindicatos);
- b) controle de suas finanças pelo Ministério do Trabalho;
- c) exigência de atestado ideológico para seus diretores;
- d) proibição de propaganda e atividade político-ideológica;
- e) Direito de intervenção do Estado;
- f) o sindicato passa a ser um órgão de colaboração com o Estado.

A partir deste momento, inúmeros sindicatos são “criados”, com o intuito de mostrar que a história dos sindicatos no Brasil teve seu início naquele momento. Em 1932, criam-se as juntas de conciliação, estas, com o objetivo de atender as reclamações dos trabalhadores até então sindicalizados. No ano de 1934, Getúlio Vargas concede férias aos trabalhadores que trabalham na indústria e que são sindicalizados.

Apesar de todo o investimento do Estado para desmobilizar os sindicatos, inúmeras greves eclodem pelo país entre os anos de 1930 a 1932. Cita-se como exemplo, a “Marcha da Fome” que ocorreu no Rio de Janeiro. Estas mobilizações foram intensamente reprimidas pelo Estado.

Contudo, para se poder observar a relação existente entre Estado e trabalhadores a partir do ano de 1930, deve-se levar em consideração os momentos existentes no primeiro governo de Getúlio Vargas. O primeiro momento versa justamente sobre o período de 1930 a 1934, sendo que estes foram marcados pela criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), denominado de “Ministério da Revolução”. O MTIC, institucionalizou a maior parte das leis trabalhistas, que posteriormente foram sistematizadas na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) no ano de 1943.

O MTIC apresentava também como papel, difundir o novo modelo de sindicato, imposto no governo Vargas; ressalta-se que estes sindicatos eram reconhecidos, porém tutelados, onde desde os primeiros momentos irão ter que enfrentar as

competições com as organizações sindicais autônomas e que foram organizadas ao longo das três primeiras décadas do século.

Sendo assim, os objetivos desses novos sindicatos eram bastante explícitos, sendo eles: servir como instrumento dos trabalhadores perante o governo e vice-versa, tendo seu funcionamento por dentro do Estado, como órgãos públicos, ou seja, deveriam estar submetidos as demais instâncias governamentais.

Apesar de todo esse esforço do governo para atrelar os sindicatos ao Estado, Mattos (2009, p. 64) frisa

[...] os trabalhadores organizados não pareciam estar dispostos – a não ser no caso dos que sempre defenderam a adesão ao Estado e ao patronato – a trocar suas tradicionais entidades de classe pelos sindicatos oficiais controlados pelo MTIC.

Sendo assim, pode-se entender que o processo de reconhecimento dos sindicatos foi progressivo.

Destaca-se que, a luta da classe trabalhadora e a “Revolução Constitucional” de 1932, acarretou na elaboração de uma nova constituição, a Constituição de 1934. Nesta Constituição, os direitos conseguidos anteriormente passam a ser constitucionais, tais como: 8 horas de trabalho, férias, o salário mínimo dentre outros. Porém, esta Constituição, altera parte da legislação no que se refere aos sindicatos, possibilitando agora a autonomia sindical e a pluralidade, com o intuito de enfraquecer o sindicalismo comunista e anarquista. Contudo, essa autonomia não é verdadeira já que “a Constituição consagra o sindicato como “órgão de colaboração de classes” (ROSSI & GERAB, 2009, p. 35).

Segundo Rossi & Gerab (2009, p. 35) estes aspectos citados anteriormente acerca da Constituição de 1934 “[...] impede a organização nos locais de trabalho; quer dificultar tanto o acesso das direções sindicais às bases, quanto a efetiva participação dessas nos seus órgãos de classe, além de garantir a pulverização sindical, pois quanto mais dividida mais fraca.” Já em relação ao ano de 1934, Mattos (2009, p. 67) destaca

A Constituinte de 1934 e o breve período de normalidade constitucional, que segue até o segundo semestre de 1935, marcaram uma segunda fase das relações do Estado com os trabalhadores. Foi o momento das maiores mobilizações sindicais, com crescimento do número de greves e engajamento dos trabalhadores organizados na luta pela democratização do país, representada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Neste período, os sindicatos tinham grande participação nas manifestações organizadas pela ANL. Apesar da grande repressão por parte do governo para com estes trabalhadores que participavam das manifestações, cada vez mais, estas agrupavam um maior número de trabalhadores. Mesmo diante de todos esses

empecilhos, no dia 1º de maio de 1935, os comunistas criaram a Confederação Sindical Unitária Brasileira (CSUB).

Conforme Mattos (2009, p. 68)

O nível de agitação operária naqueles anos de 1934-1935 pode ser medido também pela criação, em 1934, de uma Frente Única Sindical (FUS), liderada pelos comunistas, que, em maio do ano seguinte, realizou um congresso nacional que criou a Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB).

Destaca-se que, a CSUB e outras organizações sindicais do período em vigor, apresentavam propostas combativas as atitudes utilizadas pelo governo Getúlio Vargas, não funcionaram por muito tempo no país. Neste aspecto, Mattos (2009, p. 68-69) comenta

[...] O avanço das lutas operárias pressionou o patronato a abandonar a proposta da autonomia sindical. Mantendo, graças ao espaço ocupado no aparelho de Estado, a autonomia de seus órgãos de representação tradicionais (associações comerciais e centros industriais), o empresariado apoiou a retomada do controle do MTIC sobre os sindicatos, agora com uma violência repressiva devastadora.

O ano de 1935, foi um ano considerado difícil para os sindicatos, pois nesse período vivencia-se uma fase de completa desmobilização sindical. Os representantes que chegam a direção dos sindicatos são submissos as regras ditadas pelo Ministério do Trabalho, acarretando assim, na não ocorrência de greves pelas categorias, onde a participação das bases nas atividades realizadas pelos sindicatos resume-se a quase nada.

Já no ano de 1937, Getúlio Vargas fomenta um golpe militar e estabelece o “Estado Novo”, mandando publicar uma nova Constituição. Esse novo período do governo de Vargas pode ser caracterizado como um período de ditadura fascista e que se estenderá até os anos de 1945.

Referente ao ano de 1937, Mattos (2009, p. 70) afirma que “a instalação da ditadura no Estado Novo, em 1937, fez-se acompanhar de uma constituição de matriz fascista, que retomava o modelo do sindicato único”.

Partindo desta mesma lógica destacada por Mattos, Rossi & Gerab (2009, p. 37) frisam

A Constituição de 1937 introduz novas mudanças na estrutura sindical brasileira, copiada do modelo corporativista do fascismo italiano de Mussolini. Tal corporativismo concebe que capital e trabalho, patrão e empregado, assim como seus sindicatos, fazem parte do mesmo corpo social, devem

viver em harmonia pelo bem geral da nação. É o conceito de colaboração de classes se contrapondo ao de luta de classes.

Neste mesmo ano, tem-se a extinção da autonomia e liberdade sindical, que vinha sendo utilizada desde os anos de 1934. Tem-se também, a ligação completa dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. Também no ano de 1937, cria-se a Justiça do Trabalho, com o intuito de se resolver os conflitos existentes entre capital e trabalho.

Desta forma, o ano de 1937 dava início ao processo que culminaria com a criação do imposto sindical, que foi realmente efetivado a partir do ano de 1940, onde “cada trabalhador paga, anual e compulsoriamente, o equivalente a 8 horas de salário e os sindicatos são obrigados a prestar assistência médica e social aos seus associados” (ROSSI & GERAB, 2009, p. 37).

Dar-se-á, um pequeno destaque a um fato importante no ano de 1940, a regulamentação e aplicação da lei referente ao salário mínimo, que se tornou constitucional a partir do ano de 1934.

Essa lógica assistencialista dos sindicatos, resulta na dominação ideológica e financeira por parte dos referidos órgãos para com os seus filiados. Sendo assim, os sindicatos começam a angariar um fundo financeiro vasto, através das filiações de cada trabalhador. Porém, estes sindicatos passam a não precisar de muitos filiados, pois quanto maior o número de filiados maior seriam os gastos destes, já que eles deveriam desenvolver também um papel de cunho “social” para com estes trabalhadores. Desta maneira, pode-se observar uma característica do sindicalismo existente naquele momento: a não participação do trabalhador na organização e nas decisões referentes ao movimento sindical. Segundo Rossi & Gerab (2009, p. 37)

Enquanto existe uma ampla legislação oficializando a existência do “aparelho” sindical, não há um único artigo de lei ou decreto que assegure o direito de organização na empresa. Assim, qualquer embrião de organização interna dos trabalhadores – mesmo dos sindicatos – será punido com a demissão de seus membros (grifo do autor).

Mattos (2009, p. 71) refere-se ao ano de 1942, afirmando

[...] marcou a intensificação do discurso que procurava aproximar o Estado, personificado por Getúlio, dos trabalhadores e dos esforços para mobilizar politicamente os sindicatos oficiais controlados pelo MTIC. Com a entrada do Brasil na guerra e o crescimento das oposições à ditadura, parecia mais próxima para os que estavam à frente do governo a possibilidade de redemocratização. É nesse contexto que se forjou o discurso político trabalhista, que enfatizava a ideia do Estado (e de Vargas) protetor dos trabalhadores.

Partindo desta lógica, essa legislação social era pautada para os trabalhadores como um privilégio dado pelo governo, onde esta atitude do Estado tinha como intuito evitar as possíveis pressões e manifestações realizadas pela classe trabalhadora. Rossi & Gerab (2009, p. 36) destacam ainda

O Estado Novo de Getúlio Vargas, antes de ceder às demandas constitucionalistas, conseguiu concluir sua interferência na organização sindical dos trabalhadores: no “1º de Maio” de 1943, promulgou a reunião de toda a legislação a respeito, cobrindo eventuais lacunas, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Corroborando com a citação anterior, destaca-se que no ano de 1943, é promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), apresentando como papel a unificação de todas as leis referentes aos trabalhadores, assim como também, passa a determinar a estrutura sindical que deveria vigorar no país, onde os interesses destes estariam subordinados à lógica do Estado capitalista.

Podemos dizer então, que a estrutura sindical consolidada no ano de 1943, a partir da criação da CLT, foi uma conquista dos trabalhadores e foi construída ao longo das inúmeras lutas realizadas nos anos anteriores.

Com a II Guerra Mundial, tem-se o confronto entre dois eixos: o primeiro (a Alemanha de Hitler, a Itália de Mussolini e o Japão) e o segundo eixo sendo as Forças Aliadas (Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Estados Unidos e União Soviética); estas, por sua vez, provocaram o enfraquecimento político de Getúlio Vargas. Sendo assim, as forças internas que eram favoráveis à entrada do Brasil às Forças Aliadas, fizeram com que Vargas fosse procurar aliados no país. Em relação a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, Mattos (2009, p. 78), afirma

Com o país ingressando na II Guerra Mundial em 1942, ao lado dos Aliados (EUA, Inglaterra, União Soviética), apesar das oscilações da diplomacia e de declarações simpáticas ao eixo (Alemanha, Itália e Japão) nos anos anteriores, a ditadura do Estado Novo começaria a passar por um processo de questionamentos mais diretos, que apontavam a necessidade de redemocratização. Demonstrando interesse em controlar o processo, Vargas promoveu uma série de reformas liberalizantes como o reconhecimento dos partidos (até o PCB), a anistia dos presos políticos e a convocação de eleições para a Constituinte.

Neste contexto, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) se fortifica, criando o Movimento Unitário dos Trabalhadores (MUT), sem sofrer qualquer interferência do governo de Getúlio Vargas.

Em resposta a este acontecimento, Getúlio Vargas cria o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), almejando apoio dos operários que conquistou ao longo do seu governo voltado para o populismo. Criou também, o Partido Social Democrático

(PSD), juntamente com seus aliados burgueses, sendo que estes foram amplamente favorecidos ao longo do seu governo. Neste momento, o PCB é legalizado.

Mesmo com todas estas atitudes, Vargas não consegue impedir a sua queda diante da presidência do país, no ano de 1945. Neste momento, Vargas deixa de apoiar “o “Bloco Aliado” na política externa, devido às divergências com os Estados Unidos sobre a política de industrialização no Brasil” (ROSSI & GERAB, 2009, p. 39).

A partir da vitória dos Aliados, tem-se a criação das políticas externas e internas no país, que resultam, conseqüentemente, no fim do governo de Getúlio Vargas no país.

2.4 O “PERÍODO DEMOCRÁTICO” E OS SINDICATOS (1945 - 1964)

De acordo com Mattos, o período de 1945 a 1964, configura-se como democrático, pois foi alvo de inúmeras tensões políticas e sindicais, assim como também, a explosão da industrialização oriunda do pós-guerra. Neste período, também iremos perceber as conseqüências das concepções sindicais herdadas no governo de Getúlio Vargas.

Nos anos de 1945 e 1946, o Brasil passou por um período de redemocratização, onde diversas instituições, assim como também, propostas e mecanismos que foram utilizadas no Estado Novo permaneceram em vigor. Contudo, neste período em destaque, a herança mais significativa acerca do governo de Getúlio Vargas se manteve no período denominado democrático, foi a forma como a estrutura sindical era entendida. Mattos (2009, p. 77) coloca

No período compreendido entre 1945 e o golpe de 1964, vivenciaram-se diversas fases de mobilização sindical crescente, tal como logo ao fim da ditadura e no ano seguinte, ou como no período do segundo governo Vargas, ou ainda nos primeiros anos da década de 1960. Nessas fases, os limites legais ao direito de greve foram rompidos pela força dos trabalhadores organizados. Especialmente nos anos de 1960, a importância política dos trabalhadores e dos sindicatos foi enorme e suas propostas para as grandes questões nacionais eram necessariamente debatidas pelo conjunto da sociedade. No entanto, a estrutura sindical permaneceu inalterada, sugerindo que as lideranças mais combativas preferiam usar os recursos do sindicato oficial a combater decisivamente seu modelo atrelado ao Estado.

O partido já então legalizado, PCB, durante todos esses anos, oscila entre o apoio e o incentivo em relação aos movimentos grevistas, onde em alguns momentos acabava assumindo uma posição de acordo com a burguesia nacional. Esse acordo era entendido como “uma etapa “democrático-burguesa” no Brasil, a qual abriria espaço para a luta pelo socialismo” (ROSSI & GERAB, 2009, p. 39).

Em relação a este momento em discussão, Mattos (2009, p. 78) destaca que o movimento operário e sindical pode ser caracterizado da seguinte maneira

Uma caracterização do movimento operário e sindical entre 1945 e 1964 tem de partir de uma periodização das diferentes conjunturas, levando em conta: a expansão da atividade sindical; as relações com o Estado e os diversos partidos políticos; as greves e os graus de adequação ou confrontação com a estrutura sindical oficial. Assim, para tratar do período em questão, é necessário atentar para as especificidades de quatro conjunturas distintas: a da retomada das lutas no processo de redemocratização (1945 - 1946); a de repressão aberta, nos anos finais do governo Dutra (1947 - 1950); a fase da retomada das direções sindicais por setores mais combativos e de ressurgimento das greves (no segundo governo Vargas e primeiros anos do governo JK) e a conjuntura de grandes mobilizações do início dos anos de 1960.

Diante deste contexto destacado por Mattos, Rossi & Gerab (2009, p. 39) frisam, de forma sucinta, um aspecto relevante acerca do ano de 1945 e acerca do governo de Getúlio Vargas, afirmando

Desgastado com a perda do apoio de vários setores empresariais e regionais, o “Estado Novo” chega ao seu final em 1945 e, com ele, o governo ditatorial e deu-se a volta da democracia. Mas é importante assinalar que a perda de prestígio do governo não era extensiva ao seu titular: Getúlio Vargas saiu ileso desse processo político.

Deve-se destacar um fator de suma relevância que ocorreu em anos anteriores; as eleições presidenciais. Estas, por sua vez, sofreriam inúmeros questionamentos pelo movimento pró-constituente com Getúlio Vargas na presidência. Neste contexto, os mesmos militares que estavam ao lado de Vargas para a execução do golpe do Estado Novo no ano de 1937, o depuseram no ano de 1945. Dois candidatos participaram destas eleições: o Brigadeiro Eduardo Gomes pela União Democrática Nacional (UDN), que fazia oposição a Getúlio Vargas, e o General Dutra pelo Partido Social Democrático (PSD). Este último partido citado foi criado pelos governistas.

Esta nova fase política do Brasil, exigiu que os partidos políticos apresentassem uma estrutura nacional, dando origem a novos partidos políticos. Já no ano de 1946, as greves realizadas pelos trabalhadores se intensificam. Em contrapartida a este fator, os sindicatos, sob a ótica de influência do PCB, criam a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), em substituição ao Movimento Unitário dos Trabalhadores (MUT), que foi criada no ano de 1943.

Rossi & Gerab (2009, p. 40) frisam

As possibilidades de crescimento do movimento sindical eram grandes e os comunistas precisavam de um organismo capaz de somar grandes massas, inclusive os setores de trabalhadores de outras influências políticas. O MUT também crescia, mas, formado no período da ditadura varguista e com a preocupação de não dispersar as lideranças, que saíam das prisões, não era suficientemente amplo para atender às novas demandas.

No ano de 1950 Getúlio Vargas volta ao poder, recorrendo a política populista, marcando seu período ditatorial, onde, de um lado reprime o movimento sindical realizado pelos trabalhadores e de outro lado, destaca medidas populares. Em relação

a estas atitudes de Vargas, Rossi & Gerab (2009, p. 41) afirmam que foi a partir desta lógica, que no ano de 1951, Vargas “elevou o salário mínimo em 100% enquanto prendia ou mandava para o exílio os filiados do PCB”.

É de grande importância citar que, neste período, quem estava no governo era Dutra. Seu governo foi do ano de 1946 ao ano de 1951. Mattos (2009, p. 86) acerca do governo de Dutra afirma

Em relação às reivindicações econômicas, o arrocho salarial do governo Dutra – em 1951 o salário mínimo atingiria o menor patamar desde sua criação, com valor real inferior a 40% do estipulado dez anos antes – legou ao seu sucessor uma pressão por reajustes substanciais. A perpetuação dos interventores gerava também a reivindicação de liberalização dos sindicatos, que se somava à palavra de ordem do direito de greve. As oposições não conseguiam espaço para atuar em função da exigência legal de um “atestado de ideologia” (ficha limpa na polícia política) para os candidatos a cargo de direção sindical (grifo do autor).

Em 1951, Vargas chega ao poder pela segunda vez, como já foi citado em parágrafos anteriores. Getúlio chega ao poder a partir de um discurso voltado para a classe trabalhadora, com um forte apelo trabalhista e nacionalista. No seu segundo governo, Vargas tentou destacar a política sindical utilizada por ele no seu primeiro governo, sendo que esta política teve seu início no ano de 1930. Porém, a época vivenciada em sua segunda chegada ao poder era totalmente diferente do seu primeiro mandato, onde a mobilização da classe trabalhadora e a organização sindical ainda estavam em um processo embrionário.

Já no ano de 1953, Rossi & Gerab (2009, p. 42) destacam um processo importante

Durante a greve dos têxteis em 1953 – que se expande para outras categorias profissionais – é criado um comando que se transforma na CIS (Comissão Intersindical), formada por dirigentes sindicais em sua maioria comunistas. Sua linha política, que vigora até o Golpe Militar de 1964, estabelece que “é necessário a aprovação dos diretórios dos sindicatos oficiais para a realização de qualquer manifestação dos trabalhadores”. Em outras palavras: as direções que deveriam representar os interesses dos trabalhadores passam a controlar seus movimentos.

No que se refere a este momento vivenciado pelo país, Mattos (2009, p. 87) tece os seguintes comentários

Levantamentos de militantes da época dão conta de 173 greves em todo o país, já em 1951, e 264, em 1952. [...] Em destaque nesses anos, as lutas dos têxteis. Em Pernambuco e na Paraíba, em 1952; no Rio de Janeiro, na virada de 1952 para 1953; e em São Paulo, em 1953 (em meio a uma greve que atingiu também metalúrgicos, gráficos, marceneiros, pedreiros...), os têxteis, numericamente ainda a maior categoria do operariado industrial,

enfrentaram o patronato, as decisões contrárias a seus interesses da Justiça do Trabalho e a repressão violenta das autoridades policiais.

Um marco, que merece destaque diante de todos estes movimentos, foi a chamada greve dos 300 mil, que ocorreu em São Paulo. Esta greve teve uma grande dimensão por causa da organização realizada pelos trabalhadores em seus ambientes de trabalho, assim como outros inúmeros fatores. Esta greve pode ser entendida como um marco do retorno das mobilizações da classe trabalhadora após a decadência sofrida no governo de Dutra. Diante desta grande greve, o Estado, juntamente com os patrões, mais uma vez tem como atitude a repressão violenta diante do movimento em questão.

Em relação ao ano de 1954, Mattos (2009, p. 89) enfatiza

Mesmo os paliativos aumentos do salário mínimo e a ênfase no apelo às massas do discurso trabalhista, não garantiriam a Getúlio, na fase crítica de 1954, a base popular de que se ressentia para enfrentar as contradições internas de seu próprio governo e a oposição ostensiva dos setores golpistas da UND, principal partido antigetulista.

Em agosto deste mesmo ano Getúlio Vargas sai da cena política após cometer suicídio. Em relação a este fato, Rossi & Gerab (2009, p. 42) afirmam

Ironicamente, o “pai dos pobres” não pôde contar sequer com os getulistas do movimento sindical. O próprio Getúlio Vargas os havia tornado incapazes de agirem de acordo com suas próprias vontades, pois é esse o significado do atrelamento político e organizativo dos sindicatos ao Ministério do Trabalho (grifo do autor).

A partir deste contexto vivenciado pelo Brasil, Mattos (2009, p. 89) diz

[...] as lideranças comunistas viram-se obrigadas a rever seu isolamento e a buscarem alianças. No campo sindical, a aproximação de comunistas e trabalhistas de esquerda para conquista das direções de sindicatos e órgãos de cúpula da estrutura oficial, bem como o clima de relativa liberdade democrática que marcaria o governo de JK, abririam espaço para a fase de mais ampla mobilização sindical conhecida até então.

Sendo assim, a partir do suicídio de Getúlio Vargas, a força de oposição, passou a garantir a eleição, fazendo com que Juscelino Kubitschek (1956 a 1961) chegasse ao poder. Quando JK assume a presidência do país, o Brasil vivenciava uma grande transformação econômica, que seria intensificada através das medidas utilizadas pelo então presidente. Referente a esse momento de grande transformação econômica do país, Mattos (2009, p. 90) elucida

[...] Os anos JK foram decisivos para essa virada, pois os subsídios governamentais para setores estratégicos da economia e a abertura ampla para os investimentos estrangeiros criaram condições para incrementos extraordinários em alguns setores. No caso da infraestrutura, o setor energético assistiu a um aumento da produção de energia elétrica de cerca de 50% entre 1955 e 1961 e a produção de petróleo saltou dos 2 milhões de barris por ano em 1955 para 30 milhões em 1960. O chamado ao capital estrangeiro resultou em um incremento da produção de bens de consumo duráveis, com destaque para o setor automobilístico. Em 1955, praticamente não se produziam automóveis no Brasil. Em 1960, foram produzidos mais de

130 mil veículos, em 11 fábricas (todas ligadas a empresas estrangeiras), que empregavam cerca de 130 mil operários.

Contudo, as contradições inerentes a esse período, não iram demorar a aparecer. Uma das principais consequências foi a perda salarial sofrida pela classe trabalhadora, decorrente da inflação vivenciada pelo país, oriunda dos endividamentos do Estado, onde estes serviram para sustentar os altos investimentos realizados no país pelo presidente.

No que se refere aos sindicatos neste período em destaque, Mattos (2009, p. 91) afirma

Entre meados da década de 1950 e o golpe de 1964, observa-se uma fase de ascensão do movimento sindical. Vários são os índices dela: crescimento do número de greves; visibilidade dos sindicatos na opinião pública; participação destes na formulação de pautas políticas para o país e constituição de organismos intersindicais; são alguns exemplos. Do ponto de vista quantitativo, duas boas medidas do crescimento da importância do sindicalismo são os dados sobre número de entidades criadas e percentual de trabalhadores filiados.

Diante desta rápida explanação acerca de como se encontrava o Estado e os sindicatos no período de presidência de Juscelino Kubitschek, assim como também toda a efervescência política vivenciada pelo Brasil do final dos anos 50 ao início dos anos 60, é imprescindível não dar visibilidade aos diversos organismos de ação sindical, que surgiram neste período; destaque para: o CPOS, o PUA e o Fórum de Debate de Santos (SP). Já no ano de 1962, nasce também, o Comando Geral de Greves (CGG), dirigido pelas lideranças do PCB e trabalhadores que apoiavam o então presidente João Goulart (1961 - 1964). Posteriormente o CGG iria se transformar em Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Rossi & Gerab (2009, p. 43) destacam que no ano de 1962

[...] realiza-se o Congresso Nacional dos Sindicatos, onde se cria o Comando Geral dos Trabalhadores, composto pelo PUA, CPOS, CNTI, CNTT (transporte), CNTB (bancário) e depois a Contag (trabalhadores agrícolas). Seu caráter é, marcadamente, político e suas principais bandeiras são:

- democratização do poder;
- restrições e controle do capital estrangeiro;
- maior presença do Estado na economia;
- reforma agrária.

Estas demandas solicitadas pelos trabalhadores, coincidem com as denominadas reformas de base que, João Goulart tentava colocar em vigor no seu

governo. Nestas reformas de base incluía-se também, o direito de voto para os trabalhadores analfabetos. Estas reformas, defendiam medidas mais nacionalistas e com uma intervenção ainda maior por parte do Estado.

Desta forma, pode-se perceber que a década de 60 foi de suma relevância para o movimento sindical; apesar de todas as tentativas por parte do Estado de desmanchar todos os movimentos de organização da classe trabalhadora. Nesta década, foram criados inúmeros sindicatos, onde ocorreu um aumento significativo nas greves realizadas pelo país. Diante deste aspecto, dar-se-á um breve enfoque ao golpe ocorrido no ano de 1964.

2.5 OS SINDICATOS NO REGIME MILITAR DE 1964

O período militar (1964 a 1985) ficou marcado pela criação de diversos Atos Institucionais, onde estes tinham como objetivo a censura, a perseguição política, a falta de democracia, a retirada de direitos constitucionais dentre outros. Quando foi instaurado o período de ditadura militar no país, o presidente do Brasil era João Goulart, mais conhecido como Jango; este saiu da presidência e assumiu o General Castelo Branco.

Em relação aos sindicatos na década de 60, de certa maneira, estes chegam fortalecidos diante dos inúmeros pactos firmados nos anos anteriores com setores progressistas existentes no país.

Sendo assim, destaca-se que o Golpe Militar de 1964 transforma drasticamente o ambiente de organização e mobilização da classe trabalhadora, onde estes passaram a vivenciar um ambiente com inúmeras adversidades. A partir do momento em que se deu a instauração do golpe no País, Mattos (2009, p. 101) afirma

[...] tão logo o golpe consolidou-se, o governo militar ordenou a intervenção em 433 entidades sindicais (383 sindicatos, 45 federações e 4 confederações). A cassação dos direitos políticos e a instauração de inquéritos policiais militares contra os principais dirigentes sindicais cassados criaram, para os que conseguiram escapar à prisão imediata, a alternativa da clandestinidade ou do exílio.

Após a instauração do golpe no país, assumi o poder o General Castelo Branco, como já foi dito em parágrafos anteriores. O General Castelo Branco, em seu discurso de posse, se declarou um defensor da democracia; contudo, ao assumir o poder instaurou Atos Institucionais, utilizou atitude autoritária e dissolveu partidos políticos. Este momento, foi um período complicado para a classe trabalhadora. As medidas utilizadas pelo então Presidente da

República foram sentidas pelas organizações sindicais, já que, a partir da grande repressão realizada com os sindicatos, podia-se observar o caráter da ditadura militar, que estava entrando em vigor no país. Destaca-se também, as articulações que foram realizadas pelos militares com empresários que estavam ligados ao grande capital nacional e estrangeiro e que recebiam apoio de latifundiários e políticos conservadores, sendo que isto se deu a partir da contenção dos movimentos organizados pelos trabalhadores rurais e urbanos. Contrapondo a este fator, a crise econômica já vivenciada pelo Brasil, só aumentava desde os fins do governo de Juscelino Kubitschek e seria solucionada pelos militares a partir do arrocho salarial da classe trabalhadora. Salienta-se que, esta, também era uma maneira de controlar a organização sindical dos trabalhadores.

Além dos ataques realizados as entidades sindicais neste período, os militares também “atacaram” as leis referentes a classe trabalhadora encontradas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), colocando regras para o estabelecimento de um espaço sindical, onde os candidatos eram sujeitos a avaliação do Ministério do Trabalho.

Mattos (2009, p. 102) descreve esse momento para os sindicatos como

O impacto do golpe sobre os sindicatos foi violentíssimo, e mais de uma década seria necessária para que uma retomada efetiva das mobilizações de trabalhadores e das jornadas grevistas pudesse acontecer. Porém, entre o golpe e o surgimento do “novo sindicalismo”, a partir das greves de 1978 no ABC paulista, os sindicatos não deixaram de vivenciar conflitos, nem os trabalhadores de criar formas de resistência à exploração e à ditadura (grifo do autor).

Diante de todos estes aspectos citados, pode-se dizer que, entre os anos de 1964 a 1967, os sindicatos estiveram completamente de mãos atadas pelas medidas tomadas pelo Estado com o objetivo de não organização da classe trabalhadora. Conforme Mattos (2009, p. 102) foi a partir do ano de 1967, que o Ministério do Trabalho passou a ter atitudes de liberalização paulatina das atividades realizadas pelos sindicatos e a promoção de eleições em diversas entidades. Contudo, mesmo diante de todo esse controle por parte do Estado para com a organização da classe trabalhadora, em alguns sindicatos, assumiram como dirigentes integrantes considerados de esquerda. Porém, para controlar ainda mais a classe trabalhadora, o Estado, representado pelos militares, passou a considerar as mobilizações operárias e greves como uma ameaça ao regime que estava em vigor e como consequência realizou novas cassações, diminuindo novamente o número de representantes sindicais.

Diante do todo controle político realizado pelo Estado, os dirigentes que foram colocados nos cargos de direção dos sindicatos pelos militares, eram indivíduos do âmbito sindical e representantes de antigos grupos sindicais. A respeito disso Mattos (2009, p. 103) afirma

Os que foram colocados nas direções sindicais pelos militares não eram figuras distantes do meio sindical. Tratava-se, na maioria dos casos, de representantes dos antigos grupos dirigentes, desalojados dos cargos de direção das entidades pelas vitórias nas eleições sindicais dos militantes de esquerda ligados ao PCB e ao PTB, nos anos que antecederam ao golpe.

Estes dirigentes sindicais “adulavam” o governo ditatorial com o objetivo de se tornarem ponto de apoio destes e de caçar seus antigos adversários políticos. Partindo desta perspectiva, no ano de 1964, foi realizada a Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais pela Defesa da Democracia e Bem-Estar do Trabalhador, no Rio de Janeiro.

Neste momento, as reformas de base que foram citadas em parágrafos anteriores, afetavam diversos setores, sendo que, as perspectivas de reformas fiscais e administrativas empregadas no Brasil, traziam insegurança para os capitalistas, pois estes “poriam em xeque privilégios e facilidades que usufruíam tradicionalmente” (ROSSI & GERAB, 2009, p. 44). Os setores ligados ao capital estrangeiro foram os mais ameaçados, pois o Estado pretendia mantê-los sobre o seu controle. Em relação ao golpe militar de 1964, Rossi & Gerab (2009, p. 45) destacam

O golpe militar de 31 de março de 1964, além do apoio estratégico financeiro e militar dos EUA, teve a ação do empresariado brasileiro, do peleguismo e das instituições católicas, cujo grande movimento foi a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” – reunindo em torno de 500 mil pessoas em São Paulo (grifo do autor).

Sendo assim, o país sai do período do sindicalismo populista de Getúlio Vargas e passa ao militarismo. Este, por sua vez, não alterou a estrutura sindical que era utilizada no Brasil, mas tomou medidas para aumentar o caráter assistencialista dos sindicatos, fazendo-os depender ainda mais do Estado. Acerca destas medidas, Rossi & Gerab (2009, p. 46) destacam tais:

- os primeiros novos dirigentes sindicais são imposto pelo governo militar, como interventores, portanto, com o objetivo de aplicar a nova política governamental;
- depois seriam permitidas eleições, porém, os candidatos deveriam passar pelo crivo do Ministério do Trabalho;
- a Lei nº 4330 reforça as proibições às greves;
- cria-se o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), com o objetivo de acabar com a estabilidade após 10 anos de serviço e acumular dinheiro das indenizações nas mãos do Estado;
- os reajustes salariais serão concedidos pelos cálculos arrochados do custo de vida, na política econômica de Roberto Campos;
- o assistencialismo é acentuado com a criação de ambulatórios médicos nos sindicatos, “cooperativas” de consumo para os sindicalizados, com a doação de terrenos para a construção de colônias de férias (em São Paulo, na cidade Ocian), além de cooperativas para a aquisição de casas próprias, financiadas pelo BNH;

- as “assembleias” estavam povoadas de agentes policiais à paisana, porém armados. Os contestadores dessa política alienante eram entregues à repressão. Prisão, torturas e mortes foram uma tônica da ditadura militar;
- a Lei nº 4725 permite ao governo lançar os famosos decretos de arrocho salarial bancados pelo peleguismo.

Destaca-se que, essas medidas tinham como objetivo amenizar as lutas da classe trabalhadora. Porém, estas medidas eram “legitimadas” pelo Congresso Nacional.

A partir de todos estes aspectos citados nos parágrafos anteriores, pode-se dizer que, os sindicatos, neste período em destaque, estavam com as suas bases abaladas, não tendo força para organizar greves contra todas estas medidas impostas pelo Estado. Inúmeros sindicatos foram fechados e seus dirigentes foram presos ou foragidos. Ou seja, a estrutura da organização sindical da classe trabalhadora foi desmobilizada pelas diversas medidas utilizadas pelo Estado militar que estava em vigor.

2.6 A RESISTÊNCIA E O NASCIMENTO DO “NOVO SINDICALISMO” (1978 E A DÉCADA DE 80)

Antes de adentrar na década de 70 e 80, será necessário, de forma sucinta, citar três episódios relevantes. O primeiro ocorreu no Rio de Janeiro no ano de 1968, quatro anos após o início do golpe militar, referente ao assassinato do estudante Edson Luiz de Lima Souto, culminando em algumas manifestações por parte da classe trabalhadora organizada. Também dá-se destaque a passeata dos 10 mil em 26 de junho do ano em discussão. No mês seguinte, ocorre na cidade de Contagem em Minas Gerais a greve dos metalúrgicos e no mês de julho os trabalhadores de fábricas fazem greve em Osasco.

Como resposta a estas manifestações da classe trabalhadora, a ditadura militar realiza uma enorme repressão a cada tentativa de resistência e promulga o Ato Institucional nº 5 (AI 5), iniciando no país um longo período de repressão.

Neste contexto, os organismos sindicais, continuam tendo como parâmetro para sua atuação, a legislação que vigorava desde o governo de Getúlio Vargas no Brasil. Já na década de 70, Mattos (2009, p. 117) afirma

Ao fim da década de 1970, com o crescimento das evidências de crise do modelo econômico da ditadura e a multiplicação das dissidências no interior do próprio bloco no poder, os governos militares iniciaram uma transição lenta e gradual para a volta dos civis ao poder. A intenção de controlar o processo pelo alto ficava evidente na forma das medidas “liberalizantes”, como o fim do AI-5, em 1978, a anistia política, em 1979, e a reorganização partidária (grifo do autor).

É no ano de 1978, que ocorreu um processo de grande relevância para a organização sindical, isto é, o processo de mobilização dos metalúrgicos do ABC Paulista, que estavam ligados ao setor de ponta da economia brasileira. Estes, romperam com a política utilizada no período da ditadura militar. Sendo assim, frisa-se, de maneira sucinta que, os trabalhadores do maior parque industrial do Brasil (Santo André, São Bernardo e São Caetano), desencadearam inúmeras greves, que mobilizaram diversos trabalhadores e sindicatos na luta por melhores condições de trabalho e melhores salários.

Desta forma, devemos destacar que, esta classe trabalhadora vem se formando e se organizando desde o fluxo migratório vivenciado pelo Brasil e o processo de industrialização iniciado nos anos 50; estes dois aspectos vão alterar a configuração econômica do país. Destaca-se também, os intensos anos de ditadura militar que resultou na desmobilização dos movimentos sindicais, assim como também, as inúmeras explorações sofridas pelos trabalhadores nos seus ambientes de trabalho (fábricas), que estavam ligados ao regime ditatorial desenvolvido pelo Estado, que não deixava espaço para a organização da classe trabalhadora.

No que se refere aos anos de 1978, 1979 e 1980, Rossi & Gerab (2009, p. 56) enfatizam

As greves de 1978, 1979 e 1980 mostraram que os trabalhadores necessitavam de um instrumento capaz de unificar suas lutas, uma vez que, isoladas, se tornava presa fácil para a burguesia e seus governos: o movimento sindical decide criar uma central única.

Esta ideia de criação de uma Central Única foi apoiada por todos os setores sindicais. Tem-se o Surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Já no ano de 1981, realiza-se a 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat). Nesta Conferência, dois grupos se fazem presentes; o primeiro é formado por setores de oposições sindicais e dirigentes ligados ao sindicalismo do ABC Paulista, que participaram da grande greve no ano de 1978; já o segundo grupo, chamado de Unidade Sindical, era composto por indivíduos ligados ao PCB e PCdoB, com posições conciliatórias acerca das atitudes realizadas pelo Estado.

A partir de posições políticas bem diferentes, os anseios destes dois grupos podem ser sintetizados em dois aspectos centrais: o primeiro é a questão do atrelamento ou não das organizações sindicais ao Estado e, o segundo, é a opção política, já que o Novo Sindicalismo, almejava pela construção de um

novo partido político: o Partido dos Trabalhadores (PT). Este Novo Sindicalismo, tinha como liderança política Luís Inácio Lula da Silva. A CUT, foi produto do que foi denominada como o Novo Sindicalismo. Portanto, na década de 1980, o movimento sindical teve como hegemonia a atuação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

No ano de 1983, em decorrência das divergências programáticas destes dois grupos, o Conclat se deu a partir de dois eventos distintos: o primeiro foi realizado em São Bernardo do Campo em São Paulo, pelos grupos ligados ao Novo Sindicalismo e dirigentes dos trabalhadores rurais, corroborando com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, o segundo, realizado na Praia Grande, também em São Paulo, com a participação dos integrantes da Unidade Sindical (trabalhadores do partido PMDB). Posteriormente, a Unidade Sindical, fomentaria a construção da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), que foi fundada no ano de 1986.

Sendo assim, o fator que norteia a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no ano de 1983, também irá contribuir para a construção de diversas oposições sindicais, que apresentavam como objetivo tirar os dirigentes pelegos da direção dos sindicatos, assim como também, o rompimento com as estruturas sindicais estabelecidas pelo Estado.

Mattos (2009, p. 118) afirma as consequências das manifestações da classe trabalhadora, que tiveram início no ano de 1978 como:

[...] Abalos que começaram no ano de 1978, com as greves do ABC; desdobraram-se na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983; fizeram-se sentir mais firmes em 1984, na campanha pelas eleições diretas para presidente – as “Diretas Já!” – e repercutiram na participação popular no processo Constituinte de 1988.

Reportando-se para a década de 80, podemos citar as inúmeras greves realizadas pelos trabalhadores, o movimento pelas Diretas Já. Neste período, as organizações sindicais, através das centrais sindicais se expandem e como maior entidade representativa tem-se a CUT.

Conforme Rossi & Gerab (2009, p. 59), a CUT, surgiria no ano de 1983 e, até o final dos anos de 1980, iria vivenciar um processo de inúmeras adesões de sindicatos de todo o Brasil e de direção de grandes mobilizações.

Sendo assim, no final dos anos 80, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), divide-se em duas centrais, com a mesma sigla: a Central Geral dos Trabalhadores e a Confederação Geral dos Trabalhadores. Fazendo um destaque para toda esta situação acerca do movimento sindical da classe trabalhadora desde os anos de 1978 até o período de 1980, Mattos (2009, p. 120) afirma

Após um primeiro ciclo de crescimento no número de greves, em 1978 e 1979, os primeiros anos da década de 1980 assistiram a uma contenção das ações grevistas. Tratava-se de uma conjuntura marcada pelo desemprego, pela crise econômica e com empresariado e governo já preparados para enfrenta-las, por meio do endurecimento nas negociações e do acionamento

dos mecanismos repressivos da legislação sindical. A partir de 1983, entretanto, voltou a crescer a incidência de greves e os anos seguintes foram marcados por um ritmo intenso e inédito dos movimentos grevistas, indicando uma fase de intensa atividade sindical. Das 118 greves registradas em 1978 às 3.943 de 1989, foram 12 anos de crescimento no número e volume das paralisações.

É válido ressaltar que, as greves ocorridas nos anos de 1980, simbolizam o crescimento da organização sindical por parte da classe trabalhadora, onde, pode-se contatar que, essas também ocorrem por categorias; contudo, as greves de trabalhadores de empresas passam a ser mais numerosas. Neste período, pode-se citar como exemplo a força que o Novo Sindicalismo exercia, a greve geral realizada no ano de 1989, ocorrida durante dois dias, com a adesão de mais de 20 milhões de trabalhadores.

O aumento de todos estes movimentos nestes anos, se deu a partir de uma reivindicação básica por parte da classe trabalhadora: o congelamento dos salários. Informa-se que, nos governos civis, a solução para a inflação era o congelamento dos salários, onde os movimentos sindicais se organizam, promovendo greves com o objetivo de obter reajustes salariais. Os movimentos sindicais, também mostram para a sociedade que “a lógica de classe dos planos econômicos era a mesma da política da ditadura: os trabalhadores pagavam a conta” (MATTOS, 2009, p. 122).

Sendo assim, destaca-se o papel relevante que a década de 80 teve para os movimentos sindicais, onde esta foi marcada pela reorganização e um imenso processo de lutas da classe trabalhadora, que foi abordado no item anterior. Esta década, foi de grande relevância para os movimentos sociais em geral, principalmente para o movimento sindical.

2.7 A “OFENSIVA NEOLIBERAL” DO ESTADO NA DÉCADA DE 90 E OS SINDICATOS

No Brasil, a década de 90 tem seu início marcado pela posse do primeiro presidente eleito de forma direta desde o longo período da ditadura militar, que teve seu início no ano de 1964. Na década de 90 o movimento sindical brasileiro, teve que enfrentar um novo “inimigo”, o neoliberalismo. A respeito da ofensiva neoliberal, Rossi & Gerab (2009, p. 60) afirmam

A nova política do capitalismo internacional está orientada por um pacto, conhecido como “Consenso de Washington”, que leva à adoção do modelo político econômico neoliberal, gerador da crescente concentração de renda, do aumento da pobreza no plano mundial e das novas formas de dominação e exploração sobre os países do chamado terceiro mundo.

Segundo França (2013, p. 70), em relação aos movimentos sociais e isto inclui os sindicatos, ao longo da década de 1990, pode-se dizer que

[...] se fortaleceu bastante [...], essa ideia de que os movimentos sociais, dentre eles o sindical, corretamente lutavam para obter direitos, abrir canais de negociação, ampliar sua participação em espaços institucionais e, conseqüentemente, ampliar a cidadania.

Mattos (2009) destaca os anos de 1990 como sendo positivo para o sindicalismo brasileiro; porém, os sindicatos não visualizaram um balanço tão positivo em relação a este período. Mesmo nos momentos em que o número de greves foram maiores, é muito grande a distância deste período para o período de greves realizados em momentos anteriores. Sendo assim, os sindicatos tiveram como conseqüências a diminuição das filiações, a dificuldade dos dirigentes em mobilizar suas bases, assim como também, problemas financeiros. Estes, demonstram o refluxo vivenciado pelos sindicatos.

Partindo desta lógica, pode-se destacar a política neoliberal, que passa a ser utilizada pelo Estado, apresenta como principais características: o fim dos direitos da classe trabalhadora, a privatização das empresas, o arrocho salarial, a acumulação do capital nas mãos de poucos, o aumento do desemprego dentre outros. A partir desta lógica, afirma-se que, com a chegada de presidentes pautados em projetos neoliberais ao poder, tem-se a privatização de empresas públicas e a diminuição das responsabilidades do Estado perante a sociedade.

Neste período, as eleições para presidente do país nos anos de 1989 e 1994 demonstraram o poder da classe dominante, já que estes derrotaram o projeto político e econômico enfatizado pelo Projeto Democrático Popular, que era dirigido por Luís Inácio Lula da Silva. Sendo assim, as vitórias de Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC), respectivamente, representaram a força do capital nacional e internacional.

A partir do momento vivenciado pelos sindicatos, Rossi & Gerab (2009, p. 60) enfatizam

Nesse contexto, o sindicalismo classista percebe que suas lutas devem extrapolar os limites corporativistas das lutas salariais e avançar para conquistas no campo político e social, contrapondo-se aos projetos da política

neoliberal, inaugurada por Collor, continuada por Itamar, assumida, de forma decisiva, por Fernando Henrique Cardoso e, infelizmente, aprofundada por Lula.

Sendo assim, os sindicatos deveriam focar a sua atuação na organização da base do sindicato, mesmo aqueles que eram das empresas; unificar os sindicatos, organizar as suas intersindicais, com o objetivo de defender os direitos dos trabalhadores, através de um sindicato classista. A partir destas atitudes que deveriam ser desenvolvidas pelos sindicatos, Rossi & Gerab (2009, p. 61) colocam a real situação destes nas décadas de 1980 e 1990, sendo elas:

- o novo sindicalismo rompeu com a estrutura sindical oficial;
- os conflitos de interesses dentro do sindicalismo e a ação da burguesia levam à sua divisão política e ideológica;
- a divisão enfraquece a classe trabalhadora, fortalecendo o empresariado;
- embora com muitas vitórias pontuais, o movimento sindical está perdendo a “guerra” estratégica para o capital;
- a burocratização dos sindicatos se torna um empecilho para as lutas dos trabalhadores;
- a mudança de rumos dessa luta, depende da capacidade do sindicalismo classista em estabelecer estratégias adequadas ao quadro conjuntural, seja no plano local, seja no plano internacional.

Partindo desse momento vivenciado pelos sindicatos do país, França (2013, p. 24) destaca o papel que os governos brasileiros tiveram nesse período foram

Os governos brasileiros dos anos 1990 tiveram, assim, uma enorme importância para o capital, por reformar o Estado, dando-lhe uma face mais neoliberal, buscando reduzir ao máximo os seus gastos sociais e enxugando a sua participação em diversos setores da economia.

É importante ressaltar que, essa lógica neoliberal utilizada pelo Estado, teve o apoio de uma grande parcela das classes consideradas médias no país, já que estas eram contra a universalização dos direitos no país. Ressalta-se que, no capítulo anterior, delimitamos como se dava no período do neoliberalismo as políticas sociais, assim como também, o papel do Estado neste contexto. Lembra-se que, o Estado é entendido a partir da perspectiva Gramsciana e entendido como um espaço contraditório, onde estão presentes os objetivos antagônicos da classe burguesa e da classe trabalhadora.

Esta proposta neoliberal, chegou ao país a partir da presidência de Fernando Collor de Melo, no ano de 1989. Collor assumiu a presidência depois de uma grande disputa como o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva.

O então presidente, veio com discurso pautado na modernização do país, no seu breve período como presidente do Brasil. Esse discurso de modernização se encaixava perfeitamente nos projetos defendidos pelo neoliberalismo, onde este era disseminado e utilizado por diversos países do mundo. Esta modernização defendida e empregada por Collor, estava pautada nas ideias de privatização de setores públicos, na abertura comercial do país dentre outros. Porém, na prática, Collor, utilizou planos econômicos pautados no congelamento de salários dos trabalhadores, demonstrando que quem pagaria as dívidas contraídas no governo de JK eram a classe trabalhadora.

Acerca do governo de Collor, Mattos (2009, p. 128) destaca que seu programa era pautado em

[...] demissões de funcionários públicos, privatização de empresas estatais e abertura do mercado brasileiro para as importações, procurou-se ajustar o país às receitas neoliberais para a economia dos “mercados emergentes” (nova denominação para os países subdesenvolvidos), ditadas pelos organismos financeiros internacionais – FMI e Banco Mundial.

Contudo, apesar de Collor dar o primeiro passo para a implementação destes ajustes no país, por causa de diversas denúncias de corrupção, sua presidência é curta e, este é deposto após o movimento das Diretas Já no ano de 1992.

Para as próximas eleições, a classe dominante preparou um candidato que pudesse empregar os ajustes neoliberais durante seu governo. Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi eleito no ano de 1994, onde, as medidas neoliberais se tornam ainda mais intensas. Neste período destaca-se o Plano Real. Mattos (2009, p. 129-130) explica o Plano Real

Baseado na paridade da moeda nacional em relação ao dólar e ancorado numa política de juros absurdamente altos, o Plano Real possibilitou em seus primeiros momentos uma interrupção na queda do poder aquisitivo dos setores pior remunerados da classe trabalhadora, graças ao relativo controle da inflação. O acesso dos trabalhadores, por meio dos crediários, a bens de consumo duráveis, mercado do qual estavam apartados no período inflacionário, foi um apelo político suficientemente forte para garantir apoio popular aos primeiros anos de mandato de Fernando Henrique.

Partindo desta lógica e com o apoio de forças políticas conservadoras, FHC conseguiu aprovar uma emenda constitucional, que possibilitava a sua reeleição, levando para frente a lógica neoliberal implementada desde a presidência de Collor, que era pautada nas privatizações em larga escala, na flexibilização da legislação trabalhista, na redução dos investimentos do Estado no que se refere as políticas sociais, implantação da lógica do Estado mínimo dentre outros.

Sendo assim, sob a ótica do FMI e do Banco Mundial, as medidas adotadas no país não foram diferentes daquelas utilizadas nos demais países latino-americanos.

A partir destes aspectos e como consequência a todo esse processo vivenciado pelo Brasil, tem-se como resultado o grande número de trabalhadores jogados para o mercado informal e mudanças na legislação trabalhista traçada nos anos 80 e 90 e que possibilitaram diferentes formas de contratação da força de trabalho. Como resultado para o sindicalismo, a estes fatores enfatizados, estes se veem cada vez mais fragmentados pelas lógicas empregadas pelo Estado.

Corroborando com estes fatores, pode-se dizer que, os governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso, foram uma grande ameaça para o movimento sindical. O FHC, no ano de 1998, propôs a reforma da estrutura sindical, onde este colocaria em vigor a pluralidade dos sindicatos acabando com os impostos sindicais. Contudo, ainda seria papel da Justiça do Trabalho, definir qual o sindicato seria considerado como representativo para qualquer negociação e contratação coletiva de trabalhadores. Ou seja, os sindicatos estavam liberados para a criação de novos sindicatos, mas ainda seria controle do Estado, qual desses sindicatos os empresários poderiam realizar acordos, não permitindo a estes o caráter de liberdade de organização. Neste período temos a Constituição de 1988, que segundo Mattos (2009, p. 132) esta

[...] garantiu o direito de organização dos funcionários públicos, sacramentou a possibilidade de criação de centrais sindicais e, a conquista mais importante, extinguiu o poder de intervenção do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos. No entanto, permaneceram a unicidade sindical, o monopólio da representação, o poder normativo da Justiça do Trabalho e o imposto sindical. Ou seja, mantiveram-se as bases fundamentais da estrutura sindical corporativista.

Pode-se constatar que, os sindicatos, cada vez mais, passam a participar das políticas econômicas e sociais como co-gestores, voltando-se sempre para as melhores condições de trabalho da classe trabalhadora.

Nesta década de 90, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) teve participação importante. Acerca deste condicionante, França (2013, p. 75) destaca

A CUT [...] teria tido uma postura correta ao longo da década de 1990, extremamente coerente com o novo cenário apresentado pela realidade. Com a redefinição do papel do Estado brasileiro, que passou a apresentar medidas de caráter neoliberal, como a desregulamentação das relações de trabalho e as privatizações, os movimentos sociais, em especial o sindical, passaram a exigir dos órgãos executivos negociações públicas e publicizadas e uma relação mais democrática.

Partindo desta mesma lógica, e em relação ao momento vivido pelo país no que se refere CUT e ao neoliberalismo, Mattos (2099, p. 136) destaca

[...] a posição que dominou os encaminhamentos da CUT e de alguns dos sindicatos mais representativos a ela filiados, ao longo dos anos de 1990, é possível constatar a predominância de uma concepção que atribui às transformações em curso na economia capitalista um caráter de inevitabilidade. Esse posicionamento acabou ofuscando as diferenças em relação às demais centrais sindicais, que marcaram profundamente a trajetória inicial do sindicalismo cutista.

Um fatores importante a ser frisado nesse período é, sem dúvida, a troca de atitude realizada pelos dirigentes da Central Única dos trabalhadores (CUT), agora pautados na linha de um sindicalismo de acordo com os patrões das empresas.

Os primeiros sinais de mudança nas atitudes da CUT, podem ser observados ainda no fim dos anos de 1980 com a utilização do sindicalismo cidadão. França (2013, p. 69) descreve esse momento como

A trajetória da CUT [...] foi desembocar naquilo que a própria Articulação denominou de “sindicalismo cidadão”. Fruto da conjuntura da década de 1990 – na qual o termo cidadania passou a ser observado constantemente nos meios acadêmico e sindical, ou mesmo na mídia -, das novas reflexões teóricas feitas pela maioria dirigente cutista e da própria experiência sindical acumulada por essa Central desde sua origem, essa proposta de sindicalismo caracterizará a CUT na segunda metade desta década e demonstrará de maneira categórica o afastamento dessa organização do referencial da luta de classes (grifo do autor).

A partir da avaliação do referido autor pode-se concluir que, a classe trabalhadora via as políticas neoliberais utilizadas pelo Estado, desmontarem os serviços públicos, aumentarem as taxas de desemprego dentre outros aspectos. Sendo assim, pode-se destacar que, a mudança de postura ocorrida nos dirigentes da CUT no fim da década de 80, aprofundou-se na década de 1990, justamente quando os efeitos do neoliberalismo caíam ainda mais sobre a classe trabalhadora. Nesse momento o movimento sindical sofre pressões externas e internas e tem-se o recuo do movimento sindical perante toda sua história.

2.8 SINDICATOS E O GOVERNO DE LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

As eleições para presidente do país no ano de 2002, tiveram como resultado a chegada ao poder da considerada maior liderança sindical do país, Luís Inácio Lula da Silva. Este, por sua vez, para se eleger, realizou alianças políticas que diferenciavam significativamente do ideário criado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Luís Inácio Lula da Silva também foi o fundador deste referido partido, PT.

O presidente eleito, reproduziu a trajetória da política brasileira de tentar conciliar os interesses antagônicos da classe burguesa e da classe trabalhadora. Sendo assim, apesar da lógica de mudança entendida pela classe trabalhadora com a chegada de um sindicalista ao poder, Luís Inácio Lula da Silva demonstrou totalmente o contrário. Ele demonstrou que governaria com e para o capital deste país.

É relevante informar que, a partir de alguns sindicatos de base filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), a resistência aos processos de privatização e aos projetos neoliberais utilizados pelo Estado, são desenvolvidas atitudes de enfrentamento acerca deste contexto, tais como as greves. Por este aspecto, chama-se a atenção para o seguinte fator: a trajetória mais lenta de adaptação à ordem do “sindicalismo cutista” tenha se acelerado após a chegada de Lula à presidência do país.

Acerca da presidência de Luís Inácio Lula da Silva, Rossi & Gerab (2009, p. 61) destacam

Já com Lula na Presidência da República, à partir de 2003, há um novo ataque patronal à estrutura sindical, que pode provocar um retrocesso às condições do início da industrialização, com a perda de direitos como a jornada de trabalho de 40 horas semanais, exclusão do final de semana remunerado, fim do direito às férias e ao 13º salário e fim das licenças maternidade e paternidade. Se essas propostas, que já figuram nas propostas de reforma trabalhista do governo petista, vingarem, o trabalho sindical terá que recomeçar do zero, praticamente. Além disso, é necessário retomar a prática do sindicalismo autônomo, desatrelado dos partidos políticos, que rompa com o exercício de “correria de transmissão” dos governos (grifo do autor).

Mattos (2009, p. 146-147) destaca a relação entre a classe trabalhadora e o governo dirigido por Luís Inácio Lula da Silva

Apesar de toda a perplexidade de boa parte dos trabalhadores do serviço público, que apoiaram a eleição de Lula confiando na perspectiva de mudança, a proposta de (contra) reforma previdenciária – que atingia mais diretamente os direitos do funcionalismo público – foi recebida com indignação e mobilização. Uma greve nacional dos servidores públicos

federais foi deflagrada e as primeiras manifestações de massa contra as políticas do governo Lula (como uma marcha de 70 mil servidores a Brasília) foram realizadas.

O referido autor segue afirmando que, para o então presidente conseguir vencer os movimentos organizados pelos trabalhadores e conseguir aprovar suas propostas, Lula contou com o apoio dos setores que apoiaram sua candidatura para presidente, assim como também, a utilização de relações clientelistas, tais como a compra de votos, para que assim pudesse ter a base de apoio e os votos no Congresso. As manifestações realizadas nesse período foram violentamente reprimidas pela polícia.

Cita-se que, o período de presidência do Lula tem como diferencial em relação ao governo FHC, o posicionamento defendido pela CUT. No governo de Lula, a CUT se apresenta totalmente contra a organização dos movimentos sindicais da classe trabalhadora e a greve realizada por estes, apoiando as atitudes realizadas pelo governo. No período do FHC, a Central Única dos Trabalhadores estava na luta ao lado da classe trabalhadora. Partindo desta lógica, Mattos (2009, p. 147-148) coloca

Na mesma direção, seguiram o governo e a CUT em 2004, ano que foi anunciado como o das (contras) reformas sindical e universitária que, embora não concluídas de uma só vez, seguiam a mesma lógica política maior da retirada de direitos. [...] O espaço sindical em que foi formulado a proposta de reforma sindical, que abre claramente o caminho para a efetivação daquilo que ficara a meio caminho no governo Fernando Henrique – a flexibilização da legislação trabalhista – foi o Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Também o FNT constitui-se em espaço “tripartite”, em que a CUT teve acesso como fração da representação dos trabalhadores (grifo do autor).

É válido informar que, a proposta destacada por este Fórum iria contra as resoluções utilizadas em anos anteriores pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) acerca da estrutura sindical. Porém, com esta nova atitude da CUT, esta afirma apoio ao governo e se diz favorável a votação no Congresso Nacional, já que esta proposta agrada maior parte dos dirigentes da central sindical.

A atitude realizada pela central sindical de se tornar “braço” do governo em relação aos projetos neoliberais, torna-a outro agente a favor da retirada de direitos da classe trabalhadora. Neste momento, diversas centrais sindicais se desfilaram da CUT e construíram outros organismos sindicais. Este processo, marca um movimento de reorganização dos movimentos sindicais do país, no período do governo de Lula.

Diante destes aspectos, pode-se constatar que, a chegada de Lula ao poder, através do Partido dos Trabalhadores (PT), assim como também, a mudança de

atitude da CUT e de algumas centrais sindicais, para servirem de apoio à política empregada pelo governo, isto é, a retirada de direitos e conquistas da classe trabalhadora, colocou os trabalhadores à frente de um grande problema: construir um novo meio de organização da classe trabalhadora, pautados na luta por empregos, saúde, educação, segurança dentre outros.

Este momento é único e decisivo para os movimentos sindicais no país, já que, a partir da mudança de atitude da CUT, que era considerada a maior e mais importante organização sindical do Brasil, tem-se a necessidade de reorganização da classe trabalhadora para intervir no processo de defesa de seus direitos sociais, podendo assim, obter conquistas.

Sendo assim, o Estado entra nas vertentes do projeto neoliberal, onde, apesar da Constituição Federal de 1988 introduzir direitos, esse Estado, na prática, bloqueia boa parte desses direitos, em detrimento de uma questão de política econômica e que vai na direção contrária aos direitos que foram conquistados pela classe trabalhadores e que estão garantidos em lei.

Partindo deste contexto, frisa-se que é importante todo e qualquer cidadão está organizado politicamente, para que assim, através da luta coletiva, possam garantir os seus direitos. Ressalta-se que, a organização sindical é um direito do trabalhador e que está garantido em lei, na Consolidação das Leis do Trabalho, em seu artigo 511.

Diante do direito de organização sindical de qualquer indivíduo, iremos, a partir de agora, nos deter ao caso específico do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado do Pará (Sintsep-Pa).

2.9 O SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ (SINTSEP - PA)

As fontes consultadas sobre o SINTSEP - PA, indicam que ele foi criado em 04 de janeiro de 1990, ou seja, em pleno processo de resistência das forças organizadas às ideias neoliberais no Brasil que ganhavam força no país, contrariando as conquistas constitucionais de 1988, principalmente os servidores públicos, que até a Constituição de 1988 não tinham direito a sindicalização e com a defesa da Reforma

do Estado, demanda principal do neoliberalismo, passaram também a ser considerados como improdutivos.

Como não há registros escritos da fundação do Sintsep-Pa, recorri, desta forma, as informações registradas em dois vídeos gravados em comemoração aos 20 anos do sindicato, com denominação “Sintsep- Pa: 20 anos na luta de classes”, em que se destacam depoimentos dos ex-coordenadores e fundadores.

Marlene Santos, ex-coordenadora do Sintsep-Pa afirma

Os servidores que vieram construir a entidade sindical, são frutos da discussão antes de 90, de um período de ditadura militar: movimento estudantil, movimento católico, movimento operário, pessoal do campo, que fazia essa discussão lá fora; foram esses elementos. E quando esses elementos entraram no serviço público, a gente conseguiu ao longo dessa data toda, trazer esses elementos para se construir uma entidade sindical. Porque? Porque dentro de alguns órgãos como o Incra, a Sudam, a antiga Fundação Nacional de Saúde, o que existia e existe ainda hoje, são aquelas associações de ordem, que era para manter naquele período de ditadura o servidor acomodado, sem reflexão, sem olhar para si, sem entender que ele era o elemento que podia transformar aquele processo político que vivíamos na época.

Observa-se no depoimento acima que o Sintsep-Pa é criado no contexto que definimos como o período do projeto neoliberal, onde este vem sendo utilizado no Brasil desde a década de 1990. Contudo, estes trabalhadores, que posteriormente fundaram esse sindicato, já eram organizados em movimentos sociais, desde momentos anteriores ao projeto neoliberal.

Partindo desta lógica neoliberal, o Estado era entendido a partir de um contexto de Estado mínimo, onde a sua responsabilidade, em inúmeros momentos, era transferida para a sociedade civil.

A criação do Sintsep-Pa se deu inserida neste contexto que o Brasil estava vivenciando, e foi justamente a partir das mobilizações dos trabalhadores públicos federais, como INCRA, SUDAM e Fundação Nacional de Saúde, que o sindicato teve seu surgimento concretizado.

Seguindo a lógica de criação do Sintsep-Pa, Ed. Wilson, 1º Presidente do Sintsep-Pa, destaca:

Com o acirramento econômico do governo Sarney, ano de 88, principalmente em 89 e como o servidor passou a adquirir o direito na Constituição de 88 a se organizar, porque até então os servidores público federais não tinham o direito de se organizar sindicalmente. Todo esse debate culminou na

composição, na constituição de uma comissão pro-sindicato. Após a eleição do Collor, se abateu sobre a gente um temor muito grande. Os vários documentos que o movimento, a nível nacional, CUT, o Sintsep-DF, dizia que nós precisávamos nos preparar. Nós acreditamos naquele instante que não existiria ferramenta melhor a nível do Estado do Pará, para enfrentar o Collor de Melo que não fosse estar organizado sindicalmente com a decisão da categoria de fundar o sindicato em 1990.

O depoimento acima também ressalta o momento político ao qual o país vinha passando; porém, o depoimento de Ed. Wilson vem resgatando desde os anos de 1988. Todos estes fatores, culminaram na criação do Sintsep-Pa, onde os trabalhadores, estavam embasados nos avanços constitucionais, assim como também, nas mobilizações nacionais que eram realizadas em torno da criação dos sindicatos dos servidores públicos federais, devido os perigos oferecidos pelo primeiro governo de feitura neoliberal de Fernando Collor de Mello.

Outro depoimento relevante no que se refere ao Sintsep-Pa, é de Walcicléia Cruz, ex-coordenadora do Sintsep-Pa

A partir de 91, nós começamos a nos agregar ao sindicato e o sindicato também estava se construindo em função de ser uma forma diferente de sindicato, porque a nível nacional, muitos servidores federais também estavam se organizando, mas tinham diferenças de concepções. Tinham sindicatos, alguns setores do serviço público se organizaram em carreiras específicas e outros setores aderiram a ideia do sindicato geral, que foi o nosso caso. Essa fase, fase de 92, 94, eu considero que foi uma fase de fortalecimento da construção do sindicato, com um processo de filiação maciço, não só em órgãos militares, mas no Incra, na Funasa, no Ibama, na antiga LBA, na época foi muito importante o papel da LBA, na construção do sindicato e a participação dos servidores da Sudam. O ponto mais marcante foi a greve de 93, que até hoje a gente fala dessa greve histórica, porque foi considerada uma das maiores greves a nível nacional do serviço público; para o Estado do Pará, também considerado uma das maiores greves no Estado, onde a gente conseguiu não só reunir a base do nosso sindicato, todos os órgãos federais que são filiados ao Sintsep, como a gente também conseguiu se reunir, se juntar com outros setores que não estariam na base do sindicato, no caso da Universidade Federal, o próprio Cefet na época, a UFRA, o pessoal da previdência, o pessoal da Fazenda. Tanto que extrapolou, vamos dizer assim, o nosso espaço de direção de sindicato geral e tivemos que formar uma coordenação estadual de greve. 93 foi um ano marcante, até para o novo rumo do sindicato, a nova gestão, quando a gente começa a formar uma nova direção. A nova direção do sindicato nasce desse processo político de formação de lideranças, de lideranças que vinham de base, que foi o meu caso, que vim da base da marinha, sem experiência sindical e foi importante que marcou no nosso sindicato, que foi a primeira mulher negra na coordenação geral.

Interessante observar a fala de Walcicléia, pois esta, além de reafirmar e aprofundar as informações dos outros colegas, chama atenção para o mesmo entendimento político apresentado por aqueles que estavam se organizando politicamente no sindicato, destacando uma questão que não tinha sido abordada nos

depoimentos anteriores: a questão de gênero e a questão racial que, como determinantes de conflitos na sociedade mais geral, não são imunes às organizações sindicais, como pode ser observada por várias pesquisadoras da Sociologia do Trabalho, como um espaço machista e racista, entre elas, Elizabeth Souza Lobo (1990).

Devemos destacar que, o surgimento das organizações sindicais, foram resultados da organização política da classe trabalhadora, assim como também, das mobilizações desta referida classe, com o objetivo de garantir melhores condições de trabalho e de vida. Contudo, apesar dele surgir com esse propósito, quando vamos a campo e chegamos no Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado do Pará (Sintsep-Pa), podemos verificar que hoje, nem a sistematização de dado referente a sua história, o sindicato tem sistematizado.

A partir desta caracterização do surgimento do Sintsep-Pa, iremos abordar no capítulo seguinte, a questão dos trabalhadores intoxicados da FUNASA e a atuação deste sindicato para com esses trabalhadores. Sendo assim, devemos levar em consideração que, as condições de labor vivenciada por estes trabalhadores, inseridos em um contexto de precarização do trabalho, contribuiu de forma relevante para a intoxicação dos mesmos.

3 OS TRABALHADORES INTOXICADOS E A ATUAÇÃO DO SINTSEP-PA: O QUE DIZEM OS ENTREVISTADOS

Segundo Ação Civil Pública do Sintsep-Pa, com pedido de medida liminar, Intoxicados, Parte final 2, ano de 2008, pode-se afirmar que desde a década de 70, o Governo Federal, como parte de uma estratégia utilizada para a implementação da política de saúde de combate à malária e outras doenças endêmicas, utilizou-se neste processo, de várias substâncias químicas denominadas inseticidas, onde os trabalhadores, Agentes de Endemias ou de Saúde da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), posteriormente Fundação Nacional de Saúde do Estado do Pará (FUNASA) e hoje Ministério da Saúde, tiveram contato de forma direta e/ou indireta com o Diclorodifeniltricloreto (DDT), Malathion, Semition, Cipermetrina, Abate e outros.

A referida situação se mantém até os dias de hoje com exceção do DDT que não pode mais ser utilizado desde a Lei 11.936 de 14 de maio de 2009. O inseticida, por apresentar, uma nocividade, foi banido por quase todos os Países do Mundo, através da Convenção de Estocolmo de 2001 e aprovada sua proibição no Brasil pelo Senado Federal em 7 de maio de 2004. Estes produtos não são mais utilizados a pelo menos 20 anos em diversos países, inclusive nos Estados Unidos.

O DDT é um dos produtos químicos classificados como Poluentes Orgânicos Persistentes (PQPs), que tem a capacidade de se bioacumular em organismos vivos, inclusive no homem. Na cadeia alimentar, por exemplo, os animais predadores acumulam muito DDT ao absorverem o tóxico de presas contaminadas. O DDT foi o mais barato pesticida utilizado nas campanhas de saúde. Foi também o mais nocivo. Tem efeito prolongado, move-se facilmente pelo ar, rios e solo e é cumulativo nos seres vivos. No homem, seu metabolismo se dá no fígado, mas gera também agravo nos rins, coração, medula óssea, cérebro e DNA. Está associado a distúrbios no sistema nervoso, hormonal e reprodutivo.

Ressalta-se que, conforme foi se constatando em anos posteriores, a manipulação e contato com este inseticida é extremamente nocivo. A partir de dados da Organização Mundial de Saúde, a cada ano chegam a morrer cerca de 20 mil seres humanos que tiveram contato com inseticidas.

Desta maneira, os trabalhadores, que foram expostos aos efeitos tóxicos destes inseticidas, especialmente o DDT e o Malathion, contraíram graves problemas psíquicos e físicos, portanto deveriam receber tratamento de saúde. Neste aspecto, é de responsabilidade da FUNASA e da União Federal assegurar o tratamento adequado a todos estes trabalhadores, intoxicados no desempenho de suas funções.

Porém, desde a descoberta da intoxicação por estes trabalhadores, estes, em conjunto com o Sintsep-Pa, travam uma luta árdua pelas suas vidas e também contra o descaso do Estado, que está representado pelo órgão FUNASA, hoje Ministério da Saúde, e contra o próprio poder público que, desde a primeira denúncia, realizada após o ano de 1996, vem sendo omissivo com estes trabalhadores, pois, apesar de garantir a tutela antecipada para o tratamento destes, não enfrenta os descumprimentos desta medida judicial por parte da FUNASA.

Para adentrarmos especificamente nas análises das entrevistas realizadas com os trabalhadores intoxicados dos municípios de Conceição do Araguaia, Marabá e Ananindeua, e posteriormente com os representantes sindicais e os representantes jurídicos, destaca –se, a seguir, quadros evidenciando alguns dados pessoais dos trabalhadores, objetivando melhor conhecimento de sua trajetória de vida.

QUADRO I – PERFIL DOS TRABALHADORES INTOXICADOS DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

IDENTIFICAÇÃO	IDADE	LOCAL DE NASCIMENTO	EXPERIÊNCIA DE TRABALHO ANTES DA SUCAM	CARGO QUE DESENVOLVEU NA SUCAM
Intoxicado 1	46	Tocantins	Nenhuma	Era estudante
Intoxicado 2	50	Tocantins	Sempre trabalhou no comércio	Guarda de Endemia

Intoxicado 3	69	Conceição do Araguaia	Caminhoneiro e motorista de ônibus	Guarda de Endemia
Intoxicado 4	72	Tocantins	Pedreiro	Guarda de Endemia

Fonte: Elaboração própria.

Em relação a idade dos trabalhadores do município de Conceição do Araguaia, observa-se a variação entre 46 a 72 anos, demonstrando a existência de gerações distintas. No que tange ao local de nascimento a maioria é oriunda do antigo município do Pará, hoje estado de Tocantins.

Já em relação a atividade ocupacional anterior a SUCAM observa-se uma heterogeneidade evidenciada pelo desemprego, comerciante, caminhoneiro/motorista e pedreiro. Em relação a ocupação na SUCAM, todos identificam-se com uma única ocupação: guarda de endemia.

QUADRO II- PERFIL DOS TRABALHADORES INTOXICADOS DO MUNICÍPIO DE MARABÁ

IDENTIFICAÇÃO	IDADE	LOCAL DE NASCIMENTO	EXPERIÊNCIA DE TRABALHO ANTES DA SUCAM	CARGO QUE DESENVOLVEU NA SUCAM
Intoxicado 1	69	Minas Gerais	Lavrador, comerciante e vigilante	
Intoxicado 2	77	Marabá	Trabalhou na Meridional em Carajás	Guarda de Endemia

Intoxicado 3	77	Ponta de Pedra - Marajó	Trabalhou com pesca em Curuçá	Guarda de Endemia
Intoxicado 4	52	Ipixuna do Pará	Servente	Guarda de Endemia

Fonte: Elaboração própria.

Em relação a idade dos trabalhadores do município de Marabá, observa-se a idade variável entre 52 a 77 anos. Embora mais velhos que os trabalhadores do município de Conceição do Araguaia, verifica-se a permanência de gerações distintas.

Já em relação ao local de nascimento, a maioria é oriunda do Pará, sendo apenas um informando ser de Minas Gerais. Em relação a atividade ocupacional anterior a SUCAM, observa-se também uma heterogeneidade de atividades, sendo dois fazendo referência ao trabalho rural. No que se refere a ocupação realizada na SUCAM, todos também se identificaram como guarda de endemia.

QUADRO III - PERFIL DOS TRABALHADORES INTOXICADOS DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

IDENTIFICAÇÃO	IDADE	ONDE NASCEU	EXPERIÊNCIA DE TRABALHO ANTES DE SER FUNCIONÁRIO PÚBLICO	CARGO QUE DESENVOLVEU NA EXTINTA SUCAM
Intoxicado 1	56	Magalhães Barata	Trabalhava com lanches e segurança	Guarda de endemia
Intoxicado 2	62	Igarapé-Açú	Plantava mandioca na colônia	Guarda de Endemia

Intoxicado 3	67	Maranhão	Pedreiro e também trabalhava no campo	Guarda de Endemia
Intoxicado 4	54	Belém	No quartel	Guarda de Endemia

Fonte: Elaboração própria.

Em relação a idade dos trabalhadores residentes no município de Ananindeua, observa-se que a idade destes varia de 56 a 67 anos, não constituindo-se grande diferença de idade conforme observado nos outros municípios que foram destacados anteriormente.

Já em relação ao local de nascimento, a maioria é oriunda do Pará, apenas um informou ser do Maranhão. Em relação a atividade ocupacional anterior a SUCAM observa-se também uma heterogeneidade de atividades, sendo dois fazendo referência ao trabalho rural. Em relação a ocupação na SUCAM, todos também se identificaram como guarda de endemia.

O roteiro de entrevista da pesquisa, que teve como resultado está dissertação, constou com as seguintes perguntas aos trabalhadores intoxicados: nome, idade, local de nascimento; experiências de trabalho antes de tornar-se funcionário público; tempo de trabalho na extinta SUCAM; condições de saúde antes de trabalhar na SUCAM; prevenção de acidentes de trabalho; curso de capacitação para o manuseio dos inseticidas em destaque; Descrição das condições de trabalho; motivo para a intoxicação; identificação de sintomas; Participação em movimento ou associação antes de adoecer; como e porque se aproximou do Sintsep-Pa; relação com a FUNASA.

A seguir se expõe o conteúdo das entrevistas, acompanhados, sempre que possível, da ilustração de resultados de pesquisa sobre intoxicação por inseticidas no mundo do trabalho.

Em relação as condições de trabalho no período da intoxicação, os entrevistados do município de Conceição do Araguaia destacaram

Minhas condições de trabalho exigiam muito, exigia um esforço grande porque a gente fazia parte de um projeto que se chamava área de zona. Onde

o Ministério da Saúde detectava maior índice de malária. Essa operação de impacto foi muito exigente nessa questão da borrifação e era um trabalho contínuo. A gente tinha contato todo dia com o DDT, o Malation e os Abates, que são para combater os criadores do mosquito. Esse trabalho exigia muito da gente, mas em momento algum, alguém orientou a gente sobre os riscos que a gente estava exercendo ali com os inseticidas. A nossa equipe, geralmente, era formada por 12, 15 pessoas. Ainda teve companheiros nossos intoxicados com o mercúrio porque quando a gente ia para essas áreas a gente ficava com o garimpeiro no garimpo e eles trabalhavam também com o mercúrio e a Sucam naquela época não fez um alojamento específico para gente. A gente não tinha condições de trabalho porque geralmente a gente chegava no município e conversava com o prefeito pra ver se ele arrumava um lugar pra gente ficar e quando não tinha a gente tinha que se virar por conta própria (Intoxicado 1).

Eu entrei na época como agente de endemias fazendo borrifação de tratamento de malária nos garimpos da na área. Quando a gente saía do nosso respectivo local de trabalho, do distrito de Conceição do Araguaia, nós não tínhamos local apropriado para dormir e a gente trabalhava o dia todo. O nosso pernoite era em qualquer lugar e onde a gente ficava a gente dormia junto com os inseticidas (Intoxicado 2).

Eu trabalhei como guarda de operação de inseticida e o nosso trabalho era muito perigoso. A gente andava muito a pé, dormia pelo mato, as vezes não tinha lugar para alojar. Os nossos inspetores também participavam disso com a gente. O nosso uniforme era uma calça de caqui e no início era camisa manga comprida, depois colocaram camisa manga curta, um capacete de alumínio e uma bota, mas a gente não tinha máscara, nem luva e nem equipamento de proteção individual (EPI) (Intoxicado 3).

No tempo que eu entrei, a gente pesava o DDT para poder levar para o campo. Nós trabalhamos com Malathion de 1980 até 1984 nos garimpos. Nós fomos a primeira turma que trabalhou com isso e a gente bebia e comia de qualquer forma, enfrentava dificuldade e não tinha equipamento de proteção individual (EPI) (Intoxicado 4).

Devemos levar em consideração o período inicial de desenvolvimento da borrifação dos inseticidas contra a malária por estes atores sociais, onde esta se deu em um momento que o Brasil ainda vivenciava a época da ditadura militar, pois estes começaram a desenvolver seu trabalho ainda na década de 60 e 70. Devemos lembrar que, aspectos sobre o Estado acerca do período da ditadura militar, já foi abordado em capítulos anteriores.

Pode-se verificar que, os trabalhadores do município de Conceição do Araguaia, fazem muita referência ao trabalho desgastante desenvolvido por eles durante o período em destaque, descrevendo suas condições de trabalho, assim como também a disponibilização e o uso de poucos equipamentos de proteção individual (EPI) que eram solicitados pela extinta Sucam. Contudo, quando perguntados acerca de suas condições de trabalho apenas dois levaram em consideração a falta de equipamentos necessários para estarem manuseando os inseticidas em estudo. Sendo assim, pode-se destacar que, eles veem a intoxicação

sofrida no âmbito laboral mas, diversas vezes, não fazem a ligação deste adoecimento com a não utilização de equipamentos adequados para a realização dos seus trabalhos.

Alguns destacam a intoxicação por mercúrio de outros trabalhadores, pois, em alguns momentos, os alojamentos se davam nos garimpos. A Dr^a. Zavariz, em seu artigo “Contaminação por uso de mercúrio no Brasil” (sem ano), destaca que “é incalculável a quantidade de mercúrio já lançada ao ambiente pelas empresas de todos os ramos industriais desde a instalação das mesmas”. Por este fator, a intoxicação por mercúrio de alguns Agentes de Endemia da FUNASA torna ainda mais complexo esse quadro de adoecimento sofrido por estes trabalhadores.

Já os entrevistados do município de Marabá, acerca da mesma indagação, fizeram as seguintes considerações:

Nesse período as condições de trabalho não eram boas porque a gente passava muito tempo fora de casa, a gente andava em um transporte precário, muitas vezes a gente andava a pé ou na costa do animal ou de rabetá. O que passavam para gente era que o DDT não fazia mal. Só que quando a gente borrifava uma casa, a gente recomendava para tirar os pássaros, os gatos, os animais que tinham na casa e crianças e mulheres quando estavam de resguardo. Depois a nossa mente foi clareando porque se fazia mal a um animal, como não ia fazer mal pra gente? A lavagem da nossa roupa tinha que ter cuidado para não cair na água que a gente bebia (Intoxicado 1).

Quando eu entrei em 74 já foi diretamente para pesar DDT e isso a gente fazia em lugar fechado, sem máscara, sem luva. A gente cortava uma garrafa peti para fazer a concha para colocar no saco plástico do DDT e batia o saco de inseticida. As vezes a gente assoava o nariz e saía inseticida e o que a gente usava para se proteger era uma flanela que a gente ganhava e colocava no rosto. O uniforme que nós recebíamos não tinha equipamento de proteção individual, só tinha camisa manga longa e o capacete e luva e máscaras de jeito nenhum. A gente trabalhava a semana toda com um uniforme. A gente ia borrifar e levava a sacola cheia de inseticida e a nossa rede, mais 30 quilos de peso, porque tinha que borrifar em determinados povoados longes. E quando o motor quebrava a gente ficava no gapó, dormia junto com as caixas de inseticida em baixo de uma lona. Qualquer lugar dentro da mata a gente ia e não ficava uma localidade sem borrifar. Eu cansei de atravessar o rio puxando DDT porque a gente não podia deixar uma casa sem borrifar, porque se não tinha que queimar a casa e a gente recebia punição. A gente subia o rio Itacaiúna, uma cachoeira daquela carregando o barco de madeira pesado e puxava o barco amarrado na corda e para descer era do mesmo jeito. Foi um absurdo o sofrimento nosso (Intoxicado 2).

Eu trabalhei 17 anos com borrifação e a gente ia para zonagem. A gente usava muito o Malathion e ache até que ele era mais violento que o DDT, porque ficava a esteira de animal morto quando a gente borrifava; a 6 quilômetros de onde a gente jogava o sapo morria e se o sapo morria, imagine como ficava o organismo da gente manuseando aquele inseticida. Tinha um determinado doutor por nome Pedro, que dizia que o inseticida não fazia mal para ninguém e que se a gente tomasse uma pequena quantidade ela ia servir

de vermífugo. A gente trabalhava em grupo, carregando o inseticida, borrifando nas localidades e muita das vezes era 3 ou 4 horas da tarde que a gente ia almoçar e se tivesse comida na casa que a gente estava borrifando. Tinha vezes que a gente passava mais de mês cobrindo a localidade e a gente trabalhava sábado e domingo também. O material que eles davam era o capacete, uma roupa, a bota e as vezes nem bota e uma flanela. Essa flanela, a gente enxugava a bomba, torcia e enxugava o rosto para tirar o inseticida que caía no rosto (Intoxicado 3).

Era um trabalho escravo porque a gente pegava no serviço 6 horas da manhã e até as 6 horas da tarde e chegava a dormir na casa dos moradores. Trabalhava de baixo de chuva, sol quente, dentro da mata. Eles davam só o caqui, que era o tecido pra gente fazer o uniforme, a bota e o capacete de alumínio (Intoxicado 4).

As falas dos trabalhadores intoxicados do município de Marabá, complementam a realidade vivenciada pelos trabalhadores do município de Conceição do Araguaia, com algumas singularidades que devem ser destacadas, como por exemplo, a ênfase dada a falta de equipamento de proteção individual (EPI) disponibilizado pela FUNASA, para que eles conseguissem realizar o seu trabalho de maneira segura. Pela intensidade do teor dos inseticidas, DDT e Malathion, a utilização correta do EPI poderia amenizar os altos índices de intoxicação do qual foram alvos os informantes. Contudo, apesar da importância de se utilizar o equipamento de proteção individual correto, muitos trabalhadores, no que se refere as condições de trabalho, dão mais importância a forma de transporte e alojamento utilizado por eles neste período de trabalho.

Ainda conforme os equipamentos de proteção individual, segundo alguns informantes do município de Marabá, pode-se destacar que, em alguns momentos, a Sucam não lhes dava nem o uniforme confeccionado para o melhor desenvolvimento de suas atividades laborais, como foi destacado pelo entrevistado Intoxicado 4. Na maioria das vezes, equipamento de proteção individual era composto de capacetes, flanelas e botas.

Outro fator a ser destacado, e que está presente na fala dos entrevistados Intoxicado 1 e Intoxicado 3, diz respeito a atitude do médico, pois este defendia a utilização do inseticida em pequena quantidade como vermífugo. Sabe-se que o conhecimento popular costuma tratar vermes com produtos químicos como é o caso do desinfetante creolina. Todavia a maioria dos médicos condenam tal prática. Fica portanto a dúvida se realmente o médico da SUCAM desconhecia os efeitos nocivos das inseticidas ou agia por negligência.

Vejam agora, o que dizem os trabalhadores intoxicados entrevistados pelo município de Ananindeua

Era um trabalho que pode-se dizer que era normal, mas como nós trabalhávamos com inseticida e nós não tínhamos nem equipamento adequado que desse proteção pra gente trabalhar e manusear o DDT. Era um trabalho que exigia muito esforço físico, primeiro porque a gente trabalhava muito na colônia. A gente saía na segunda feira para fazer sizo itinerário e só retornava na sexta feira. Então a gente passava o dia todo andando em cima de carro, em cima de lombo de animal; por exemplo, lá em Conceição, nós tínhamos animal e eles faziam parte do nosso trabalho, como também os burros; esse era o transporte da Sucam naquela época. O trabalho era muito árduo porque a gente saía de manhã e só voltava a noite e aí a gente ia ter o nosso descanso. A gente dependia muito do morador para se alimentar porque a gente trabalhava na zona rural, se o morador te oferecesse a gente almoçava, jantava e se o morador não tivesse você passava o dia todo sem se alimentar e ia se alimentar só a noite. Comigo aconteceu várias vezes na transamazônica, onde eu trabalhei e o descanso era a noite na casa do colono, porque o colono te oferecia pernoite e por isso a gente andava com todo nosso material de roupa, lençol, rede garimpeira. As vezes quando tinha igarapé bom a gente tinha um banho decente, mas muitas vezes a gente não tinha nem local para tomar banho e aí a gente tomava banho com um balde e aí o balde que você preparava o DDT era o balde que você pegava água no igarapé para tomar banho. Na época a gente era uma equipe de trabalho com 07 pessoas: o motorista, o guarda-chefe e mais 05 guardas. A gente tinha uma viatura. Quando o morador não oferecia a gente acampava em escolas da área rural ou casas desabitadas. A Sucam dava a diária e essa diária era pra gente se manter dentro da área de serviço (Intoxicado 1).

O governo nunca deu equipamento de proteção individual (EPI), era só aquele chapeuzinho e uma palheta quando tinha e aí foi uns 08 anos borrifando. A gente andava muito e onde o carro não ia a gente tinha que ir a pé com a bomba, sacola de DDT e tudo. E aí a gente dormia com o DDT (Intoxicado 2).

As condições de trabalho eram precárias porque a gente não tinha o material de EPI necessário pra gente manusear o inseticida e a gente trabalhava na região do campo, nos matos e na colônia (Intoxicado 3).

A gente viajava muito e ia com o equipamento tudo dentro do carro. Vivia no campo com o inseticida e aí a gente não tinha farda e aí deram uma roupa à paisana e a gente pedia farda e o chefe dizia que não tinha. Nesse tempo a gente espremia a nossa roupa e ficava só veneno a nossa roupa. A gente não tinha local certo e dormia em qualquer local. Uma vez eu peguei malária e eu tava em tratamento e tive que viajar assim mesmo doente e aí eu tava tomando tratamento e borrifando. A gente começava a trabalhar de manhã cedo e parava só a noite. A gente não tinha nenhuma proteção, não tinha máscara e a gente tinha contato direto com o inseticida (Intoxicado 4).

Já os trabalhadores do município de Ananindeua também fazem referência a falta de equipamentos de proteção individual (EPI) disponibilizado pelo Estado. Contudo, apesar de ser um trabalho muito desgastante, como foi relatado pela maioria dos trabalhadores intoxicados, um deles destaca que o trabalho que desenvolviam era igual a qualquer outro trabalho, isto é, era um trabalho normal. Porém foi unanimidade a falta de EPI por todos os trabalhadores de Ananindeua, inclusive o

Intoxicado 4, relatando que, nem uniforme eles tinham para desempenhar suas funções laborais de maneira adequada.

Outro aspecto de grande relevância na fala de um dos Entrevistados, o Intoxicado 1, foi o fato deste ter frisado que o Estado, representado pela FUNASA, disponibilizava diária, para que estes pudessem desenvolver seu trabalho. O entrevistado não colocou se essa diária recebida era referente a alimentação e hospedagem ou se era referente apenas a alimentação ou hospedagem. Este fato, não foi destacado por nenhum outro trabalhador intoxicado que foi entrevistado, nem do município de Conceição do Araguaia e nem de Marabá e nem mesmo de Ananindeua. Portanto, não podemos saber ao certo, se as diárias recebidas pelos trabalhadores eram comuns a todos e eram disponibilizadas para todos os municípios.

As condições precárias de trabalho também foram bastante destacadas por estes trabalhadores. Entende-se que, o trabalho funda o ser social, estando este diretamente ligado ao seu desenvolvimento e a forma de reprodução de todo e qualquer indivíduo. Sendo assim, podemos destacar que, a lógica capitalista, que já estava em vigor neste período no Brasil, distancia o trabalhador da sua concepção de trabalho enquanto fundador do ser social e passa a prevalecer a lógica do trabalho enquanto aspecto mercadológico, enfatizando o individualismo em detrimento da vida.

Um aspecto de grande relevância que precisa ser citado, é a crise vivenciada pelo país no final da década de 1970, que impulsionou uma outra forma de reprodução social deste sistema capitalista. A reestruturação produtiva, como mecanismo de restaurar o sistema capitalista, que estava vivenciando a crise de 1970, reorganizou o mundo do trabalho. Frisa-se que estas crises são inerentes ao sistema de produção capitalista e estas acarretam consequências ao mundo do trabalho. Daí a precarização do trabalho, tão enfatizada pelos trabalhadores intoxicados da FUNASA.

É notório, tanto os trabalhadores do município de Conceição do Araguaia, quanto os de Marabá e Ananindeua, a evidência para a falta de equipamentos de proteção individual (EPI) para o manuseio os inseticidas em seu ambiente de trabalho. Destes 12 trabalhadores entrevistados, todos relataram a falta de material para se desenvolver seu trabalho de forma adequada e com a devida proteção. Nenhum destes entrevistados recebeu máscaras; em sua maioria o seu equipamento de

proteção individual era composto pelo caqui¹, flanela e um capacete. A alimentação destes trabalhadores também era deficiente, assim como também as condições de descanso.

No artigo de Rachel Carson, lançado pela primeira vez em julho de 1962, no New York Times, e traduzido para o português, com o título “Primavera Silenciosa”, também no ano de 1962, destacava-se os malefícios da utilização do DDT, tanto ao meio ambiente quanto em relação aos seres humanos. Porém, esta pesquisa era considerada muito recente e não tinha ao certo, a dimensão do que verdadeiramente o DDT poderia causar aos seres humanos, particularmente nos países com alta incidência de doenças tropicais, como a malária.

Carson (2010, p. 12) afirma também que o DDT

[...] possibilitou a vitória sobre as pragas de insetos na agricultura e as velhas doenças transmitidas por insetos tão certamente quanto a bomba atômica destruiu os inimigos militares dos Estados Unidos e alterara drasticamente o equilíbrio de poder entre os seres humanos e a natureza.

A partir da pesquisa que Carson destaca acerca do DDT, podemos elucidar que foi exatamente a partir da década de 60, que os Agentes de Endemia começaram a manusear estes inseticidas, como realização de seus trabalhos contra o mosquito da malária. Por este fator, pode-se colocar como hipótese a falta de conhecimento pelo Estado brasileiro do estudo acima mencionado acerca do DDT e Malation.

Pacheco (sem ano), em seu artigo intitulado “Epidemiologia das substâncias químicas neurotóxicas”, afirma também

O uso indiscriminado de substâncias químicas nas indústrias, na agricultura e em campanhas de saúde pública, o risco de acidentes com produtos perigosos e suas emissões para o meio ambiente, na última década, tornaram-se um grave problema de Saúde Pública, devido ao grande número da população exposta. Entre os aspectos preocupantes, estima-se duzentos e cinquenta mil casos de morbidade e mortalidade decorrentes da neurotoxicidade no mundo a cada ano, além da evidência epidemiológica da associação entre poluição ambiental e o aumento de algumas enfermidades clínicas degenerativas nos países industrializados.

Segundo D’Amato (2002, p. 995), “as propriedades inseticidas do DDT foram descobertas em 1939 pelo entomologista suíço Paul Muller, o que lhe valeu posteriormente o Prêmio Nobel da Medicina devido ao uso do DDT no combate à malária”. O autor segue informando que, acerca do DDT, a sua produção em grande

¹ Tecido disponibilizado para a confecção do uniforme.

escala se deu a partir do ano de 1945, onde este, foi amplamente utilizado na agricultura enquanto pesticida, durante mais ou menos 25 ou 30 anos. Outra utilização do DDT, foi exatamente em programas para o controle de doenças tropicais, inclusive sendo utilizado no Brasil, contra a malária e a leishmaniose. Desta maneira, D'Amato afirma

Foi a descoberta do DDT que revolucionou os conceitos de luta contra a malária. Sua eficácia contra formas adultas dos mosquitos e seu prolongado efeito residual fizeram com que no período de 1946 – 1970 todos os programas de controle se apoiassem quase que totalmente em seu emprego (2002, p. 995).

Em relação a mesma indagação realizada aos trabalhadores intoxicados acerca das suas condições de trabalho, Medeiros (2005, p. 04), de forma mais ampla destaca

A Constituição Brasileira de 1988 [...] refere que são direitos dos trabalhadores a redução de riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, bem como estão compreendidas, nas atividades do Sistema Único de Saúde (SUS), as ações de vigilância à saúde do trabalhador e a proteção ao meio ambiente, nele incluído o ambiente de trabalho. [...]

Os trabalhadores, além das dificuldades decorrentes das condições gerais de vida, apresentam problemas de saúde oriundos do próprio processo de trabalho. Esta situação é uma realidade presente na história da humanidade. No Brasil, embora os dados existentes com relação a este problema sejam precários do ponto de vista epidemiológico, eles confirmam que a situação de saúde dos trabalhadores é adversa, em função das precárias condições de vida e trabalho, e em decorrência da caótica assistência à saúde.

O exposto por Medeiros (2005), vem corroborar com as falas dos trabalhadores intoxicados dos 03 (três) municípios em destaque neste estudo.

O artigo “Intoxicação por agrotóxicos no Brasil: os sistemas oficiais de informação e desafios para a realização de estudos epidemiológicos” de Faria, Fassa e Facchini (2007, s/página), destacam

As publicações mais recentes da Organização Internacional do Trabalho/ Organização Mundial da Saúde (OIT/ OMS) estimam que, entre trabalhadores de países em desenvolvimento, os agrotóxicos causam anualmente 70 mil intoxicações agudas e crônicas que evoluem para óbito. E pelo menos 7 milhões de doenças agudas e crônicas não-fatais, devido aos pesticidas.

Sendo assim, estamos diante de um quadro sério de adoecimento dos trabalhadores, onde o seu ambiente laboral está diretamente ligado ao seu adoecimento.

Ressalta-se que, a situação de trabalho e o adoecimento vivenciado pelos trabalhadores será o grande estímulo destes a sua inserção no SINTSEP – PA. A primeira denúncia ocorre no período de 12 a 16 de agosto do ano de 1996, durante o terceiro congresso do SINTSEP – PA, realizado no município de Marabá, onde representantes dos servidores do município de Conceição do Araguaia, colocaram que no município em destaque existiam trabalhadores sofrendo com os seguintes sintomas: dores musculares, cansaço, dores no estômago, dores de cabeça, problemas neurológicos, náuseas, tonturas, dores nas articulações, escurecimento da visão, suor forte, má digestão dentre outros sintomas; além de processos depressivos, que segundo o servidor Rosenildo Antônio ao jornal O Liberal eram mais frequentes nos agentes de endemia da FUNASA.

As falas dos entrevistados reiteram essa descrição sintomatológica quando referem-se a um conjunto de reações bem parecidas; onde os maiores sintomas relatados foram o cansaço, as dores de cabeça, a irritabilidade e a dormência nas mãos e pernas devido o contato direto que tinham com os venenos na condição de Agentes de Endemias responsáveis pelas campanhas antivetoriais, pois estes estavam expostos desde a preparação do inseticida até a borrifação do mesmo.

Após a denúncia realizada pelos trabalhadores intoxicados no referido congresso do SINTSEP - PA, realizado no município de Marabá, a Fundação Nacional do Estado do Pará (FUNASA) realizou exames nos Agentes de Endemias do município em destaque e constatou que pelo menos 84 dos mais de 100 servidores lotados naquela unidade estavam intoxicados pelo DDT e Malathion.

Segundo denúncias realizadas na Câmara dos Vereadores em Belém, em abril de 2001, a FUNASA disponibilizava para o uniforme do seu servidor o caqui para a confecção da roupa, as botas e o capacete; porém, as luvas e as máscaras eram insuficientes para o número de servidores. De acordo com o relato dos trabalhadores no Relatório de Viagem da FUNASA a Conceição do Araguaia, os Agentes de Endemias informaram não saber que os produtos manuseados, e que eram essenciais na utilização do seu labor, eram tóxicos; inclusive, muitos relataram que era repassado

para eles que “poderiam até comer o inseticida porque ele não fazia mal algum para as pessoas, a não ser para o mosquito”, conforme foi informado em parágrafos anteriores.

Desta maneira, pode-se constatar que o órgão em debate informava aos seus trabalhadores que o inseticida não era nocivo à saúde; destaca-se também, segundo o próprio Relatório de Viagem da FUNASA e algumas falas dos entrevistados, a pesagem do inseticida era realizada sem nenhuma proteção; estes trabalhadores também “dormiam em cima das sacas de inseticidas”, assim como também, bebiam água e carregavam água para o cozimento dos alimentos e para tomar banho no mesmo balde em que diluíam o inseticida. Pode-se constatar o descaso da FUNASA com esses trabalhadores no Manual do Guarda, distribuído pela FUNASA, onde em nenhum momento colocou-se os cuidados necessários para o devido manuseio dos inseticidas.

Outro problema enfatizado pelos Agentes de Endemias estava relacionado aos uniformes, ou seja, quando os seus uniformes sujavam com o inseticida, eles permaneciam com eles até o final do dia, quando trocavam de roupa, acarretando em um tempo de contato ainda maior com o DDT. Não foi destacado nas entrevistas o intoxicamento dos familiares, mas informações secundárias chamam atenção para a contaminação de familiares.

Os problemas sofridos por estes trabalhadores intoxicados da FUNASA, no Estado do Pará, foram denunciados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, pelo Presidente da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), Marco Apolo Santana Leão, assessor jurídico do SINTSEP-PA. Ele pediu providências contra o Estado Brasileiro pelo abandono desses trabalhadores, que adoeceram por conta do trabalho.

No Estado do Pará, mais de 500 trabalhadores realizaram exames, no ano de 2008 e apresentaram níveis de intoxicação acima do estabelecido como normal. A partir deste aspecto, é inquestionável a existência de uma cadeia de intoxicação, não se sabendo ao certo qual a gravidade e a extensão do problema devido a escassa investigação local sobre o adoecimento e as enfermidades provocadas por estes inseticidas.

Diante de todos estes aspectos apresentados, e mesmo diante da constatação de médicos especialistas de que os sintomas apresentados pelos servidores eram oriundos do contato inadequado com os inseticidas no seu ambiente de trabalho, a FUNASA, continua negando o adoecimento como acidente de trabalho, não raro, afirmando que a situação de doença dos trabalhadores é decorrente de uma “vida desregrada”, consequência do “fumo e da bebida”, bem como o excessivo uso de medicação para o combate à Malária, pois muitos destes trabalhadores necessitavam da medicação para dar continuidade na execução de suas atividades.

No decorrer das entrevistas com estes trabalhadores intoxicados, destaca-se a fala do entrevistado Intoxicado 4, do município de Ananindeua, onde este enfatizou que pegou malária 07 vezes e que todas estas vezes teve que ir trabalhar.

Em relação ao reconhecimento da FUNASA pelo adoecimento dos trabalhadores, bem como o tratamento disponibilizado sem mediação do sindicato, a posição dos entrevistados difere, como podemos observar abaixo. A maioria dos entrevistados de Conceição do Araguaia, afirma que o órgão disponibilizou exames para os trabalhadores.

Sim, disponibilizou alguns exames. Levou a gente até para tirar a própria dúvida dela, se existia ou não essa intoxicação. Mas ela sabe e conhece que existe essa intoxicação. Existe um tratamento sintomático e não de desintoxicação, ou seja, se eu sinto dor de cabeça eu vou para um clínico geral e eles me dão um remédio e aí a dor de cabeça passa. Esse é o tratamento (Intoxicado 1).

Exames periódicos que era para ser feito de 06 em 06 meses e não faz. Daí quando fizemos os exames por conta própria em Brasília com o toxologista e daí nós pressionamos a FUNASA e entramos com uma ação judicial e aí ela se negou em alguns momentos mas depois a justiça fez com que valesse o direito do funcionário público (Intoxicado 2).

Ela não disponibilizou. Ela tá fazendo esse tratamento nosso porque nós entramos na justiça contra ela e tá fazendo esse tratamento forçada (Intoxicado 3).

Essas viagens a Belém é devido a tutela que nós temos na justiça e aí a justiça decretou a obrigação de custear o tratamento, passagem e tudo e exames. Mas os exames são apenas o hemograma completo, mas no início a gente ia no neurologista e hoje deixa a desejar (Intoxicado 4).

Já em relação aos exames e tratamentos disponibilizados pela Funasa, os trabalhadores intoxicados do município de Marabá relataram as seguintes informações:

O tratamento que a gente tinha no começo era um tratamento muito bom porque a gente tinha todas as especialidades que a gente precisava e eles providenciavam. Depois eles foram cortando e hoje está resumido em um

clínico geral e os exames só são de rotina: sangue, fezes e urina. E quando a gente precisa de uma exame mais sofisticado tem que ser por nossa conta porque a FUNASA não banca mais isso aí (Intoxicado 1).

Essas vindas pra cá é sempre a mesma coisa, é a mesma consulta e aí você chega aqui e já é só aquilo e que já está no esquema. Esse tipo de tratamento que está aqui não está ajudando em nada e o governo deveria ver isso e tentar negociar, fazer alguma coisa porque os funcionários estão morrendo e ninguém vê atitude nenhuma para tentar nos ajudar (Intoxicado 2)

Olha ela nunca disponibilizou e se disponibilizou foram exames básicos e se você estiver sentindo alguma coisa você tem que pagar do seu plano (Intoxicado 3).

No começo a gente tinha cardiologista, ortopedista e hoje em dia só tem um clínico geral e só os exames básicos e se tiver que fazer outros exames a gente faz pelo plano de saúde da gente e é só isso mesmo (Intoxicado 4).

Já os trabalhadores intoxicados do município de Ananindeua, quando indagados acerca desta questão de tratamento disponibilizado pela FUNASA, responderam:

Quando a gente começou a sentir os primeiros sintomas a FUNASA nunca ofereceu nenhum tipo de tratamento, porque primeiro a FUNASA sempre questionou e nunca aceitou que hoje a nossa intoxicação é diretamente ligado ao DDT. A FUNASA alega que nossa intoxicação são pelos males da vida, o tabagismo, o alcoolismo e as outras coisas da vida. A FUNASA não ofereceu nenhum tipo de tratamento e se hoje eu sou beneficiado através da tutela é porque a gente fez o exame lá com o Dr. Brasil em Brasília e vimos a nossa intoxicação. A FUNASA foi tirando e descartando os exames e hoje ela oferece só o tratamento básico de urina, fezes e sangue e agora tirou até o eletro. Então a FUNASA está oferecendo um serviço minimamente básico pra gente (Intoxicado1).

Só exame periódico mesmo e já de um tempo pra cá, ou seja, de 2002 pra cá que disponibilizou esses exames básicos porque antes não queria saber nada de nada (Intoxicado 2).

Ela disponibilizou depois que a gente entrou com um processo e aí mandou fazer exame e deu medicamento. Logo no início era de 90 em 90 dias que a gente fazia exames e aí depois foi relaxando porque nós já passamos até 06 meses a 01 ano sem fazer nenhum exame e nenhum tratamento. Ano passado foi um ano que a gente passou sem fazer nada e aí só resolveu fazer de novo porque nós fomos lá e reclamamos e aí voltaram a fazer (Intoxicado 3).

A gente faz os exames básicos e eu estou achando esse tratamento bom porque é melhor ter isso do que nada (Intoxicado 4).

Verifica-se que a FUNASA, disponibilizou o tratamento para estes trabalhadores intoxicados, a partir da tutela conseguida juntamente com os Sintsep-Pa; inclusive, o entrevistado Intoxicado 2 do município de Ananindeua afirma que este tratamento se deu, especificamente, a partir do ano de 2002.

No início, alguns trabalhadores intoxicados relatam que este tratamento era completo (neurologista, cardiologista, ortopedista dentre outros) e os exames eram

realizados a cada 90 dias. Porém, hoje, estes trabalhadores realizam apenas exames de rotina, sendo estes restringidos a exames de urina, fezes e sangue. Além destes exames serem restritos, hoje, eles passaram a não ser mais disponibilizados pelo Estado (FUNASA) no período de 06 em 06 meses. Conforme alguns relatos, eles já passaram até 01 ano sem realizar exames.

Outro aspecto de grande importância e que deve ser frisado em relação aos exames, é que estes, por serem exames básicos, não seria necessário a vinda para Belém dos trabalhadores que residem em outros municípios, pois os mesmos podem ser realizados nas Comarcas onde estes trabalhadores residem.

Os entrevistados do município de Marabá, destacaram que, para realizar os tipos de exames disponibilizados pela FUNASA atualmente, eles não tinham necessidade de vir para Belém e passar em torno de 10 dias, fazendo com que o Estado gaste dinheiro de forma desnecessária com as passagens de avião e hospedagens (R\$180,00 a diária do Hotel Luna). Estes mesmos trabalhadores afirmam que ficam ociosos no hotel durante este período de realização destes exames básicos, inclusive destacando o fato de diversas vezes já retornaram para os seus municípios sem o resultado destes exames.

Outra denúncia realizada por estes trabalhadores é que os mesmos vem para a consulta mas não conseguem nem falar com o médico da FUNASA. Quando eles vão para a consulta a solicitação de exames já está toda pronta na portaria do prédio, e o próprio porteiro só faz entregar para os trabalhadores.

A partir das falas destes trabalhadores intoxicados, podemos perceber os mecanismos utilizados pelo Estado (FUNASA), para não cumprir com o estipulado pela justiça. Contudo, apesar desta atitude por parte do Estado, e do Sintsep-Pa sempre procurar a justiça, objetivando o cumprimento da tutela judicial, a justiça acaba não dando retorno para estes trabalhadores evidenciando o papel contraditório que assume.

Desta maneira, a negação de que este processo de adoecimento deve ser tratado como Saúde do Trabalhador implica em que o Governo Federal não oferte o acompanhamento necessário aos trabalhadores e seus familiares. Segundo a Ação Civil Pública do SINTSEP – PA (2008), pode-se identificar com facilidade a não existência de ações de prevenção e tratamento aos seus servidores, ou mesmo a

orientação quanto aos males causados pelo contato indevido com estes inseticidas, ou quanto à necessidade dos mesmos procurarem médicos e tratamentos especializados para preservarem sua saúde.

Mesmo diante de um quadro de enfermidade vivenciado por estes trabalhadores, sendo inclusive denunciado em jornais locais de grande circulação, o Governo Federal, especialmente a FUNASA, não enfrentou com seriedade a questão quando não garantiu qualquer tratamento especializado a esses trabalhadores, mesmo diante da tutela judicial. E, estes trabalhadores por sua vez, veem seus problemas se agravarem sem qualquer possibilidade de combatê-los ou remedia-los, pois são desprovidos de condições financeiras para enfrentar doenças que se cronificam a cada instante.

Diante do papel importante que o sindicato teve no contexto da garantia de direitos destes trabalhadores intoxicados, destacar-se-á o que o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado do Pará (Sintsep-Pa), significa para os trabalhadores intoxicados e entrevistados no decorrer desta pesquisa.

Em relação a participação destes trabalhadores intoxicados em algum movimento ou associação antes de adoecer, todos responderam não ter participado de nenhum movimento desse gênero e que a sua inserção neste âmbito foi unicamente com o objetivo de conseguir resolver o seu problema de saúde, pois para eles seria muito mais fácil obter ganhos de maneira coletiva do que individual.

Desta maneira, indagados acerca da sua aproximação com o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Públicos Federal no Estado do Pará (Sintsep-Pa) e o motivo pelo qual resolveram se filiar ao mesmo, os trabalhadores do município de Conceição do Araguaia destacaram:

Eles fizeram em Marabá em 95 um congresso e aí como ficava mais próximo de Conceição do Araguaia do que de Belém, nós aproveitamos esse congresso para fazer a nossa denúncia e pedir apoio sindical e automaticamente também se filiando. Me filiei porque todo sindicato tem uma visão de luta, de classe, em defesa dos direitos trabalhistas e aí nós chegamos à conclusão que o melhor caminho seria por esse mecanismo de organização (Intoxicado 1).

Através de conhecimento de outros companheiros, que já eram cadastrados e que faziam parte do sindicato, eu também acabei me sentindo na obrigação de fazer parte dele também. E eu me filiei por isso e porque a gente não tinha um amparo dos administradores da SUCAM (Intoxicado 2).

Nesse tempo não era Sintsep, era Sintraf e aí foi passando até chegar ao Sintsep, onde eu sou sócio desde 83. Todos nós se filiamos ao Sintraf e a gente se filiou porque o sindicato disse que era para a defesa do trabalhador (Intoxicado 3).

Tinha o Sintraf e depois veio o Sintsep e aí foi assim. E aí eu virei sócio porque ele luta pela gente (Intoxicado 4).

Enquanto os entrevistados do município de Marabá relataram:

O Sintsep foi o canal que a gente encontrou mais fácil por ser um sindicato federal e a gente tinha melhor condição de chegar até Brasília e através dele a gente foi se filiando e convidando os colegas. Porque a FUNASA por onde a gente ia ela ia fechando as portas pra gente. E aí eu me filiei e o sindicato luta por nós até hoje, e aí nós temos advogados e eles são muito abertos (Intoxicado 1).

A gente começou no sindicato porque foi quando surgiu a oportunidade e aí logo falaram que a gente ia pra Brasília fazer uns exames sobre o problema da intoxicação. Aí eu me filiei porque é pelo sindicato que a gente chega em algum lugar e tem que ser sindicalizado para que qualquer ação que tiver a gente resolva pelo representante (Intoxicado 2).

Eu me filiei pelo Antônio porque ele dizia que eu tinha que me filiar. Eu me filiei e com 03 dias eu já fui para Brasília (Intoxicado 3).

Foi através de um pessoal do Conceição que foram fazer uns exames em Brasília e aí nós se sindicalizamos para a gente ir também, porque só iam levar o pessoal sindicalizado e aí foi quando eu entrei para ser sócio do sindicato. E eu me filiei para ver se tinha proteção, porque hoje o governo está tirando os direitos da gente e nós temos que ter um sindicato para defender a gente (Intoxicado 4).

Já os trabalhadores intoxicados do município de Ananindeua, fizeram os seguintes apontamentos:

Eu me aproximei do Sintsep no momento da anistia. Eu entrei no serviço público em 86 e em 90 teve aquela demissão geral que o Collor fez e que a gente foi demitido e quando a gente voltou em 94, a gente já voltou dentro do sindicato e aí eu participava da Comissão do Anistiado e até hoje eu ainda trabalho nesse grupo. A gente é filiado no Sintsep desde que a gente entrou no serviço público federal e aí foram 02 associações que a gente se filiou logo, que foi a associação da nossa sede campestre e depois no sindicato, logo que o sindicato foi fundado (Intoxicado 1).

Eu me aproximei do sindicato depois que eu vim pra cá e eu acho que foi em 2000, mas não tenho lembrança direito. E eu me filiei justamente para meter na justiça esse negócio do DDT (Intoxicado 2).

Eu me aproximei através das reuniões que eles convidavam a gente para ir e aí a gente ficava participando. E eu me filiei para obter algumas vantagens por exemplo, de algum documento, e até pela necessidade que a gente precisa através de um sindicato (Intoxicado 3).

Eu não sei como me aproximei e me filiei porque a gente estava doente e aí iam lutar pela gente (Intoxicado 4).

Os depoimentos acima, permitem constatar que, muitos destes trabalhadores, no ato da filiação, desconheciam o real papel de um sindicato. Ressalta-se que, os sindicatos tem como papel a defesa dos direitos e interesses, de grupos ou do

indivíduo, isto é, como representante de uma determinada categoria profissional. Já em relação as questões jurídicas, os sindicatos tem como função a representação e defesa dos interesses da categoria.

Além do mais, os sindicatos realizam serviços de orientação de âmbitos trabalhistas. A maioria dos sindicatos tem no seu espaço institucional um departamento jurídico para defender especificamente os interesses de seus filiados.

A partir das falas dos trabalhadores intoxicados, essas filiações se deram a partir da insistência de outros companheiros ou para eles terem a possibilidade de conseguir ir a Brasília, objetivando a realização dos exames para a verificação da intoxicação. Poucos tinham a real dimensão da importância de estarem organizados para conseguirem garantir seus direitos. A partir da fala dos entrevistados, podemos perceber que muitos não sabiam o que significaria estarem organizados politicamente.

A aproximação destes com o sindicato, na maioria dos casos, se deu a partir do convívio com colegas de trabalho, que já participavam do sindicato por entenderem a referida entidade como uma mediação necessária na luta por direitos trabalhistas e sociais. Ao longo das falas, também podemos perceber que, a filiação destes trabalhadores se deu para a garantia dos seus direitos referentes à saúde, pois estes viam que seria muito mais fácil conseguir ganhos através da ação coletiva; assim como também, ter acesso a exames mais complexos que seriam realizados em Brasília para verificação do nível de intoxicação de cada trabalhador filiado.

Dentre os entrevistados dois (02) fizeram referência ao Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Sintraf), abordando que, primeiramente se filiaram a este sindicato e com a extinção deste, passaram para o Sintsep-Pa. Contudo, não lembraram como era a atuação do Sintraf no período de suas filiações.

Estes fatores, podem demonstrar a crise que os setores sindicais vivenciam hoje no Brasil. Após intensos anos de organização, mobilização e atuação da classe trabalhadora, onde, inclusive, podemos citar a realização da arrebatadora greve do ABC Paulista, que ocorreu no fim dos anos de 1970. Na realidade, desde o período de ditadura militar, vivenciado pelo nosso país, as organizações sindicais foram sofrendo um desgaste, que culminou na crise do “novo sindicalismo”, a partir dos anos de 1980.

Já em relação as conquistas adquiridas pelos trabalhadores intoxicados a partir da filiação sindical, os entrevistados se posicionaram nos seguintes termos. Os trabalhadores do município de Conceição do Araguaia destacaram:

Até hoje nós estamos nessa briga jurídica para eles reconhecerem a intoxicação (Intoxicado 1).

Evoluiu bastante. Nós tivemos dificuldades, as vezes, barrados pelos administradores locais e estaduais da FUNASA, só que aí nós tivemos reforço com os nossos advogados e partimos para entidades do setor público federal, não só hoje da SUCAM, mas várias entidades do setor público federal (Intoxicado 2).

No sindicato mesmo eu nunca tive vitória nenhuma e eu nunca saí do sindicato porque é muito barato o que a gente paga, porque senão já tinha saído (Intoxicado 3).

De vitória, eu não vi nenhuma vitória, porque a gente briga muito e o governo tem raiva de sindicato, mas até agora eu não vi nada (Intoxicado 4).

Os do município de Marabá:

Nós tivemos muitas conquistas porque nós tivemos vários seminários e a gente conseguiu ingressar na justiça com várias ações contra a FUNASA e de qualquer maneira a gente já avançou muito (Intoxicado 1).

Muitas, porque a primeira é essa da gente está lutando, correndo atrás e todas as ações e ainda tem alguns processos e a gente vai atrás. É um local que a gente se sente bem por causa do apoio (Intoxicado 2).

Se não fosse o sindicato a gente estava pior, porque qualquer coisa a gente corre com eles, com o Dr. Marco Apolo e o Pedro Cavaleiro, que são os que eu conheço. E se nós conseguimos alguma coisa foi através do sindicato. Eles nos deram apoio e são muitas causas na justiça com o Daniel, o Pedro (Intoxicado 3).

Tem várias. Através da nossa tutela para vir fazer esses exames aqui e por isso que até hoje a gente permanece no sindicato. Essas viagens que a gente vem, o sindicato sempre está dando uma prensa lá neles (Intoxicado 4).

E os do município de Ananindeua:

De financeiro eu tive 03 conquistas, agora benefícios e conquistas políticas foram várias, porque no dia a dia eu tenho conquista política porque eu tenho conhecimento. Outra conquista importante para mim foi a questão do alcoolismo e tabagismo, porque o sindicato através da dança conseguiu me ajudar e já tem 04 anos que eu já me afastei e isso é um ponto do sindicato, onde nós começamos a fazer trabalho de grupo com a Assistente Social Sheila, que já saiu daqui, e ela foi muito importante nessa transformação da minha vida (Intoxicado 1).

Tem essa que o governo sempre chama a gente para fazer exame. Só que agora a gente chega para fazer exame e quando chega lá já está tudo pronto pelo médico e aí a gente não passa nem pelo médico mais, só pega os papéis na portaria (Intoxicado 2).

Sim, a gente tem tido. São os processos que a gente tem (Intoxicado 3).

Acho que a gente teve algumas vitórias, mas eu não lembro qual (Intoxicado 4).

Observando as falas desses trabalhadores, percebe-se que, a maioria destes considera o fato de ter entrado com uma ação judicial para a garantia do tratamento de saúde, como uma conquista. Contudo, embasada nestas mesmas falas, podemos perceber que, a única conquista do sindicato desde o início da luta em conjunto com esses trabalhadores foi a garantia da tutela judicial; que, em diversos momentos, já verificamos não ser cumprida pelo Estado conforme foi solicitado pela justiça. Destes 12 trabalhadores entrevistados, apenas 01 apresentou conquistas em outro campo que não seja o da tutela antecipada para o devido tratamento de saúde.

Sendo assim, devemos levar em consideração o número alto de trabalhadores que não conseguem observar nenhuma vantagem ou conquista em sua filiação e apenas continuam na instituição pelo baixo valor que eles pagam a cada mês. Essa afirmação por parte dos entrevistados, nos chama atenção para o fato de como está sendo desenvolvido o trabalho por parte do Sintsep-Pa. Por mais que estes trabalhadores já tenham o direito ao tratamento de saúde, parece que a ação do sindicato é uma ação fragmentada, isto é, cada setor desenvolve o seu trabalho e não ocorre comunicação.

A crítica à atuação do sindicato também apareceu nos depoimentos por meio de alguns trabalhadores do município de Marabá, que não estão na amostra da pesquisa, mas solicitaram ser escutados. Estes, destacaram que, o sindicato tem se ausentado das reivindicações por eles demandadas. Segundo eles, quando veem a Belém, para realizarem seus exames de rotina, eles afirmam que nenhum representante do setor jurídico vai realizar atendimento com eles para explicar como está o andamento dos seus processos. Afirmaram que quando precisam saber em que situação estes processos estão, eles deslocam-se para o Sintsep-Pa. Dois desses intoxicados relataram inclusive:

Se tem assistente social nesse sindicato eu vim saber antes de ontem e a gente nunca viu essa assistente social daqui. Nós não sabemos nem como ela é, nem o nome dela e nem nada. Nós estamos aqui já tem uns 03 dias e essa assistente social nem veio aqui para saber nada da gente. E outra coisa, o sindicato só chama a gente para falar de política, porque parece que tem um grupo lá que é fechado e desde que esse pessoal do Psol entrou lá é assim (Intoxicado de Marabá 1).

Já que o meu colega falou disso eu também vou colocar que, nenhum de nós conhece essa assistente social. Eu nem sabia que o sindicato tinha uma. Depois que o sindicato passou a ter esse pessoal do Psol, não faz mais nada. Eles já estão todos fechados em um grupo e por causa dessa atitude já tem muitos colegas se desfiliando e tem gente no jurídico de Marabá que não sabe nem ver processo (Intoxicado de Marabá 2).

Percebemos que, apesar do sindicato ser uma instituição que luta pelos direitos da classe trabalhadora, e na prática não deve ter a interferência de partidos políticos em relação a sua atuação, não é isso que podemos observar a partir da fala destes trabalhadores. Estes reafirmam a atuação do sindicato a partir de uma lógica de setorialização, isto é, cada setor desenvolve o seu trabalho, não ocorrendo comunicação, com o objetivo de se ter um trabalho interdisciplinar.

Sendo assim, a interferência de partidos políticos na atuação do Sintsep-Pa é bastante clara. A atuação de pessoas militantes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), partido este, direcionado a crítica realizada por estes dois trabalhadores, dificulta a comunicação entre sindicato e filiados. Essa relação já fez com que muitos trabalhadores intoxicados realizassem sua desfiliação do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado do Pará (Sintsep-Pa).

Desta maneira, as falas deixam exposto a interferência de um determinado partido político, na atuação do sindicato; e, essa interferência, é vista de forma nociva por estes trabalhadores, caracterizando assim um certo aparelhamento. Assim, um partido que se diz de esquerda, ou seja, oposição ao governo, prejudica na prática, a garantia dos direitos por parte dos seus filiados.

A partir destas falas, e corroborando com as anteriores, também pode-se perceber que, para muitos trabalhadores filiados ao Sintsep-Pa, os limites da atuação sindical são decorrentes da interferência político partidária do PSOL e que podem se expressar a partir do comportamento de alguns funcionários do sindicato. Todavia verifica-se que a maioria dos entrevistados reconhece que a militância sindical pode se constituir como um instrumento fundamental na garantia dos direitos sociais e trabalhistas. A crítica parece não ser ao sindicato como entidade, mas ao Sintsep-Pa.

Dado o destaque as entrevistas realizadas com os trabalhadores intoxicados da FUNASA, dar-se-á, a seguir, a entrevista com os representantes sindicais do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado do Pará (Sintsep-Pa).

A título de informação, foram delimitados um representante sindical do sexo feminino e outro do sexo masculino. Estes, foram escolhidos, por ocuparem cargos de direção no Sintsep-Pa. Foram realizadas 05 indagações aos representantes sindicais, sendo elas: 1) Qual a importância dos intoxicados estarem organizados

politicamente no Sintsep-Pa?; 2) O trabalhador intoxicado que tem contato com o sindicato, porém não está filiado, pode entrar com uma ação através do Sintsep contra a FUNASA (Estado)? Quantos casos existem com esta característica?; 3) Os trabalhadores pagam alguma taxa mensal ao Sintsep? Qual valor?; 4) Como é entendida a condição destes trabalhadores intoxicados, pelo Sintsep? e 5) Como tem se caracterizado a relação entre a FUNASA e o sindicato? Quais as conquistas mais significativas?

A fala dos representantes sindicais, logo remeteu, em um primeiro momento, a importância destes trabalhadores intoxicados estarem organizados politicamente no Sintsep-Pa.

Primeiro que um sindicato luta pelo direito coletivo e segundo porque a organização sindical evidentemente fortalece a luta desse setor, que antes mesmo da primeira denúncia realizada pelo sindicato, já faziam alguns exames em função da sintomatologia que eles começaram a sentir em torno de 1994 e 1995. Então a importância deles estarem organizados no sindicato é o fato de que por meio do sindicato, eles tem muito mais chances de obter êxito na luta (Representante Sindical 1).

É muito importante porque só unificados os intoxicados poderão conseguir que o governo reconheça que eles sofreram acidente de trabalho. O sindicato é um instrumento unificador das lutas, pois por meio dele mesmo aquele trabalhador que não é consciente de seus direitos poderá lutar por eles. É, também, um instrumento político por meio do qual, filiados que não sofrem os mesmos problemas lutam em defesa daqueles que os tem. Também é um instrumento, através do qual podem chegar aonde sozinhos não chegariam, como, por exemplo, nacionalizando a luta como hoje já está nacionalizada (Representante Sindical 2).

Ambos relatam acerca da importância dos trabalhadores intoxicados da FUNASA, estarem organizados politicamente no Sintsep-Pa, pois assim, estes podem ter êxito na luta para que seus direitos sejam realmente garantidos. Ambos destacam também, que é mais fácil obter vitórias a partir das lutas coletivas, do que das lutas individuais.

Os representantes sindicais afirmam, inclusive que, é tão importante a organização política de um trabalhador que, quando este ainda não tem a noção de seus reais direitos, o coletivo luta por eles, possibilitando também, a conquista de vitórias.

Sendo assim, os movimentos sindicais, como já foi informado anteriormente, lutam pela garantia de direitos de todo e qualquer trabalhador. Os sindicatos estão inseridos no âmbito das lutas de classes, sendo estas vinculadas à contradição

existente entre capital e trabalho. Ou seja, os movimentos sindicais, tem como papel o enfrentamento da lógica do capital, com o objetivo de diminuir essa relação dispare entre a classe burguesa e a classe trabalhadora, assim como também, a garantia de direitos e as melhores condições de vida e de trabalho.

Quanto a relação entre o Estado (FUNASA) e o sindicato, os representantes sindicais elucidam:

As conquistas que são mais significativas do ponto de vista da luta dos intoxicados, tem sido o fato da gente ter conseguido vencer algumas ações no judiciário e isso não tem sido fácil evidentemente. Tem servidor que nunca tinha tido oportunidade de ter acesso ao tratamento de saúde, embora haja uma dificuldade nesse tratamento que a Funasa vem dispensando. Não é uma relação muito fácil. A Funasa sempre que pode dificulta cada vez mais o acesso a isso. No início eles tinham todo um prontuário onde eles tinham uma série de especialidades, mas ao longo dos anos eles começaram a eliminar algumas especialidades, a ponto de chegar nos dias de hoje e passar por alguns exames simples de sangue, fezes e urina e ser atendido por um clínico geral, sem especialidades maiores. A Funasa dificulta tanto do ponto de vista do tratamento em si. Como também do ponto de vista de verba, porque eles sempre argumentam que tem que ter licitação todos os anos para transportar seja por via terrestres ou avião, para licitar hotel que eles fiquem aqui em Belém para fazer o tratamento. Então todas as dificuldades que a Funasa pode impor ela impõem (Representante Sindical 1).

A relação Funasa e o Sindicato é muito conflituosa. A Funasa não reconhece os direitos dos trabalhadores e o sindicato luta para que esses direitos sejam garantidos. Ainda em 1996, quando a direção do sindicato ficou sabendo da existência dessa situação de intoxicação entre os trabalhadores que foram da extinta Sucam, iniciou uma luta política importante. O sindicato contou com a assessoria técnica de importantes pesquisadores nessa área e Belém chegou a sediar uma reunião nacional, com representantes dos sindicatos de outros estados e da Condsef, mais o sindicato dos médicos e de enfermagem, bem como representantes do Ministério da Saúde e da Sespa, para discutir o assunto. No entanto, no ano seguinte, a direção do sindicato, à época (que não era esta que hoje o dirige), optou por judicializar a questão, deixando a vida dos trabalhadores afetados pela intoxicação na mão da Justiça, que além de lenta, não é justa.

E continua,

Assim, quase 20 anos após a primeira denúncia da existência de trabalhadores da Funasa doentes por causa da exposição aos produtos químicos utilizados no combate às endemias, após o falecimento de muitos desses trabalhadores com menos de 50 anos de idade, ainda não temos uma vitória definitiva. O que foi conseguido através da Justiça foram vitórias parciais. Foram obtidas através de ações judiciais, tutelas antecipadas para que muitos trabalhadores fossem submetidos a tratamento médico, inclusive recebendo medicamentos e fazendo exames laboratoriais. Porém, a Funasa recorreu e em muitos casos as tutelas foram derrubadas. Nos casos em que os trabalhadores continuam com as tutelas, a Funasa inventa alguns protocolos, através dos quais recusa a realização de vários exames, consultas e compras de medicamentos necessários ao tratamento eficaz dos trabalhadores. Nos casos em que as tutelas foram derrubadas, os trabalhadores, que já sofrem com um forte arrocho salarial, devem se virar

para garantir seus próprios tratamentos, o que nem sempre é possível (Representante Sindical 2, grifo nosso).

Observa-se que, os dois representantes sindicais são enfáticos ao colocarem que a relação entre o sindicato e a FUNASA é bem conflituosa e difícil. Enfatizam que, foi através de muita luta política que eles conseguiram adquirir algumas vitórias políticas, tais como o resultado positivo de algumas ações judiciais e das tutelas antecipadas, fazendo com que trabalhadores que nunca tiveram qualquer tipo de tratamento disponibilizado pudessem ter acesso a este. Nesta lógica, de desresponsabilização do Estado, observa-se a denúncia da morte de inúmeros trabalhadores jovens.

A conduta do Estado faz parte da lógica empregada pelo projeto neoliberal. Frisa-se que as políticas de ajuste do projeto neoliberal foram implementadas no país a partir dos anos de 1990. Ou seja, neste período o Estado, conforme Montaño & Duriguetto (2011, p. 244) encontrava-se da seguinte maneira

[...] As políticas de ajuste neoliberais implicaram um desmonte do Estado por meio da redução de sua atividade regulatória e produtiva – privatizações, abertura comercial e financeira -, ampliação do espaço privado no campo dos direitos sociais e reduções dos investimentos públicos na área social. As implicações da implementação das políticas neoliberais na realidade nacional foram o acirramento das desigualdades, da desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas e do agravamento da questão social.

A situação dos trabalhadores estudados exemplifica bem a citação acima. No contexto de luta pela garantia de direitos desses trabalhadores, tem-se o papel do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado do Pará (Sintsep-Pa). No roteiro de entrevista, não foi realizada nenhuma pergunta para se conhecer o perfil dos advogados que atuam no Sintsep-Pa.

Podemos observar, a partir das entrevistas realizadas com os trabalhadores intoxicados e com os representantes sindicais que, o setor jurídico do sindicato tem sido relevante no enfrentamento dos trabalhadores pela garantia dos seus direitos perante o Estado. Neste sentido, além da voz dos trabalhadores e representantes sindicais neste estudo, as entrevistas também foram dirigidas para o setor jurídico do sindicato.

Em relação as entrevistas com os advogados, foram realizadas as seguintes perguntas: O que foi realizado pela assessoria jurídica após a 1º denúncia dos trabalhadores intoxicados, realizada no ano de 1996, no município de Marabá; Em

que situação encontram-se os processos; Como se dá a relação entre os trabalhadores intoxicados e a FUNASA; Qual a justificativa da FUNASA para ter ocorrido a intoxicação destes trabalhadores; Quantos intoxicados já receberam indenização e qual o valor; Como o setor jurídico desenvolve seu trabalho para garantir que esses trabalhadores tenham seus direitos garantidos e se o setor jurídico caracteriza esta intoxicação enquanto acidente de trabalho e porquê.

Em relação ao que foi realizado pela assessoria jurídica após a primeira denúncia dos trabalhadores intoxicados, os entrevistados responderam:

Em 1996 no Município de Marabá, onde a primeira denúncia foi feita, deu-se início a um levantamento de locais onde supostamente teriam sido espelhados o DDT (Marabá, Conceição do Araguaia, Altamira, Tucuruí, Parauapebas). Nesse primeiro momento se deu apenas como uma violação de direitos à saúde, mas não se caracterizou ainda naquele momento como acidente de trabalho. Foi somente a partir de 2000/2001, que a assessoria jurídica daquela época, começou a entrar com as ações de danos morais e materiais contra a Funasa, já reclamando um possívelnexo de dano feito pelo DDT e Malathion na saúde dos guardas de endemias no caso (Advogado 1).

Eu ainda não estava na assessoria jurídica em 96, por isso não vou saber lhe dizer com precisão quais foram as primeiras medidas. Mas o que vi é que desde o final da década de 90 tem sido ajuizado ações de indenizações na justiça federal, onde são ações que pedem tratamento médico, indenização por danos morais, indenização por danos materiais e algumas pedem aposentadoria para esses servidores (Advogado 2).

Percebe-se que, em um primeiro momento, a assessoria jurídica que fazia parte do corpo jurídico do Sintsep-Pa, realizou um mapeamento das localidades onde poderiam existir trabalhadores que sofressem com a intoxicação denunciada no ano de 1996. A própria fala do advogado 01, também nos remete a constatação de que, apesar de se ter uma denúncia de trabalhadores adoecidos a partir do ambiente laboral, só se foi garantir a tentativa de direito a tratamento de saúde, a partir do ano de 2000 e 2001, isto é, mais ou menos em torno de 05 anos depois.

O advogado 02, assim como o advogado 01, também não estava na assessoria do sindicato no período das primeiras denúncias, não sabendo ao certo, o que foi realizado a partir do ano de 1996. A partir deste contexto, podemos frisar a existência de uma possível não sistematização de dados por parte da assessoria jurídica do período anterior a esta que, hoje, compõe o corpo jurídico do sindicato. Essa possível falta de material, nos remete também a falta de materiais em relação a construção histórica do Sintsep-Pa, conforme foi relatado em parágrafos anteriores neste estudo.

Sendo assim, não podemos relatar ao certo como se deu essa continuidade ao trabalho que já tinha sido iniciado desde o ano de 1996. Pode-se perceber que, a partir desse outro corpo jurídico do Sintsep-Pa, as estratégias políticas e jurídicas foram modificadas, possibilitando assim, ganhos para estes trabalhadores. As ações passaram a ser realizadas a partir do âmbito coletivo e não apenas do âmbito individual de cada trabalhador.

Perguntados acerca de como está a situação dos processos desses trabalhadores, responderam

Existem dois tipos de processo aqui no sindicato, tem os que foram realizados pela assessoria jurídica anterior a nossa, já que nós entramos aqui em 2005, e tem os nossos processos atuais. A diferença entre os dois processos é que o de 2000 pedia apenas o dano material e moral, pela possível intoxicação pelo DDT e Malathion. Na nossa pedimos além do dano material e moral, a obrigatoriedade do tratamento por parte da Funasa, o tratamento médico, de responsabilidade médica, ambulatorial e hospitalar da União para com esses trabalhadores. Outra diferença que posso colocar é que, de 96 a 2000 / 2004, não se fez nenhuma luta política paralela as ações judiciais, já que a gente entende que além da luta judicial também é necessário, se expandir o pedido dessas ações e também realizar a luta política coma direção do sindicato (Advogado 1).

Essas 06 ações acabaram de receber sentença ou tutelas antecipadas e o único processo que está em recurso é o processo de Belém, que é o mais antigo e que o TRT vai se posicionar sobre ele, e o processo de Santarém que nós perdemos e recorremos. O problema agora, é que a Funasa mesmo com decisão judicial não está cumprindo as ordens. Então as decisões judiciais são boas e elas respondem parte do problema, só que a Funasa alega que não tem dinheiro, que precisa fazer licitação de tudo e que não tem empresas suficientes para atender os intoxicados, como por exemplo, em relação a hospedagem, só existe um hotel que participa da licitação, que é o Hotel Luna e com isso é muita dificuldade para cumprir o que foi determinado pela justiça (Advogado 2).

Em relação a esta indagação, o advogado 1 coloca que, existem dois tipos de processo na assessoria jurídica do Sintsep-Pa, sendo o primeiro realizado pela assessoria jurídica antes deles fazerem parte da mesma, pois são ações que solicitam indenização por danos morais e materiais e o segundo as ações realizadas a partir do ano em que este passou a compor o corpo jurídico do sindicato, mais especificamente no ano de 2005. Estas ações, além de pedirem indenização por danos morais e materiais, solicitavam tratamento médico por parte da Funasa para com estes trabalhadores. Podemos perceber, a partir desta fala que, quando este advogados assumiram a assessoria jurídica do sindicato no ano de 2005, outras medidas foram tomadas, isto é, não se deu continuidade ao que já existia anteriormente.

Outro aspecto relevante na fala do advogado 1, é o destaque que este dá para a atuação política em âmbito regional e nacional a luta pela garantia de direitos dos trabalhadores intoxicados da FUNASA, destacando inclusive, a luta político partidária como ponto diferencial das ações realizadas pela assessoria jurídica. Neste contexto, devemos lembrar, o já citado em parágrafos anteriores, acerca da interferência político partidária, mais especificamente do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), na real luta por essa garantia de direitos. Alguns trabalhadores entrevistados, afirmaram que essa relação é nociva e que prejudica as lutas e conquistas que estes podem vir a ter.

Já o advogado 2, destaca a situação das 06 ações realizadas pelo Sintsep-Pa, enfatizando a dificuldade enfrentada por estes para garantir o tratamento por parte da Funasa para com os trabalhadores. Apenas como forma de esclarecimento, essas ações foram relatadas em parágrafos anteriores, pelo mesmo advogado.

O advogado 2 segue afirmando que, mesmo a justiça garantindo esse tratamento, na prática, o que os trabalhadores conseguem são apenas exames de sangue, fezes e urina. A FUNASA, conforme todas as falas aqui colocadas, trabalhadores intoxicados, representantes sindicais e representantes jurídicos, se utilizam de todos os mecanismos para não garantir os direitos destes trabalhadores, inclusive não cumprindo, em diversos momentos, o que já foi estipulado judicialmente. Podemos ressaltar também que, seria cabível a responsabilização do Ministério da Saúde, enquanto órgão superior a FUNASA e ente responsável pelo orçamento da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Pará.

Já a relação entre esses trabalhadores intoxicados e a Funasa, os advogados entrevistados relatam

É extremamente complicada; eu digo assim, a Funasa enquanto Estado, enquanto União, enquanto Nação. Eu sempre expressei isso quando posso, enquanto advogado, acerca do meu descontentamento sobre essa relação de um coletivo que está doente e essa Nação que cuida desse coletivo; e por isso existe um tratamento super desigual, existe um tratamento de rancor, existe um tratamento de raiva, dos servidores intoxicados com a União (Funasa). Até hoje, os trabalhadores que vem para o dito tratamento ficam no Hotel Luna, que é um hotel muito ruim enquanto acolhimento, porque eles estão doentes e se estão doentes deveriam ser colocados em um local mais apropriado; além das péssimas condições de habitabilidade que existe no hotel; além do descaso da Funasa, já que é preciso que o sindicato fique brigando com a Funasa para que ela cumpra com a tutela (Advogado 1).

Muito ruim essa relação porque a Funasa e o Governo Federal tem se revelado péssimos empregadores porque o Ministério da Saúde e o Governo Federal ditou várias Normas de Atenção e Saúde do Trabalhador, de prevenção, de exames rotineiros, periódicos e esses servidores, boa parte foi cedida para os municípios e Estados, onde no termo de descentralização, termo de convênio que descentralizou esses trabalhadores, já que existe uma cláusula falando que os Estados e municípios tem que ser responsabilizados pelos exames de saúde dos trabalhadores. Então a verdade é que o tratamento é desumano, viola os direitos humanos desse servidor, porque até mesmo para garantir o tratamento as vezes os dirigentes dos órgãos fazem com má vontade porque o recurso para esses trabalhadores sai do orçamento do órgão e esse recurso desfalca o orçamento do órgão e aí imagino que também exista uma má vontade por conta desse fato, mas o servidor não tem nada com isso, a administração tem que dar o jeito dela. Assim, além de fazer a ação, a gente tem que ficar pensando como ela vai ser garantida, efetivada, porque o serviço garantido tem sido muito ruim. Existem servidores que dizem para a gente que tem sido destratados nessa relação. E eu acho que o maior problema na época foi, o órgão não esclarecer os malefícios do DDT, não teve prevenção, houve intoxicação e o órgão ficou sabendo disso primeiro que os servidores e não falou isso para eles e vez ou outra nós descobrimos a ficha de algum servidor que o órgão tem, mas não passou para o servidor (Advogado 2).

Os advogados entrevistados relatam igualmente o que foi relatado pelos representantes sindicais em relação ao relacionamento existente entre o Estado (FUNASA) e os trabalhadores intoxicados. O Estado, com o intuito de não assumir a responsabilidade do adoecimento desta demanda, acaba negando informações que são relevantes para a garantia dos direitos destes trabalhadores. Neste sentido, tanto o advogado 1 como o advogado 2, afirmam que, essa relação existente entre esses dois setores se dá meramente a partir de uma relação judicial e mesmo assim, não é cumprida em sua totalidade pois, é determinado pela justiça o dever do tratamento disponibilizado pela Funasa para com estes trabalhadores, mas o órgão, por sua vez, na maioria das vezes, garante o mínimo possível em relação ao tratamento de saúde adequado para esses servidores.

Sendo assim, pode-se constatar que, essa relação conturbada é causa para inúmeros conflitos entre os trabalhadores intoxicados e o órgão em destaque nesse estudo.

Deve-se levar em consideração também, que a lógica do Estado mínimo, vem sendo utilizada no país a partir da lógica empregada pelo projeto neoliberal. A lógica do Estado mínimo, transfere para a sociedade civil o papel que é responsabilidade do Estado e que deveria ser cumprido por este.

Já em relação a justificativa da Funasa para ter ocorrido a intoxicação destes trabalhadores, eles colocaram

A Funasa na verdade até hoje nega a intoxicação e chega até a criminalizar de forma muito triste os intoxicados, argumentando de que eles não tem nenhuma intoxicação e que são meros beberrões da vida, já que para a Funasa quando eles iam para o mato combater o mosquito, eles precisavam estar alcoolizados para enfrentar a realidade e que muitos a partir dessas atividades se tornaram viciados em álcool e que por isso não existe intoxicação, o que existe é um coletivo de alcoólatras que querem sugar a Funasa. Essa é uma das argumentações que a Funasa trás e é o discurso político dos seus gestores (Advogado 1).

Agora, contraditoriamente, a Funasa fala que não causa tanto mal, que o DDT não é bem isso que se fala dele, que as doenças que os servidores tem não são decorrentes do DDT, ou seja, o Governo fala uma coisa (Advogado 2).

Conforme as falas, percebe-se que desde os primeiros momentos a Funasa vem enfatizando o mesmo discurso em relação a intoxicação destes trabalhadores. Ou seja, de negação da intoxicação dos mesmos no seu ambiente de trabalho. Segue afirmando que, este quadro de adoecimento é decorrente do uso abusivo de bebidas alcoólicas, dentre outros fatores, caracterizando esta situação oriunda de uma vida desregrada levada por estes trabalhadores, no período de borrifação do inseticida. O entrevistado advogado 1 reafirma este aspecto destacado pela FUNASA, mas o entrevistado advogado 2 destaca ainda que, contraditoriamente, a Funasa já começa a reconhecer que esses inseticidas, especialmente o DDT, fazem mal à saúde do homem, conseqüentemente deste servidor que está intoxicado. Porém, mesmo a partir desse parcial reconhecimento, continua negando a sua situação enquanto causadora do adoecimento destes sujeitos em destaque, não garantindo assim, tratamento adequado para estes trabalhadores.

Esta negação de responsabilidade por parte da Funasa para com esses trabalhadores, dificulta a relação entre os dois lados em questão: a classe trabalhadora (intoxicados) e o Estado (Funasa), implicando, desta forma, em uma relação desgastante entre ambos, conforme foi relatado pelos entrevistados do setor jurídico e dos representantes sindicais, dificultando o cumprimento do que foi estabelecido pela justiça.

Lembra-se também que no ano de 2001 o DDT foi banido de quase todos os países do mundo através da Convenção de Estocolmo. Esta Convenção, enumera os 12 maiores poluentes do mundo e o DDT está entre esses poluentes. O Brasil reconheceu esta Convenção e a proibição deste inseticida foi aprovada pelo Senado no ano de 2004. O Brasil, apresenta pelo menos duas leis que são referentes ao DDT, uma delas proíbe o uso e outra dispõe sobre a distribuição dos estoques.

Informa-se que o país começou a utilizar o DDT na II Guerra Mundial, para proteger os soldados dos insetos. Posteriormente também foi utilizado nas Campanhas de Saúde Pública.

Sendo assim, a partir das leis de utilização do DDT e da Convenção de Estocolmo, podemos perceber que, o Brasil reconhece os riscos acerca da utilização deste inseticida para fora do país, mas nega os malefícios que ele causa aos trabalhadores do seu próprio país.

Desta maneira, ressalta-se que, foi a partir do ano de 1998 que o uso do DDT foi proibido nas Campanhas de Saúde Pública no país.

Perguntados se os trabalhadores intoxicados já receberam algum tipo de indenização e se sim qual o valor, obtivemos as seguintes respostas:

Devido todo esse debate de demora hoje o Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília, fixou como montante de verba indenizatória 3000 reais por dano trabalhado. Ou seja, se um trabalhador passou 20 anos combatendo a endemia, ele recebe 60.000 reais e assim sucessivamente. Mas nós achamos que esse valor é um valor que não paga a vida desses trabalhadores. No entanto nós não levamos o debate mais adiante porque nós temos hoje um Tribunal Regional Federal praticamente na sua maioria super conservadora no que diz respeito a dano, principalmente quanto a esse debate. E o Estado do Pará foi o que definiu o quanto por ano trabalhado esses trabalhadores iriam receber, porque em outros Estado o teto era de 1500 a 2000 reais. No início era de 10.000 reais, mas no Tribunal, na discussão do quantum se diminuiu para 3000 reais por ano trabalhado. Da nossa parte e por parte do Daniel, que era da assessoria anterior, ainda não houve nenhum tipo de pagamento de DDT e Malathion, só existe perspectiva de direito (Advogado 1).

Aí temos que levar em consideração o tipo de ação judicial que tem sido dada, porque nós pedimos tratamento, danos morais, materiais, pensão, mas os juízes decidem a direção. Tem juiz que dá só a indenização mas não dá tratamento médico e as indenizações que antes eram boas, agora o valor é muito pequeno. Antes a gente conseguia indenização de 10.000 reais por ano de exposição ao DDT, só que o TRF fechou um valor que é de 3000 reais por ano de exposição, ou seja, isso fez as indenizações caírem 70%, mas pelo menos estamos ganhando, porque agora para os juízes se a gente não provar nexos de causalidade entre o DDT e algum tipo de doença eles nem estão dando mais ação favorável. Se provarmos somente que a pessoa foi intoxicada não está sendo suficiente para a condenação, embora o TRF tenha a decisão falando que se houve exposição e/ou intoxicação, aquilo que está no organismo da pessoa é ilegal e por isso tem que indenizar. Mas tem juízes aqui em Belém, pelo menos nas últimas sentenças que peguei, do ano passado pra cá, todas são indeferidas. Nós temos decisões garantindo tratamento médico e indenização, e tem umas que garante indenização mas não tratamento médico e a gente não tem decisão de garantindo o tratamento médico e negando a indenização; normalmente garante o tratamento médico e algum tipo de indenização. Mas tem decisões que falam que a pessoa foi intoxicada, mas não está apresentando nenhuma doença hoje em dia, então

não tem porque tratar. Toda decisão do juiz negando tratamento médico ou indenização eu recorro (Advogado 2).

Os dois entrevistados entram em consonância, ao relatarem que agora as sentenças estão pedindo para este trabalhador 3000 reais por ano trabalhado e de exposição ao inseticida; porém, antes cada ano trabalhado equivalia a 10.000 reais. Esse valor foi diminuído pelo Tribunal Regional Federal (TRF) e este, é caracterizado pelo entrevistado advogado 2, como um órgão muito conservador, demonstrando que este órgão muitas vezes dificulta essa relação entre sindicato, justiça e trabalhadores intoxicados. Ressaltou-se também, que o Estado do Pará, foi o precursor no que se refere ao valor estabelecido para este trabalhador receber em relação ao ano de exposição que este sofreu.

Já o segundo entrevistado destaca que o sindicato realizou ações solicitando tratamento, danos morais e materiais e nessas ações os juízes foram favoráveis apenas a indenização e não ao tratamento, mas essas decisões dependem de cada juiz. Ressaltou a diminuição no valor dessas indenizações, assim como o primeiro entrevistado, frisando inclusive que o valor destas ações tiveram uma queda de 70%. Contudo, afirmou que mesmo diante da queda brusca no valor das ações, essas vitórias são importantes, porque existem juízes que agora pedem que nessas ações sejam feitas o nexo de causalidade entre a intoxicação oriunda do DDT e as doenças apresentadas pelos trabalhadores. Apesar deste aspecto imposto pelos juízes nessas ações, o entrevistado advogado 2 afirmou que, o Tribunal Regional Federal afirma que se houve intoxicação e/ou exposição a esses trabalhadores em relação aos inseticidas, o Estado deve indeniza-los.

Pode-se perceber com a fala dos entrevistados que, cada vez mais aparecem novos requisitos que devem ser cumpridos em relação a essas ações, dificultando a garantia dos direitos destes trabalhadores, assim como também, de tratamento e recebimento das indenizações para com estes.

Destaca-se também, que não foram enfatizados nas duas entrevistas o número de trabalhadores intoxicados que já receberam estas indenizações ou tratamento para a sua doença. Inclusive, o advogado 1 relata que os trabalhadores intoxicados ainda não nenhuma indenização financeira por parte do Estado (FUNASA).

Em relação à pergunta de como o setor jurídico desenvolve seu trabalho para garantir que esses trabalhadores tenham seus direitos garantidos, tivemos as seguintes respostas:

Através dos processos e eu sempre digo que nós somos um exército de poucos soldados e que vamos para uma guerra. Temos o Marco, que é o advogado que mais milita nessa área e foi ele que teve todo esse entendimento de caracterizar enquanto acidente de trabalho. E a gente leva isso adiante porque a gente acredita, cumprindo os prazos que são muito exíguos e a maioria dos nossos servidores estão no Sul do Pará, Sudoeste do Pará (Advogado 1).

O nosso trabalho é jurídico com esses trabalhadores para garantir seus direitos. A nossa questão mesmo é a jurídica, mas você pode ver com a direção do sindicato ou com a Assistente Social de lá se existe outro trabalho com estes trabalhadores. Eu reconheço os limites que a ação jurídica tem para essa situação, porque eu acho que não é caso só para atendimento do advogado porque a situação deles é muito complexa e aí como o sindicato não tem estrutura, não tem dinheiro, a gente busca no judiciário e aí ficamos nessa situação (Advogado 2).

Ambos entrevistados colocam que o papel deles para garantir os direitos desses trabalhadores se dá apenas no aspecto jurídico. Contudo, sempre destacam que, para a garantia desses direitos, essa luta judicial é árdua, inclusive o primeiro entrevistado os define como “soldados que vão para a guerra”.

Pode-se destacar também, a partir da fala dos entrevistados, que esse trabalho desenvolvido pelo sindicato com os trabalhadores intoxicados não é um trabalho interdisciplinar, isto é, os setores não conversam entre si, para que desta maneira possam garantir um melhor atendimento a esse trabalhador. Percebe-se que, cada uma desenvolve o seu trabalho como acha melhor, não existindo interação entre os setores do Sintsep-Pa.

Um ponto que podemos destacar e levar em consideração poderia ser a utilização de uma política nacional voltada para atender essa demanda da classe trabalhadora. Contudo, os Governos não implementam pois isso seria mais gastos. Desta maneira, pode-se entender que, a situação dos trabalhadores intoxicados da FUNASA enquadram-se em uma questão referente ao Estado e não apenas referente ao Governo.

Por fim, realizamos a última pergunta indagando se o setor jurídico caracteriza esta intoxicação enquanto acidente de trabalho e se sim, porque caracterizam assim. Recebemos as seguintes respostas

Ocorreu uma mudança, a pouco tempo, nesse nexos de causalidade, entre como foi a contaminação, se foi feita de forma espontânea ou se foi feita através de uma forma que pode ser caracterizada como acidente de trabalho, tendo em vista que na época os trabalhadores não tinham equipamento de proteção individual e manuseavam os inseticidas sem nenhuma proteção (Advogado 1).

Sem dúvida é decorrente do trabalho, é um acidente de trabalho, eu tenho dificuldade de colocar dessa forma nas ações por uma questão jurídica, porque existe uma polêmica no judiciário brasileiro onde o acidente de trabalho é julgado necessariamente pela justiça estadual, ou seja, a lei fala que ações decorrentes do trabalho quem julga é a justiça estadual e não nos interessa que essas ações sejam julgadas pela justiça estadual e sim julgada pela justiça federal. Mas se caracterizarmos pura e simplesmente como acidente de trabalho vai cair na justiça estadual, então na verdade, o que dizemos é o seguinte, de fato é um acidente de trabalho, mas no direito é uma violação cometida pela Funasa contra os servidores. Então nós temos essa preocupação para poder fugir dessa competência da justiça estadual, mas nós temos ações na justiça estadual e federal. Se na justiça federal já é difícil, na estadual é um caos porque as ações demoram muito. Sendo assim, é decorrente de acidente de trabalho, mas afirmamos para o direito, que é de fato, uma violação cometida pela Funasa intencionalmente ou por descaso para com esses trabalhadores (Advogado 2).

Ambos relatam a mudança na análise desses processos. Os juízes partem da concepção do nexos de causalidade entre o DDT e as doenças apresentadas pelos trabalhadores intoxicados.

Os dois entrevistados frisam que este episódio é caracterizado enquanto acidente de trabalho, mas o segundo entrevistado, destaca de uma forma mais contextualizada que, apesar desse entendimento por parte do setor jurídico, quando eles constroem as ações judiciais eles definem esse episódio como uma violação de direitos da Funasa para com esses trabalhadores, onde este termo é utilizado unicamente por questões do direito.

Apesar de reconhecerem enquanto acidente de trabalho, não utilizam esta definição para que as ações não sejam julgadas pela justiça estadual e sim pela justiça federal. O setor jurídico utiliza este mecanismo, por entender que a justiça estadual é muito lenta.

Sendo assim, apesar de caracterizarem que esses trabalhadores sofreram acidente de trabalho, estes devem procurar meios para que assim possam garantir que esses direitos sejam reconhecidos por parte da justiça. Importa destacar que a despeito dos preceitos jurídicos que são positivistas e não raro reproduzem os interesses da classe dominante economicamente, o adoecimento e morte da categoria

dos trabalhadores pesquisados é uma manifestação dos dilemas vivenciados pela classe trabalhadora diante do capital.

NOTAS CONCLUSIVAS

Conforme destacado ao longo deste estudo, no Brasil, a proteção social apresentou como características iniciais o corporativismo e o liberalismo; contudo, estas formas foram demonstrando que elas não conseguem abarcar as reais necessidades da população. Destaca-se no ano de 1988 a promulgação da Constituição Federal, onde esta veio com o intuito de garantir os direitos sociais, que já tinham sido conquistados anos anteriores pela luta da classe trabalhadora.

Sendo assim, a Constituição Federal apresentou característica universalista em relação aos direitos sociais, mesmo diante da lógica que estava em vigor, lógica esta pautada no desmonte desses direitos sociais, sendo este, utilizado pela lógica neoliberal, a partir dos anos 90 no país.

Desta maneira, segundo a Advocacia Geral da União/Procuradoria Federal da FUNASA através do Relatório de Ações Ordinárias, de julho de 2008, mais de 400 trabalhadores intoxicados possuem ação judicial. Destaca-se que, essas ações tem como objetivo garantir as indenizações pelos danos causados pela intoxicação no ambiente laboral destes trabalhadores. Porém, nenhum dado estatístico sobre intoxicados no Brasil foi encontrado.

Os depoimentos expostos nesta dissertação indicam que os trabalhadores intoxicados, foram submetidos à anos de exposição aos inseticidas acarretando danos irreversíveis a sua saúde e de seus familiares. A FUNASA, por sua vez, continua disponibilizando tratamento inadequado, demonstrando não reconhecer o adoecimento como resultado das condições de trabalho a que foram submetidos os intoxicados. A atuação da fundação é insuficiente e não atende as reais necessidades dessa categoria.

Ressalta-se que, o não repasse de equipamentos para os diversos trabalhadores da FUNASA, desenvolverem seus trabalhos de forma segura, teve como consequência a contaminação de inúmeros servidores da instituição. Sendo assim, a partir das entrevistas realizadas no decorrer deste estudo, pode-se constatar que, a organização destes trabalhadores se deu a partir das sintomatologias sentidas por estes. E foi exatamente a negação de adoecimento desta categoria por parte do Estado (FUNASA), que os fez se organizarem politicamente, filiando-se ao SINTSEP-Pa, com o objetivo de que seus direitos fossem garantidos.

A fala dos trabalhadores, assim como também a fala dos representantes sindicais e representantes jurídicos do sindicato, demonstrou que esta luta é diária e a necessidade de acionar a justiça, via sindicato, para mediar esta relação entre Estado\FUNASA e classe trabalhadora e as consequências sofridas pela realidade do ambiente de trabalho.

Desta maneira, verificou-se que, os processos realizados pelo sindicato, foram a forma encontrada para a garantia de direitos dessa classe em estudo, assim como também, estabelecer os processos de luta destes, com o objetivo de enfatizar que a intoxicação se deu através da forma pela qual foram expostos no decorrer de todo esse tempo no seu ambiente de trabalho, levando-se em consideração que a luta a ser travada é com o Estado\FUNASA.

Percebe-se também a interferência político partidária do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) no Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado do Pará (Sintsep-Pa), dificultando, em inúmeros momentos a relação entre este sindicato e os trabalhadores intoxicados.

Diante das falas destes trabalhadores, pode-se constatar também que, mesmo diante de um quadro gravíssimo de enfermidade existente, o Governo Federal, especialmente a FUNASA, jamais se preocuparam com esta situação, não disponibilizando o tratamento especializado a esses trabalhadores, que veem seus sintomas se agravarem com o passar do tempo, não vendo possibilidade de combatê-los, sem levar em consideração, os inúmeros trabalhadores que já vieram a óbito durante todo esse percurso.

No decorrer das entrevistas, pode-se constatar também que apesar da atuação do sindicato frente a singularidade da luta dos intoxicados, alguns trabalhadores filiados não estão satisfeitos com a atuação deste. Constatou-se que, os trabalhadores dos municípios de Conceição do Araguaia e Marabá, desconhecem que exista no corpo técnico de uma assistente social no Sintsep-Pa; destaca-se que este profissional está vinculado ao Setor de Políticas Sociais do sindicato. Outro problema relatado pelos trabalhadores foi a intervenção de partidos políticos na atuação do Sintsep-Pa; para eles, este fato interfere diretamente na atuação sindical. Apesar destes problemas relatados, a maioria dos trabalhadores reconhece de forma positiva a atuação do sindicato na causa empreendida por eles.

Verifica-se também que, o trabalho desenvolvido pelo Sintsep-Pa em relação a esses trabalhadores não é pautado no atendimento interdisciplinar, pois cada setor faz seu trabalho de maneira separada sem que haja uma interlocução entre os setores. Este limite é percebido pelos sindicalizados entrevistados.

Por fim, conclui-se que apesar dos limites apresentados pela atuação do Sintsep-Pa e de outros sindicatos, na atualidade, flexibilizando o papel originário dessa entidade, acredita-se que esta entidade continua sendo necessária para a classe trabalhadora no seu enfrentamento contra o capital e na garantia dos direitos solicitados pela demanda em estudo nesta dissertação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo. Boitempo. 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaios sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo. Cortez. 2011.

_____; SILVA, Maria Aparecida M. (ORG.). **O avesso do trabalho**. 2.ed. São Paulo. Expressão Popular. 2010.

BERING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo. Cortez. 2008.

_____; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo. Cortez. 2011. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

BRASIL. Portaria MS nº 3.908-98 - Norma Operacional de Saúde do Trabalhador - NOST-SUS. Disponível em: <bvsmms.saude.gov.br>. Acesso em: 10 mai 2014.

BRAVO, Maria Inês Souza. **A política de saúde no Brasil**: trajetória Histórica. In: Capacitação para Conselheiros de Saúde. Rio de Janeiro. UERJ/ DEPEXT/ NAPE. 2001.

_____. **Serviço Social e Reforma Sanitária**: lutas sociais e práticas profissionais. 4. ed. São Paulo. Cortez. 2011.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. 1. ed. São Paulo. Gaia. 2010.

Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). **Panorama Social da América Latina**. 2011. Disponível em: <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/dds/agrupadores_xml/aes31.xml&xsl=/agrupadores_xml/agrupa_listado.xsl>. Acesso em: 20 mai 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916 – 1935. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2011.

_____. **A Dualidade de Poderes**: introdução à Teoria Marxista de Estado e Revolução. Brasiliense. São Paulo. 1985.

_____. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. – 2. ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2008.

CHENAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo. Xamã. 1996.

D'AMATO, Claudio; TORRES, João P. M.; MALM, Olaf. **DDT (Dicloro Difenil Tricloreto): toxicidade e contaminação ambiental – uma revisão**. Instituto de Biofísica Carlos Chaga Filho, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências de Saúde. Quim. Nova, vol. 25, nº 6, 2002. Disponível em <www.quimicanova.sbq.org.br> Acesso em 20 mai 2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O trabalho da política: saúde e segurança dos trabalhadores**. 2. ed. São Paulo. Cortez. 2010.

FARIA, Neice Muller Xavier; FASSA, Ana Claudia GASTAL; FACCHINI, Luiz Augusto. Intoxicação por agrotóxicos no Brasil: os sistemas oficiais de informação e desafios para a realização de estudos epidemiológicos. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, 2007. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php> Acesso em 20 mai 2015.

FIGUERÓ, Ronaldo. **Saúde & Ambiente: da Educação Ambiental à Ecologia de Doenças**. 1. ed. Volta Redonda. FOA. 2012.

FRANÇA, Teones. **Novo sindicalismo no Brasil: histórico de uma desconstrução**. São Paulo. Cortez. 2013.

GENTILI, Pablo (org). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis, RJ. Vozes. Buenos Aires. CLACSO. 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4.ed. São Paulo. Atlas. 1996.

GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 4. ed. Petrópolis, RJ. Vozes. 2010.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. [Tradução e edição de texto de Dario Canali]. Porto Alegre – Rio Grande do Sul. L & PM Editores Ltda. 1986.

HAIKEL, Sigrid. **A memória das coisas e das palavras – um estudo das repercussões neurocomportamentais dos agentes de saúde pública expostos a agrotóxicos**. 2005. 97 folhas. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2005.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** São Paulo. Boitempo. 2011.

HOBBSAWM, Eric. **Mundos do trabalho.** Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 7.ed. São Paulo. Cortez. 2012.

INSTITUTO DE ACIDENTES UFRJ. **Acidentes/doenças/agrotóxicos/sinais e sintomas do envenenamento por agrotóxicos.** Disponível em: <www.ufrjrj.br/institutos/it/de/acidentes/vene3.html>. Acesso em 01 jun. 2015.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução.** 1. ed. São Paulo. Expressão Popular. 2007.

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx.** São Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas. 1979.

_____. **Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento.** São Paulo. Boitempo. 2012.

_____. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro.** São Paulo. Expressão Popular. 2010.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** 1ª. ed. São Paulo. Companhia das Letras. 2012.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil.** 1. ed. São Paulo. Expressão Popular. 2009.

MEDEIROS, Soraya Maria de. **Condições de trabalho, riscos ocupacionais e trabalho precarizado: o olhar dos trabalhadores de enfermagem.** Programa de Pós-Graduação de Enfermagem da UFRN. 2005.

MENDES, René. **Patologia do trabalho.** Rio de Janeiro. Editio Atheneu. 1995.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria L. **Estado, classe e movimento social.** 2.ed. São Paulo. Cortez. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 31. ed. Petrópolis. Vozes. 2012.

Mota, Elizabete. **O Mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4. ed. São Paulo. Cortez. 2010.

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo. Cortez. 2012. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

PACHECO, Heloísa Ferreira. Epidemiologia das substâncias químicas neurotóxicas. Sem ano. Disponível em <www.iesc.ufrj.br>.

PEREIRA, Potyara A.P. **Necessidades humanas**: subsídio à crítica dos mínimos sociais. 6. ed. São Paulo. Cortez. 2011.

_____. **Política social**: temas & questões. 3. ed. São Paulo. Cortez. 2011.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento e Perspectivas Novas para o Brasil**. São Paulo. Cortez. 2010.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. [Trad. Angelina Peralva]. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977.

ROSSI, Waldemar; GERAB, Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil**: uma visão classista. 1. ed. São Paulo. Expressão Popular. 2009.

SADER, Emir. **Estado e Política em Marx**. 1. ed. rev. São Paulo. Boitempo. 2014.

SALVADOR, Evilasio [et al.] (orgs.). Financeirização, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. **América Latina, política social e pobreza**: “novo” modelo de desenvolvimento?. São Paulo. Cortez. 2012. p. 31-58.

SINTSEP. Ação Civil Pública. Belém. SINTSEP. 2008.

_____. **Sintsep-Pa: 20 anos na luta de classes**. Parte 1 e 2. [Video]. Disponível em: <www.youtube.com.br>. Acesso em: 10 abril. 2014.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo. Cortez. 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: **Curso em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, módulo II. Brasília: CEFESS, ABEPSS, CEAD. UNB. 2009.

ZAVARIZ, Cecília. **Contaminação por uso de mercúrio no Brasil**. Disponível em: <www.acpo.org.br>. Acesso em: 01 jun. 2015.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

- B226s Barata, Verena Alves
Trabalhadores intoxicados da Fundação Nacional de Saúde do Estado do Pará (FUNASA): estudo da ação do sindicato dos trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado do Pará (SINTSEP- Pa) / Verena Alves Barata; orientadora: Prof.^a Dra. Maria Antônia Cardoso Nascimento - 2015.
146 f.
- Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, 2015.
1. Sindicatos – Pará. 2. Substâncias Perigosas. 3. Segurança no Trabalho. 4. Doenças - Fatores de risco - Trabalhadores. I. Nascimento, Maria Antônia Cardoso, orient. II. Título.